

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO**

Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB

**RELATÓRIO DE GESTÃO
INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE
2011**

Cabedelo/PB - 2012

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO**

Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB

**RELATÓRIO DE GESTÃO
INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE
2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, DN TCU nº 108/2010, Portaria TCU nº 123/2011, DN TCU nº 117/2011, Portaria CGU nº 2546/2010 e Portaria CGU nº 2534/2010.

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA/SFA/PB

Cabedelo/PB - 2012

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO

SECRETÁRIO EXECUTIVO
JOSÉ CARLOS VAZ

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA
FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA – SPA
CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO – SDC
ERIKSON CAMARGO CHANDOA

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DA PARAÍBA –
SFA/PB**

**SUPERINTENDENTE
BRUNO FIGUEIREDO ROBERTO**

**SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO – SePA
MARIA DO SOCORRO NICULAU DA CUNHA**

**SEÇÃO DE APOIO OPERACIONAL E DIVULGAÇÃO – SAOD
RUY RÉGIS DE BRITO**

**DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO –
DPDAG
DIVALDO DA SILVA CUNHA**

**SEÇÃO DE SUPORTE AGROPECUÁRIO
MANOEL OCTÁVIO SILVEIRA DA MOTA**

**DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA
JERÔNIMO BARATA DE MELO**

**SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA
ANTONIO HYBERNON DA SILVA**

**SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL – SISV
JOÃO BERQUIMAS DE ANDRADE**

**SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG
HAILTON PEREIRA DO NASCIMENTO**

**SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD
JOÃO GONÇALVES DE ABRANTES NEW**

**SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP
CARMEN BERTA C. D. MACHADO**

SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEOF
EDUARDO MARCELO MEIRA

SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – SMP
RAIMUNDA MEDEIROS VIDAL

SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS
MARIA ZILMA M. G. DA COSTA

SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS - SAG
MARCOS ANTÔNIO BENJAMIM DA SILVA

NÚCLEO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - NMAP
MARIA DO CARMO BARROS

SETOR DE PROTOCOLO – SPR
LUIZ ALBERTO MACEDO CAMPELO

SETOR DE TRANSPORTE – STR
JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Maria do Socorro Nicolau da Cunha – Coordenadora
Cristiane Eduardo Pereira Costa
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira
Rita Laurindo Costa
Ary Bonifácio de Farias
Kelson Caldas Ribeiro
Jamir Mascena de Souza
Evanusa Fernandes de Araújo Paulino

SUMÁRIO

Missão /Visão de Futuro/Valores Organizacionais	13
Apresentação	14
Introdução	15
1. Identificação.	16
2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira	16
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade	16
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais .	19
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	20
2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.	37
2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	37
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	37
2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ	37
Divisão de Defesa Agropecuária – DDA	40
Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA	43
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV	63
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG	81
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG	96
Serviço de Apoio Administrativo – SAD	114
2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro	117
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	117
2.4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	117
2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa	120
2.4.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	120
2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	120
2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	121
2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	121
2.4.7. Indicadores Institucionais	122
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	132
4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	132
4.2. Análise Crítica	133
5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	133
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	133
5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	133
5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	134
5.1.3 Quantificação dos cargos e, comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	135
5.1.4 Quantificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo à idade	135
5.1.5 Quantificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo à escolaridade	136
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	136
5.2.1. Classificação do quadro de servidores da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	136
5.2.2. Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	137
5.3. Composição do quadro de estagiários	137
5.4. Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	137
5.2.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	138
5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	139
5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	140
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	141
6. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse , termo de parceria e outros	142
6.1. Instrumentos de Transferências vigentes no exercício	142
6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	142
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	143
6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	144
6.2. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termo de cooperação e contratos de repasse	145
6.2.1. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	145

6.3. Análise Crítica	146
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, SIASG e SICONV	147
7.1. Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV	148
8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93	149
8.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	149
8.2. Análise Crítica	149
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	149
9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ	149
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras	151
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	151
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial, de propriedade da União ou locado de terceiros	152
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	152
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	154
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	154
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008	155
13.1. Despesas com cartão de crédito corporativo	155
13.1.1. Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	155
13.1.2. Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	156
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a UJ	156
15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício	157
15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	158
15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício	158
15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	158
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento	158
17. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	158
17.1. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	158
Documentos Pesquisados na Elaboração do Relatório de Gestão Individual da SFA/PB – 2011	159
18. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e do desempenho da gestão no exercício	159
Anexo I	160
Anexo II	161

LISTAS

1. Identificação	16
QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de gestão individual	16
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.	20
Ilustração I	22
Tabela I - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2011 - Situação da Unidade Organizacional	23
Tabela II - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2011 - Unidade: Gabinete do Superintendente	24
Tabela III - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2011 - Unidade: Divisão Administrativa	25
Tabela IV - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2011 - Unidade: Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG	26
Tabela V - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2011 - Unidade: Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV	28
Tabela VI - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2011 - Unidade: Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA	30
Tabela VII - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2011 - Unidade: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG	32
Divisão de Defesa Agropecuária	40
Tabela VIII - Dados gerais da ação - PI - FISCPLANTA2	41
Tabela VIII.1 Resultados alcançados da ação	41
Tabela VIII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	42
Tabela IX - Dados gerais da ação - PI - FISCANIMAL2	42
Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA	43
Tabela X - Dados gerais da ação - PI - FEBREAFTOS	43
Tabela X.1 Resultados alcançados da ação	44
Tabela X.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	45
Tabela X.3 - Vacinação contra a febre aftosa - 2011	46
Tabela XI - Dados gerais da ação - PI - PCEANIMAL	46
Tabela XI.1 - Resultados alcançados da ação	46
Tabela XI.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	49
Tabela XI.3 - Informações sobre AIE e MORMO	50
Tabela XI.4 - Nº de exames de AIE e MORMO	51
Tabela XI.5 - Nº de exames e sacrifícios de equídeos com AIE	51
Tabela XI.6 - Nº de exames e sacrifícios de equídeos com MORMO	51
Tabela XI.7 - Informações sobre Raiva e outras Encefalopatias	52
Tabela XI.8 - Nº de herbívoros vacinados contra raiva	52
Tabela XI.9 - Nº de diagnósticos positivos de raiva	52
Tabela XI.10 - Nº de morcegos hematófagos capturados e tratados	53
Tabela XI.11 - Nº de resultados positivos de proteína animal e de animais sacrificados	53
Tabela XI.12 - Nº de animais vacinados	53
Tabela XI.13 - Nº de morcegos hematófagos capturados	53
Tabela XI.14 - Condensado dos relatórios de diagnóstico de brucelose - 2009 a 2011	54
Tabela XI.15 - Nº de propriedades e bezerras com vacinação de brucelose	54
Tabela XI.16 - Nº de animais positivos e sacrificados com brucelose	54
Tabela XI.17 - Condensado dos relatórios de diagnóstico de tuberculose - 2009 a 2011	54
Tabela XII - Dados gerais da ação - PI - VIGIZOO2	55
Tabela XII.1 - Resultados alcançados da ação	55
Tabela XII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	56
Tabela XII.3 - Trânsito de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - CIS Emitido - 2011	57
Tabela XII.4 - Fiscalização nos postos fixos - 2011	57
Tabela XII.5 - Fiscalização volante - 2011	58

Tabela XIII - Dados gerais da ação - PI - INSPANIMAL3	59
Tabela XIII.1 - Resultados alcançados da ação	59
Tabela XIII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	61
Tabela XIV - Dados gerais da ação - PI - RESÍDUOS	62
Tabela XIV.1 - Resultados alcançados da ação	62
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV	63
Tabela XV - Dados gerais da ação - PI - IPVEGETAL2	64
Tabela XV.1 - Resultados alcançados da ação	64
Tabela XV.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	66
Tabela XV.3 - Atividades do PI IPVEGETAL2	66
Tabela XVI - Dados gerais da ação - PI - PADCLASSIF	67
Tabela XVI.1 - Resultados alcançados da ação	67
Tabela XVI.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	68
Tabela XVI.3 - Demonstrativo de coleta de amostra pelo PNCRC - VEGETAL - 2011	69
Tabela XVII - Dados gerais da ação - PI - FISCORGEN	70
Tabela XVII.1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	70
Tabela XVIII - Dados gerais da ação - PI - VIGIFITO1	71
Tabela XVIII.1 - Resultados alcançados da ação	72
Tabela XVIII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	73
Tabela XIX - Dados gerais da ação - PI - PCEVEGETAL	75
Tabela XIX.1 - Resultados alcançados da ação	75
Tabela XIX.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	78
Tabela XX - Dados gerais da ação - PI - ERRADMOSCA1	79
Tabela XX.1 - Resultados alcançados da ação	79
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG	81
Tabela XXI - Dados gerais da ação - PI - FISCINAN	82
Tabela XXI.1 - Resultados alcançados da ação	82
Tabela XXI.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	83
Tabela XXII - Dados gerais da ação - PI - FISPROVET	83
Tabela XXII.1 - Resultados alcançados da ação	84
Tabela XXII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	85
Tabela XXIII - Dados gerais da ação - PI - FISCGENE	88
Tabela XXIII.1 - Resultados alcançados da ação	88
Tabela XXIII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	89
Tabela XXIV - Dados gerais da ação - PI - FISAGROTOX	89
Tabela XXIV.1 - Resultados alcançados da ação	90
Tabela XXIV.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	91
Tabela XXV - Dados gerais da ação - PI - FISCALSEM1	92
Tabela XXV.1 - Resultados alcançados da ação	92
Tabela XXV.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	93
Tabela XXVI - Dados gerais da ação - PI - FISFECOI	93
Tabela XXVI.1 - Resultados alcançados da ação	94
Tabela XXVI.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	95
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG	96
Tabela XXVII - Dados gerais da ação - PI - CERTORGAN1	96
Tabela XXVII.1 - Resultados alcançados da ação	96
Tabela XXVII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	97
Tabela XXVIII - Dados gerais da ação - PI - APOIOAGRIC	98
Tabela XXVIII.1 - Resultados alcançados da ação	98
Tabela XXVIII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	99
Tabela XXIX - Dados gerais da ação - PI - ORGMANEJO2	100
Tabela XXIX 1- Resultados alcançados da ação	100

Tabela XXIX.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	101
Tabela XXX - Dados gerais da ação - PI - INDGRAF	101
Tabela XXX.1 - Resultados alcançados da ação	102
Tabela XXX.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	103
Tabela XXXI - Dados gerais da ação - PI - DESENGORG	104
Tabela XXXI.1 Resultados alcançados da ação	104
Tabela XXXI.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	105
Tabela XXXII - Dados gerais da ação - PI - FISCONTRATO	106
Tabela XXXII.1 Resultados alcançados da ação	107
Tabela XXXII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	107
Tabela XXXIII - Dados gerais da ação - PI - APPRODUTOR	108
Tabela XXXIII.1 Resultados alcançados da ação	108
Tabela XXXIII.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	108
Tabela XXXIII.3 - Contrato de Repasse 2011/PB - MAPA	109
Tabela XXXIV - Dados gerais da ação PI - FISCAGRIC	113
Tabela XXXIV.1 - Resultados alcançados da ação	113
Tabela XXXIV.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação	114
Serviço de Apoio Administrativo - SAD	114
Tabela XXXV - Dados gerais da ação - PI – MANUTSFAS	115
Tabela XXXV.1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2009	115
Tabela XXXV.2 - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2010	115
Tabela XXXV.3 - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2011	116
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	117
QUADRO A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	117
2.4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	117
QUADRO A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	117
2.4.4.3. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	120
QUADRO A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	120
2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	121
QUADRO A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	121
2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	121
QUADRO A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	121
2.4.7. Indicadores Institucionais	122
Indicadores de Desempenho da Área Finalística	122
Tabela XXXVI - Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL	122
Tabela XXXVI.1 - Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL	122
Tabela XXXVI.2 - Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	122
Tabela XXXVI.3 - Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	123
Tabela XXXVI.4 - Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos - VIGIFITO1	123
Tabela XXXVI.5 - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos - VIGIFITO1	123
Tabela XXXVI.6 - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal - IPVEGETAL2	123
Tabela XXXVI.7 - Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal - IPVEGETAL2	124
Tabela XXXVI.8 - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	124
Tabela XXXVI.9 - Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL a	124
Tabela XXXVI.10 - Eficácia - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais – PADCLASSIF	125
Tabela XXXVI.11 - Eficiência - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais – PADCLASSIF	125

Tabela XXXVI.12 - Eficácia - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	125
Tabela XXXVI.13 - Eficiência - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	125
Tabela XXXVI.14 - Eficácia - Fiscalização de sementes e mudas - FISCALSEM1	126
Tabela XXXVI.15 - Eficiência - Fiscalização de sementes e mudas - FISCALSEM1	126
Tabela XXXVI.16 - Eficácia - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI	126
Tabela XXXVI.17 - Eficiência - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI	127
Tabela XXXVI.18 - Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos - FISCPLANTA2	127
Tabela XXXVI.19 - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos - FISCPLANTA2	127
Tabela XXXVI.20 - Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos - FISCANIMAL2	127
Tabela XXXVI.21 - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos - FISCANIMAL2	128
Indicadores de Desempenho da Área Administrativa	129
Tabela XXXVII - Indicadores da área Administrativa 2009	129
Tabela XXXVII.1 - Indicadores da área Administrativa 2010	130
Tabela XXXVII.2 - Indicadores da área Administrativa 2011	131
4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	132
QUADRO A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	132
5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	133
QUADRO A.5.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada em 31/12	133
5.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	134
QUADRO A.5.2 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação em 31/12	134
5.1.3. Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Unidade Jurisdicionada	135
QUADRO A.5.3 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12	135
5.1.4. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	135
QUADRO A.5.4 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12	135
5.1.5. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	136
QUADRO A.5.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12	136
5.2.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	136
QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12	136
5.2.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	137
QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12	137
5.3. Composição do Quadro de Estagiários	137
QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	137
5.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	137
QUADRO A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores	137
QUADRO A.5.10 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorência da Realização de Concurso Público ou de Provento Adicional Autorizados	138
5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	138
QUADRO A.5.11. - Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provento Adicional para Substituição de Terceirizados	139
5.5.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade	139
QUADRO A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	139
5.5.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	140
QUADRO A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	140
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	141

Tabela XXXVIII - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	141
6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011	142
QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	142
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	143
QUADRO A.6.2 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três Últimos Exercícios	143
6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes	144
QUADRO A.6.3 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes	144
6.2. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	145
QUADRO A.6.4 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	145
6.2.1. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	145
QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	146
7.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	148
QUADRO A.7.1 - Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	148
8.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	149
QUADRO A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	149
9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ	149
QUADRO A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	149
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	151
QUADRO A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	151
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	152
QUADRO A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	152
QUADRO A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	153
QUADRO A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	153
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	154
QUADRO A.12.1 - Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	154
13.1.1. Relação dos Portadores de Cartão de Crédito Corporativo na Unidade e Utilização no Exercício	155
QUADRO A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	155
13.1.2. Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade	156
QUADRO A.13.2 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	156
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	157
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	158
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	158
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	158
17.1. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	158
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	158

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”

Visão de Futuro do MAPA para 2015

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”

Visão da SFA para 2015

“Ser excelência na gestão pública nacional e no desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro”

Valores Organizacionais do MAPA

Comprometimento - Eficiência e Eficácia
Estratégia - Ética
Foco no Cliente - Inovação
Liderança - Organização
Respeito - Trabalho em Equipe
Transparência

Princípios/Valores da SFA/PB

Gestão Participativa - Transparência
Legalidade - Agilidade
Credibilidade - Efetividade
Valorização Das Pessoas - Cordialidade
Comprometimento – Impessoalidade

Apresentação

Este relatório da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba – SFA/PB, coloca à disposição da sociedade e dos órgãos de controle interno e externo, as suas ações realizadas no exercício de 2011. A cada ano o relatório vem se aprimorando como instrumento de prestação de contas e fonte de organização do conhecimento institucional, qualificando a exposição dos seus trabalhos e melhorando a transparência de seus atos.

O documento contempla uma ampla radiografia da instituição, onde são relatados os resultados, processos e produtos, de forma contextualizada e analítica, demonstrando que a SFA/PB, ao realizar de modo significativo os seus objetivos estratégicos e operacionais, presta efetivamente a sua contribuição ao desenvolvimento social e econômico da agropecuária estadual e à segurança alimentar da sociedade.

Internamente, este relatório constitui um instrumento valioso de socialização dos objetivos estratégicos e operacionais e dos resultados institucionais, que configuram a identidade e a razão de existência da Superintendência. Desse modo, é um instrumento que oferta um espaço de diálogo extremamente importante, fértil e salutar entre os agentes técnicos e administrativos para a descoberta das oportunidades de melhoria da efetividade, economicidade, eficiência e eficácia das suas competências institucionais.

Por fim, é importante destacar a realização de parcerias extremamente profícuas com os órgãos de controle e assessoria jurídica da União, sediados neste Estado, e com os setores produtivos da agropecuária paraibana, que prestaram uma contribuição determinante para o alcance dos objetivos desta Superintendência.

Bruno Figueiredo Roberto
Superintendente da SFA-PB

Introdução

Este Relatório de Gestão da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba – SFA/PB, referente ao exercício de 2011, é um instrumento de prestação de contas ordinária anual, que a Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

A descrição de todos os processos e produtos realizados durante o exercício, estão consoantes as recomendações formais da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010; Resolução nº 234, de 01/09/2010; Decisão Normativa TCU nº 108, de 24/11/2010; Decisão Normativa TCU nº 117, de 19/10/2011; Portaria TCU nº 123, de 12/05/2011; Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/2010 e Norma de Execução CGU nº 03, de 27/12/2010.

Os programas, as ações e os objetivos estratégicos executados pela Superintendência estão consoante o PPA – 2008/2011 (Lei nº 11.653/2008) e o Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O relatório descreve com fidelidade e transparência as práticas de gestão da SFA/PB na execução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico da agropecuária e a segurança alimentar dos consumidores, de modo a propiciar à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo uma visão mais completa possível dos processos e produtos técnicos e administrativos, realizados pela Instituição.

Em sua estrutura, o relatório contempla, inicialmente, informações identificadoras da instituição, sua missão, visão de futuro e valores organizacionais.

A seguir é realizada a avaliação de desempenho dos programas e ações estratégicas nas áreas técnica e administrativa, que permitem a aferição dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados, relacionado-os aos indicadores de economicidade, eficácia, eficiência e a efetividade no cumprimento dos seus objetivos e metas previstos no planejamento, em que são demonstrados o nível de êxito e os pontos de atenção (oportunidades de melhoria).

Posteriormente é apresentado um conjunto de tabelas, explicitando custos de pessoal, custos operacionais, convênios, licitações, contratos, gestão de pessoal e de patrimônio, pesquisas referentes à estrutura de controle interno, gestão ambiental e licitações sustentáveis e gestão da tecnologia da informação, dentre outras considerações legais exigidas pelos órgãos de controle.

Por fim, os itens 2.3.1, 2.4.2, 2.4.3, 2.4.3.1, 2.4.4.1, 1.1.1.1, 1.1.1.2, 1.1.1.3, 3, 3.1, 3.2, 5.5, 5.5.1, 14, 14.1, 14.2, 14.3, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7, 14.8, 14.9, 14.10, 16.1 e 16.2 e os respectivos quadros constantes da Portaria TCU nº 123 de 12/05/2011 não se aplica à natureza jurídica desta Superintendência ou serão informados diretamente pelo órgão central, razão pela qual não estão contemplados neste relatório.

1. Identificação

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELACIONAMENTO DE GESTÃO E ABASTECIMENTO			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo.			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			Código SIORG: 2796
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba			
Denominação abreviada: SFA/PB			
Código SIORG: 2796	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130024	
Situação: Ativa.			
Natureza jurídica: Administração Direta do Poder Executivo			
Principal atividade: Regulamentação e fiscalização das questões econômicas na agricultura, federal, estadual e municipal.			Código CNAE: 7513-2
Telefones de contato	(83) 3216-6300	3246-2123	
Fax de contato	(83) 3246-2535	3246-2008	3246-1203
Endereço eletrônico: gab-pb@agricultura.gov.br			
Página na Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço postal: Br 230, Km 14, Estrada de Cabedelo, Cabedelo/PB, CEP: 58.010-000.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, publicada no DOU de 12/10/1962 e republicada em 03/01/1963, Decreto nº 4.629, de 22/03/2003, publicada no DOU de 23/03/2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria Nº 300, de 16 de junho de 2005, publicada no DOU Nº 116 de 20/06/2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Não se aplica	Não se aplica		

Fonte: SIPLAN

2. Informações Sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

Consoante recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), mediante Portaria nº 123, de 12/05/2011, neste tópico são abordados a competência e os objetivos estratégicos e operacionais da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba – SFA/PB, antecipando, em linhas gerais, a descrição dos programas, ações e realizações que constam de forma detalhada no relatório.

A competência regimental da SFA/PB está estabelecida no Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010 (Capítulo III, Seção III – Art. 36º), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para uma melhor compreensão da inserção da SFA/PB no contexto dos órgãos que compõem a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, são apresentadas de forma resumida a estrutura regimental do Ministério e, em seguida, as

competências da Superintendência, a sua estrutura regimental e a análise geral dos resultados alcançados neste exercício.

DECRETO Nº 7.127, DE 4 DE MARÇO DE 2010

Art. 3º - O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado: Gabinete do Ministro, Assessoria de Gestão Estratégica, Secretaria-Executiva: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Consultoria Jurídica e Ouvidoria;

II - Órgãos específicos singulares: Secretaria de Defesa Agropecuária, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Produção e Agroenergia, Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e Instituto Nacional de Meteorologia;

III - Unidades descentralizadas: Laboratórios Nacionais Agropecuários e *Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento*;

IV - Órgãos colegiados: Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional – CCCCN, Comissão Especial de Recursos – CER, Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC e Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA;

V - Entidades vinculadas:

Empresas públicas: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

Sociedades de economia mista: Central de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASA/MG, Central de Abastecimento do Amazonas S.A - CEASA/AM (em liquidação), Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG e Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - CEAGESP.

Art. 36. Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, competem executar atividades e ações de:

I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; III - assistência técnica e extensão rural; IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; VII - planejamento estratégico e planejamento operacional; VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

Para operar as suas competências a SFA/PB dispõe da seguinte estrutura regimental, estabelecida pela Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010:

I - Unidade de Assistência Direta: composta de serviços e seções que exercem atividades de planejamento, acompanhamento, apoio operacional e divulgação;

II - Unidades de Assistência Direta:

a) Divisão de Defesa Agropecuária - DDA/SFA - composta de Serviços que exercem atividades de defesa sanitária vegetal e animal, fiscalização e inspeção de insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

b) Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA – Composta de serviço e seções que exercem atividades de suporte agropecuário;

III - Unidades Descentralizadas de Execução Finalística: Composta de serviço e seções que exercem atividades de vigilância e quarentena agropecuária;

IV - Unidades de Apoio Operacional: composta de divisão e serviço que exercem atividades de gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, compras, contratos, protocolo, patrimônio, transporte.

Os objetivos estratégicos e os programas correspondentes, executados pela SFA/PB, são delineados pelo Órgão Central, tendo como referência o Planejamento Estratégico do MAPA e o PPA 2008 -2011, de modo que compete a Superintendência realizar o seu planejamento de metas, referenciado na sua capacidade operativa e na dotação orçamentária, necessário ao cumprimento das referidas metas. A seguir, são antecipados, de forma sintética, os objetivos estratégicos, os programas e ações correspondentes e comentários analíticos, cujo detalhamento consta do relatório.

Em síntese, os objetivos estratégicos da SFA/PB para este exercício estão centrados na promoção do agronegócio; fortalecimento da gestão estratégica, infra-estrutura e processos de trabalho; valorização e motivação dos servidores, fortalecendo o trabalho em equipe; preservação da qualidade dos alimentos e dos insumos agropecuários; aprimoramento do processo de padronização e classificação vegetal, vigilância do trânsito Internacional e interestadual de vegetais, animais e seus produtos, prevenção e controle de pragas dos vegetais e doenças dos animais; erradicação da febre aftosa, controle de resíduos e contaminantes em produtos vegetal e animal; aprimoramento dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas, desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas, desenvolvimento da agricultura orgânica e processos de indicação geográfica de produtos agropecuários.

Estes objetivos estratégicos estão associados aos seguintes programas, executados pela Superintendência: Apoio Administrativo; Gestão da Política Agropecuária; Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários; Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas; Segurança na Sanidade da Agropecuária; Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio; Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade e Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual.

Estes programas, por sua vez, contemplam as seguintes ações: apoio administrativo; difusão de informações para o agronegócio; gestão estratégica para o desenvolvimento sustentável do agronegócio; capacitação de servidores públicos; fiscalização de insumos destinados à alimentação animal, uso veterinário, material genético animal, fertilizantes, corretivos e inoculantes, sementes e mudas, agrotóxicos e afins; inspeção, padronização e fiscalização de produtos de origem vegetal; vigilância e fiscalização do trânsito internacional e interestadual de vegetais e animais, seus produtos e insumos; vigilância prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e doenças dos animais; erradicação da mosca da carambola; inspeção e fiscalização de produtos de origem animal; erradicação e prevenção da febre aftosa; controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal; aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica de produtos agropecuários; apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas; apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas; desenvolvimento da agricultura orgânica; fomento à Inovação no agronegócio à conservação e uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação; fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários e proteção e fiscalização de cultivares.

Com relação a análise do desempenho estratégico da Unidade é importante registrar que o mapa estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contempla 25 (vinte e cinco) objetivos estratégicos, dos quais 15 (quinze) são executados pelas Superintendências, quais sejam: GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA; AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica; GM.R4 - Contas do MAPA certificadas pela CGU e pelo TCU; SE.R1 - Gestão por

competência ; Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado; SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários; SDA R2a - Conformidade dos insumos agrícolas; SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada; SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional; SDA.R5 – Sistema de Inspeção Animal; SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional; SDA.R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial; SDC.R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis; SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio e SDC.R4 – Minimizar os problemas de infraestrutura e logística

A verificação do cumprimento dos objetivos estratégicos é aferida com base na avaliação qualitativa e quantitativa, referenciados no conjunto de metas e respectivos indicadores de desempenho. A avaliação qualitativa refere-se aos produtos gerados e aos pontos de atenção (oportunidades de melhoria), enquanto a avaliação quantitativa refere-se à mensuração das metas em função dos indicadores de desempenho correspondentes.

O desempenho da instituição é aferido em uma escala percentual que vai de 0% a 100%, conforme quadro, abaixo:

		Média dos Indicadores entre 2,51 e 3,0		Média dos Indicadores entre 1,51 e 2,5		Média dos Indicadores abaixo de 1,5		Dado não disponível
Indicadores		3 pontos		2 pontos		1 ponto		0 ponto

Status		Acima 90% da Meta		Entre 60% e 90% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
---------------	--	-------------------	--	-------------------------	--	--------------------	--	---------------------

Com relação ao desempenho de cada serviço/seção/setor, o cumprimento da metas se configurou da seguinte forma:

Gabinete do Superintendente: status amarelo – entre 60% a 90%;

Divisão Administrativa: : status amarelo – entre 60% a 90%;

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG – status verde, acima de 90%;

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV - status amarelo entre 60% a 90%;

Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA - status amarelo – entre 60% a 90%;

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG - status amarelo – entre 60% a 90%.

Por fim, com base nas categorias de análise do planejamento estratégico do MAPA, a avaliação geral da SFA/PB alcançou o status amarelo, significando que o cumprimento dos objetivos estratégicos se situam entre 60% e 90%, o que é considerado um bom desempenho.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Conforme orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), mediante Portaria nº 123, de 12/05/2011, este trópico aborda as ocorrências de eventos internos e externos, sujeitos ou não ao controle da Instituição que, representando oportunidades ou ameaças, foram capazes de influenciar diretamente o seu desempenho operacional, considerando o contexto político, econômico, ambiental, tecnológico e social, as limitações internas da Unidade e principais medidas adotadas.

No presente exercício, não verificou-se a ocorrência de eventos determinantes de natureza conjuntural ou estrutural, seja na esfera administrativa, política, econômica, ambiental, tecnológica ou social que pudessem representar ameaças ou oportunidades capazes de influenciar, na essência, o desempenho operacional da Superintendência.

As limitações internas foram de natureza administrativa, de ocorrência histórica, e estão relacionadas ao aporte e capacitação de recursos humanos, estruturas físicas de trabalho, procedimentos diferenciados na definição de metas físicas e orçamentárias e na descontinuidade de descentralização orçamentária entre os programas, especialmente em razão do contingenciamento de recursos que normalmente acontece no serviço público.

Essas limitações foram resolvidas administrativamente, mediante negociações entre a Superintendência e o Órgão Central, de modo que não houve necessidade da adoção de medidas de exceção às normas e regras gerais da administração para o encaminhamento de soluções para essas questões cotidianas. Da mesma forma, não se constituíram em eventos internos capazes comprometer, na essência, o desempenho da instituição.

A seguir, são antecipados alguns pontos de atenção (oportunidades de melhoria) que estão contextualizados e detalhados no relatório, cuja resolução potencializará os trabalhos da SFA-PB, quais sejam: ampliação do link da Internet da SFA-PB, envolvimento dos servidores da área técnica na análise dos resultados estratégicos, plano de capacitação continuada, adequação de espaços físicos, controle de qualidade de insumos agropecuários em razão do Dec. 7.446 de 01.03.2011, compartilhamento de informação sobre o desenvolvimento do sistema gerencial (Tarefa SDA.R4a.T2), agilização do serviço de registro, capacitação de recursos humanos do órgão estadual de defesa sanitária e melhoria das condições de trabalho para ascensão do status sanitário do estado, revisão do regulamento de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, divulgação da legislação sobre produção orgânica, prefeituras com restrições legais para a celebração de convênios, uso de emendas parlamentares concentradas em patrulhas mecanizadas, diversificar o uso das emendas para outras áreas de desenvolvimento, a exemplo de mercados públicos, matadouros, feiras municipais de animais, hortos florestais, passagens molhadas etc.

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Nos últimos cem anos o mundo passou por grandes transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que impactaram profundamente a população mundial e sua distribuição, assim como os hábitos, valores e crenças das pessoas em geral e os alimentares mais especificamente. Essas modificações trouxeram grandes desafios para o agronegócio mundial e para a agricultura brasileira, que soube se adaptar, passando a ofertar produtos diversos e em grandes quantidades para atender às demandas mundiais. A velocidade e a frequência das mudanças sociais intensificaram-se, fazendo com que o agronegócio brasileiro e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA buscassem soluções abrangentes para se alinhar aos novos cenários brasileiros e mundiais. Em 2004 o MAPA iniciou amplo diálogo com o setor agrícola, visando gerar soluções democráticas e consensuais, culminando com a criação de Câmaras Setoriais. Por outro lado o MAPA iniciou o processo de reestruturação organizacional, resultado de amplo processo de consulta interna e externa, envolvendo lideranças do Ministério e segmentos significativos do agronegócio, como também realizou diagnóstico de auto-avaliação, baseado no Modelo de Excelência em Gestão Pública – GESPÚBLICA.

Como consequência desse processo, evidenciou-se a necessidade de promover o aperfeiçoamento da gestão operacional propriamente dita e se buscassem a implantação de um modelo de gestão estratégica, visando garantir que o MAPA estivesse olhando para o futuro e se estruturasse para dar respostas às demandas de curto, médio e longo prazo aos diversos públicos de interesse e da sociedade em geral.

O Ministério iniciou a construção e implementação da gestão estratégica no final de 2005, na gestão do Ministro Roberto Rodrigues, de forma participativa e com a presença efetiva do

Ministro anterior, juntamente com a alta administração do Ministério e representação por região das SFA's, na construção do Mapa Estratégico do MAPA, fundamentado no Balanced Scorecard – BSC, com foco na missão institucional e alcançar a visão de futuro pré-estabelecida para 2015.

Os resultados estratégicos estão alinhados com os programas de governo e respectivas ações, do PPA 2008-2011, trabalhadas pelos diversos serviços da área técnica e administrativa e cada resultado estratégico é desdobrado em tarefas e sub-tarefas e apresenta os indicadores de desempenho do processo e da sub-tarefa e a nível de atividades e é avaliado com base no status. Esse processo é gerenciado pela Assessoria de Gestão Estratégica – AGE do MAPA e nas SFA's foi instituída a figura do interlocutor de gestão estratégica para fazer o elo da SFA com a AGE nos assuntos correlacionados à execução e ao desdobramento das estratégias em cada unidade gestora. Em 2008 iniciou-se o desdobramento das estratégias nas SFA's, começando nas dez maiores e somente em 2009 as demais Superintendências foram capacitadas para iniciar o processo de avaliação da gestão, de forma estratégica e a avaliação dos resultados estratégicos. Na SFA/PB foi criada a Comissão de Gestão Estratégica que é responsável pela implementação na Superintendência. Convém salientar que dos 23 objetivos estratégicos que compõem o Mapa Estratégico, apenas 15 são pertinentes às SFA's. A implantação do processo de gestão estratégica é resultante do desdobramento dos resultados estratégicos, elaboração pelos diversos serviços da área finalística e meio, indicando o nível de desempenho alcançado em relação às metas planejadas, apresentados na Reunião de Análise Estratégica – RAE, em reuniões trimestrais.

Segue o Mapa Estratégico e os resultados alcançados pela SFA/PB em 2011, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Mapa Estratégico

Missão

Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira

Visão

Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

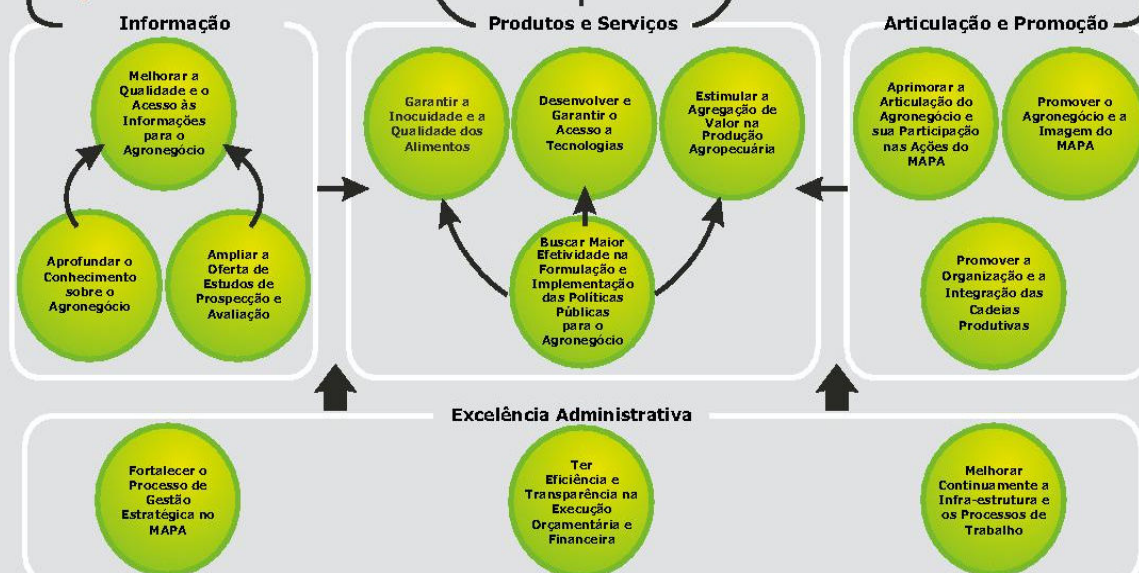
Perspectiva da Sociedade



Perspectiva do Agronegócio e Parceiros



Perspectiva de Processos Internos



Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento



RESULTADOS ESTRATÉGICOS DA SFA/PB EM 2011

Sumário da Situação Atual - 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2011

1. Situação da Unidade Organizacional

Tabela I

Resultados Estratégicos da SFA/PB em 2011					
T1	T2	T3	T4	Unidade Organizacional	Resultados Estratégicos
				Gabinete do Superintendente	1) GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado 2) AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica Consolidado 3) GM.R4 - Contas do MAPA certificadas pela CGU e pelo TCU
				Divisão Administrativa	1) SE.R1 - Gestão por competência Implantada 2) Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado
				SEFAG	1) SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada 2) SDA R2a - Conformidade dos insumos agrícolas assegurada
				SISV	1) SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada (conformes e seguros) 2) SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional
				SISA	1) SDA.R5 – Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado 2) SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional 3) SDA.R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial
				DPDAG	1) SDC.R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados 2) SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio 3) SDC.R4 – Minimizar os problemas de infraestrutura e logística

Fonte: SFA/PB

Cor		Média dos Indicadores entre 2,51 e 3,0		Média dos Indicadores entre 1,51 e 2,5		Média dos Indicadores abaixo de 1,5		Dado não disponível
Indicadores		3 pontos		2 pontos		1 ponto		0 ponto

RESULTADOS ESTRATÉGICOS de 2011

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2011

Unidade: Gabinete do Superintendente



1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela II

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado	Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA	Produtos Gerados: 1) Concluída a reestruturação da rede local da SFA-PB para adequá-la às novas tecnologias; 2) Instalação de 06 Desktop's, 02 notebook's e 04 impressoras; 3) Desenvolvido novo site interno da SFA-PB; 4) Atividades de suporte ao usuário e reparo de equipamentos; 5) Publicação de 12 notícias favoráveis sobre a SFA-PB nos meios de comunicação. Pontos de Atenção: 1) Ampliação do link da Internet da SFA/PB.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Promover o Agronegócio e a Imagem do Mapa		
PROGRAMAS E AÇÕES				P. 0750 - Apoio Administrativo Ação: 2000 – Administração da Unidade P. 0360 - Gestão da Política Agropecuária Ação: 4721 – Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio - DIFRAGONEG		
				AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica Consolidado	Nº de RAE's executadas Grau de entendimento dos gerentes sobre a Gestão Estratégica	Produtos Gerados: 1) Realização do Desdobramento das Estratégias do terceiro trimestre de 2011; 2) Realização da pesquisa de conhecimento da gestão estratégica de 2011. Pontos de Atenção: 1) Realização da 3ª RAE/2011; 2) Maior envolvimento dos servidores da área técnica na análise dos resultados estratégicos.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA Melhorar Continuamente a Infra-Estrutura e os Processos de Trabalho		
PROGRAMAS E AÇÕES				Programa 0360 - Gestão da Política Agropecuária Ação: 1K40 – Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientada ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - AGE		
				GM.R4 - Contas do MAPA certificadas pela CGU e pelo TCU	Nº das Contas Certificadas Regulares Sem Ressalvas pela CGU	Produtos Gerados: 1) Relatório de Gestão 2010; 2) Julgamento das contas regulares e quitação plena aos responsáveis. Pontos de Atenção: 1) Maior comprometimento de cada servidor com os dados disponibilizados para o Relatório de Gestão Anual, com suas respectivas análises.

Fonte: GAB

Status		Acima 90% da Meta		Entre 60% e 90% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
--------	--	-------------------	--	-------------------------	--	--------------------	--	---------------------

RESULTADOS ESTRATÉGICOS de 2011

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2011

Unidade: Serviço de Apoio Administrativo



1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela III

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SE.R1 - Gestão por Competência Implantada	Índice de Capacitação em Competências	Produtos Gerados: 1) Participação de 34 servidores em capacitações diversas. Pontos de Atenção: 1) Ausência de um Plano de Capacitação Continuada no exercício de 2011.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipe Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional		
PROGRAMAS E AÇÕES				Programa: 0360 - Gestão da Política Agropecuária Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – CAPACITA1 .		
				Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado	Nº de servidores por área construída	Produtos Gerados: 1) Conclusão da reestruturação da rede de informática de modo a adequá-la a novas tecnologias; 2) Realizado contrato de nº 10/2011 para readequação dos sanitários masculino e feminino da sede da SFA/PB; 3) Realizada licitação de recuperação da rede elétrica da sede; 4) Aquisição de porcelanato para troca de piso da sede; 5) Aquisição de portas e janelas para a sede; 6) Aquisição de condicionadores de ar, refrigerador, frigobares, bebedouros, sistema de som, central telefônica, aparelhos de fax, mesas, gaveteiros, armários, microcomputadores, televisor, fogão e freezer. Pontos de Atenção: 1) Adequação do espaço físico dos setores; ampliação do estacionamento dos servidores/ visitantes; climatização da recepção; construção do refeitório e copa cozinha.

Fonte: SAD

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
--------	--	-------------------	--	-------------------------	--	--------------------	--	---------------------

RESULTADOS ESTRATÉGICOS 2011

Avaliação do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2011
Unidade: Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG



1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela IV

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada	Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários	Produtos Gerados: 1) O Plano Operativo Anual dos PI's FISCINAN, FISPROVET1 e FISCGENE foram redimensionados em função do Decreto 7446 que impõe restrições de recursos financeiros; 2) Os resultados atingiram o programado no novo POA/2011; 3) Quanto ao FISCINAN, houve um incremento das ações de fiscalização nas regiões metropolitanas que não demanda recursos de ordem financeira, donde justifica o alcance das metas previstas na reprogramação com um excedente de 64%. Pontos de Atenção: 1) As restrições impostas pelo Dec. 7.446 de 01.03.2011 denotam preocupação por parte dos PI que fazem o controle de qualidade dos referidos insumos.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos		
PROGRAMAS E AÇÕES				Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN . 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET . 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE .		
				SDA R2a - Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada	Índice de Conformidade de Fertilizantes	Produtos Gerados: 1) Com relação a fertilizantes e corretivos , mesmo com as restrições orçamentárias financeiras impostas pelo Decreto 7.446 de 01 de março de 2011, os resultados alcançados das fiscalizações do PI-FISFECOI atingiram em 177% do programado no POA-2011 para o 4º trimestre, concluindo o ano com 110,6% do programado no citado POA. Neste trimestre foram enviadas ao laboratório 23 amostras de produtos para análise
					Índice de Conformidade de Sementes e Mudanças	

						Índice de Conformidade de Agrotóxicos	fiscal. Foram recebidos 10 certificados de análise fiscal, apresentando 09 dentro das garantias e uma fora e também foram recebidos 04 certificados de reanálises que confirmaram os resultados das análises fiscais. 2) Referente a sementes e mudas, foram realizadas diversas ações de fiscalizações como de jardins clonais, de viveiros de produção de mudas diversas, de responsáveis técnicos, de estabelecimentos comerciais de sementes e mudas. Foram realizadas 130 fiscalizações e os resultados alcançados atingiram 97% além do programado corrigido conforme o POA/2011. No trimestre não foi recebido nenhum resultado de análise laboratorial. O uso racional dos recursos disponibilizados, o quantitativo e a tempestividade na descentralização dos mesmos foram os principais elementos contribuidores para o atingimento dos resultados alcançados além do comprometimento dos FFA envolvidos nos PI's. 3) Com relação a agrotóxicos e afins, o Estado da Paraíba não possui indústria e a fiscalização do comércio é competência do governo estadual. (SEDAP). Pontos de Atenção: 1) Mesmo com aplicação das restrições orçamentárias impostas pelo Dec 7446, o DFIA se esmerou em descentralização tempestiva e em quantidade suficiente os recursos financeiros obtendo desta feita resultados satisfatório nas atividades de fiscalização.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos					
PROGRAMAS E AÇÕES		P. 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOL . 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM . 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX .					

Fonte: SEFAG

Status	Acima 90% da Meta	Entre 90% e 60% da Meta	Abaixo 60% da Meta	Dado não disponível
--------	-------------------	-------------------------	--------------------	---------------------

RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE 2011

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2011

Unidade: Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV



1. Principais Produtos Gerados
2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela V

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada (conformes e seguros)	Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Vegetal	Produtos Gerados: Área de bebidas 1) Atingimento pleno, com leve superação, da meta anual de inspeções (8%), reafirmando a boa coordenação do serviço. Área da classificação vegetal 1) Os resultados estão de acordo com a previsão, pois os recursos financeiros foram repassados dentro das solicitações para desenvolver as atividades programadas; 2) A perspectiva para os próximos períodos são animadoras com relação a descentralização de recursos financeiros; 3) Foram realizadas fiscalizações na grande João Pessoa/PB e em outras cidades do Estado com maior abrangência, pois não faltou apoio da Coordenação e recursos financeiros. Atendemos as metas do PNCR (Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes) com coletas de amostras dos produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos. Ex.: abacaxi e mamão. Pontos de Atenção: Área de bebidas 1) Não há compartilhamento de informação acerca do desenvolvimento do sistema gerencial previsto como sub processo da Tarefa SDA.R4a.T2 - Agilizar Serviço de Registro. Área da classificação vegetal 1) Necessidade de uma legislação mais coesa e punitiva para melhor andamento das ações da fiscalização com vistas aos estabelecimentos fiscalizados para trazer um melhor resultado no padrão e na qualidade dos produtos fiscalizados; 2) Necessidade de mais um FFA/Classificador para ajudar no desenvolvimento das atividades de fiscalização e no laboratório de classificação vegetal.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio		
PROGRAMAS E AÇÕES				P. 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2 . 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais –		

				PADCLASSIF.		
				SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional	Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação	Produtos Gerados: 1) A liberação dos recursos do convênio plurianual para o exercício 2011 realizado no mês de setembro, contribuiu para a melhoria dos resultados obtidos no quarto trimestre de 2011; 2) As ações desenvolvidas tanto pela SFA-PB quanto pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (SEDAP-PB) puderam seguir um ritmo normal; 3) O Status fitossanitário do Estado vem sendo mantido tendo em vista a execução das ações de levantamentos fitossanitários para a manutenção da Área Livre de Sigatoka Negra, manutenção da condição de estado livre das pragas moko da bananeira, cancro cítrico, greening pinta preta dos citros, e cancro da videira; 4) No entanto, a falta de contratação de pessoal mais qualificado para a vigilância e fiscalização do trânsito de vegetais desenvolvidas nos Postos de Vigilância Agropecuária faz com que a atividade se desenvolva de forma bastante precária, necessitando de ajustes, principalmente quanto à quantidade de técnicos e sua capacitação para o desenvolvimento das referidas ações. Pontos de Atenção: 1) O OEDSV possui um quadro de pessoal que necessita de constante capacitação e melhoria das condições de trabalho para que possamos qualificar e melhorar o status fitossanitário do Estado.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Garantir a Inocuidade e Qualidade dos Alimentos		
PROGRAMAS E AÇÕES				Programa 0357 - Segurança na Sanidade da Agropecuária 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2. 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO1. 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL. 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA1.		

Fonte: SISV

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
---------------	--	-------------------	--	-------------------------	--	--------------------	--	---------------------

RESULTADOS ESTRATÉGICOS 2011

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2011

Unidade: Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA



1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela VI

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDA.R5 – Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado	Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Animal	Produtos Gerados: 1) Ainda não houve a publicação do novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal; 2) Como as tarefas elencadas para este resultado não contemplam ação dos serviços nos Estados, para os próximos períodos de avaliação somente podemos esperar que o Departamento dê o encaminhamento ao novo regulamento. Pontos de Atenção: 1) Insuficiência de técnicos que a cada dia torna-se maior devido ao grande número de aposentadorias e de fiscais com problemas de saúde; 2) Necessidade da publicação do novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, peça fundamental para a melhoria dos gargalos que encontramos hoje na fiscalização.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio		
PROGRAMAS E AÇÕES				Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3		
				SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional	Porcentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	Produtos Gerados: 1) Os resultados não estão de acordo com o esperado, pois o resultado esperado "Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação" continua na mesma situação de médio risco; 2) O órgão executor ainda não apresentou o resultado da segunda etapa de vacinação contra febre aftosa; 3) Foi celebrado o convênio nº 755774/2011 entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Estado do

						Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa	Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca - SEDAP com o objetivo de estruturar e manter o sistema unificado de atenção à saúde animal no Estado da Paraíba para controle, erradicação e prevenção das doenças dos animais, no valor de R\$ 3.977.070,67; 4) Apesar de celebrado em 2011, foi prorrogado por ofício, sendo assim, as atividades planejadas serão executadas no primeiro trimestre de 2012; 5) Houve a contratação de 50% dos Médicos Veterinários e 73% dos Auxiliares Técnicos concursados do último concurso do Estado; 6) Continua sendo atualizado o cadastro de propriedades e rebanhos. Pontos de Atenção: 1) Necessidade da contratação de todos os concursados do Estado; 2) Em andamento a atualização do cadastro de propriedades e rebanhos no Sistema SIDAGRO; 3) Atraso no envio do relatório da segunda etapa de vacinação contra febre aftosa pelo Órgão Executor - SEDAP.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Melhorar Continuamente a Infra-Estrutura e os Processos de Trabalho Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional		
PROGRAMAS E AÇÕES					Programa 0357 - Segurança na Sanidade da Agropecuária 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL. 4842 - Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS. 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL. 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos - VIGIZOO. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESIDUOS.		
					SDA.R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial	Número de atividades de combate à clandestinidade executadas pelo DIPOA e pelos SIPAG	Produtos Gerados: 1) Os trabalhos realizados no combate à clandestinidade realizados no Estado da Paraíba não foram frutos do Plano Nacional de Combate à Clandestinidade, e sim, de ações deliberadas pelo próprio SISA-PB; 2) Foi realizada uma palestra sobre Trânsito de Produtos de Origem Animal para os técnicos de nível médio da Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba. Pontos de Atenção: 1) Elaboração de um plano nacional eficiente e condizente com a realidade dos estados da federação.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio		

PROGRAMAS E AÇÕES	Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3.
--------------------------	---

Fonte: SISA

Status	 Acima 90% da Meta	 Entre 90% e 60% da Meta	 Abaixo 60% da Meta	 Dado não disponível
---------------	---	---	---	---

RESULTADOS ESTRATÉGICOS de 2011

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2011

Unidade: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

1. Principais Produtos Gerados



2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela VII

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDC.R1 – Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados	Área sob sistemas orgânicos de produção (ha)	Produtos Gerados: 1) Os resultados estão de acordo com a previsão, pois as atividades planejadas tiveram sequência neste quarto trimestre; 2) As reuniões ordinárias da Comissão Estadual da Produção Orgânica (CPOrg) tiveram continuidade, com participação efetiva e atuante de todos os membros; 3) Foram realizadas palestras sobre Mecanismos de Garantia e Informação da Qualidade Orgânica em vários municípios paraibanos como Sousa, Cajazeiras, Jacarau e Araçagi. Tais palestras tiveram o objetivo de esclarecer melhor os produtores envolvidos na agricultura orgânica sobre a nova legislação que entrou em vigor; 4) Foi dada sequência ao Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, com distribuição de sementes a vários produtores da Paraíba; 5) Visitas foram feitas às unidades de multiplicação de sementes, acompanhadas pelo Consultor do Programa. Também foram visitadas unidades de produção agroecológicas beneficiadas pelo Programa, nos municípios de João Pessoa, Esperança, Remígio, Monteiro e Sousa; 6) Foram distribuídos materiais de divulgação para as instituições parceiras e produtores orgânicos;

						Caderno Plano de Manejo Orgânico, o Olho do Consumidor, Cartilhas do Banco Comunitário de Sementes; 7) Com relação ao cadastramento dos produtores orgânicos, foram distribuídos vários certificados de declaração da Organização de Controle Social (OCS) aos produtores dos municípios de Jacaraú e Pedro Régis, além de palestras ministradas sobre o tema Controle Social de Venda Direta sem Certificação; 8) No mês de novembro houve treinamento em Brasília para 2 fiscais do DPDAG, cujo tema envolvia os Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica; 9) As perspectivas são boas, pois, com a entrada da nova legislação em vigor, ocorreu o cadastramento de aproximadamente 330 produtores orgânicos das diferentes regiões do Estado da Paraíba, pertencentes a 13 associações; 10) Além disso, houve a continuidade das ações de desenvolvimento da agricultura orgânica, com a realização de reunião ordinária da CPOrg., objetivando o estabelecimento de diretrizes para a atividade no Estado; 11) Os elementos que contribuíram para o desempenho foram a boa comunicação com a Coordenação em Brasília, capacitações realizadas pela mesma, descontinuação dos recursos, além da participação e compromisso de algumas instituições parceiras e dos integrantes da Comissão Estadual de Produção Orgânica (CPOrg). Pontos de Atenção: 1) Necessidade de estabelecer uma estratégia conjunta com as diversas instituições parceiras, para ampla divulgação da nova legislação, pois existem inúmeras unidades de produção orgânica no Estado e, em muitos casos, os produtores não têm acesso às informações; 2) Para o ano de 2012, há necessidade de um maior repasse de recursos com a finalidade de fiscalização <i>in loco</i> das unidades de produção que receberam o certificado emitido pelo MAPA.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias					
PROGRAMAS E AÇÕES	Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária					
	Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1 . 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas - ORGMANEJO2 .					

				8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC. Programa 1426 - Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENORG.		
				SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio.	Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas	Produtos Gerados: 1) Os resultados estão de acordo, pois neste quarto trimestre as atividades planejadas foram realizadas; 2) O convênio que visa a obtenção da indicação de procedência do arroz vermelho foi concluído no início de outubro e as prestações de contas foram encaminhadas. Aguarda-se agora a solicitação de reconhecimento do Vale do Piancó como indicação de procedência para o produto arroz vermelho junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); 3) Ainda com relação ao Arroz Vermelho, foram realizadas mais duas reuniões com instituições parceiras e o Projeto Pós- Indicação Geográfica foi enviado ao Banco do Nordeste para a continuidade dos trabalhos na região do Vale do Piancó, após o término do referido convênio. O Projeto enviado, incluídas todas atividades, ficou em R\$ 1.042.000,00. A coordenação do Projeto será do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e os parceiros são: UFPB/Campus Areia, EMATER, AESA, UEPB e MAPA. Aguarda-se com expectativa a sua aprovação pelo BNB, o que deverá ocorrer em breve, acarretando a continuidade das ações e entrada de mais recursos na região, promovendo assim o desenvolvimento regional; 4) Com relação ao Coco de Sousa, houve reuniões ordinárias mensais do Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas, sendo realizadas nos Núcleos onde se encontram os produtores, ocasionando uma maior participação dos mesmos. Palestras demandadas pelos produtores foram realizadas, principalmente com foco na instalação correta dos pomares novos, combate à pragas e doenças e comercialização. O Plano de Trabalho para a celebração do convênio para a Indicação de Procedência do Coco de Sousa foi elaborado, aguardando a abertura do recebimento de propostas no SICONV para sua inserção. Em reunião com os membros do Fórum, a Prefeitura do Município de Sousa foi escolhida por unanimidade para ser a conveniente do pleito, aguardando o envio da documentação necessária à celebração. 5) Outros produtos agropecuários também tiveram algumas atividades

						iniciais, como o Abacaxi da Paraíba e o Queijo Coalho e Queijo Manteiga do Sertão. São atividades ainda de levantamento de dados e organização dos produtores, porém estes dois produtos constarão no Planejamento de Atividades para o ano de 2012; 6) Por fim, o Algodão Colorido da Paraíba, cujo pedido de reconhecimento foi aprovado pelo INPI entrou na pauta de trabalho, sendo ministradas 03 palestras sobre o papel estratégico da indicação geográfica na cadeia produtiva do mesmo. A SFA/PB participará do Comitê Gestor do APL do Algodão Colorido da Paraíba no ano de 2012, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável desta importante cadeia produtiva para o estado da Paraíba; 7) As perspectivas para o ano de 2012 são boas, pois estão previstas várias atividades nas cadeias produtivas do Coco de Sousa, Abacaxi da Paraíba, Algodão Colorido da Paraíba e Queijo Coalho e Queijo Manteiga do Sertão; 8) Os elementos que contribuíram para o desempenho apurado foram um maior aporte de recursos para o desenvolvimento das atividades, boa comunicação com a Coordenação, compromisso e envolvimento das instituições parceiras e apoio da chefia imediata. Pontos de Atenção: 1) Alguns pontos de atenção podem ser destacados, principalmente no que diz respeito ao contingenciamento de recursos, muitas vezes realizado sem critérios, ocasionando certo descrédito por parte das instituições parceiras e produtores envolvidos nas atividades; 2) Outro ponto a ser destacado é o decreto que proíbe a celebração de convênios com entidades não-governamentais, restringindo o leque de instituições para tal finalidade. 3) Destaca-se que muitas prefeituras do Estado da Paraíba encontram-se com alguma restrição de documentação para a celebração de convênios, dificultando o aporte de recursos por parte do MAPA; 4) Há necessidade também de treinamentos e capacitações dos técnicos envolvidos, além de pelo menos um encontro anual para nivelamento de ações, troca de experiências e esclarecimento de dúvidas.
--	--	--	--	--	--	---

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária Maior Efetividade na Formulação e Implementação de Políticas para o Setor Agropecuário
PROGRAMA E AÇÕES	Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio 8560 - Fomento à Inovação no Agronegócio – INOVAGRO . Programa 1426 - Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade 8949 - Fomento à Conservação e o Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – REGENAGRO . Programa 0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG – INDGRAF . Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 2122 - Proteção e Fiscalização de Cultivares - PROTCULTIV2 .
	SDC.R4 – Minimizar os Problemas de Infraestrutura e Logística Percentual de Contratos de Repasse Regulares Produtos Gerados: 1) Os resultados estão acima da previsão para o ano de 2011, pois, no quarto trimestre, foram analisados e emitidos pareceres favoráveis a mais 85 contratos de repasse/emenda parlamentar, beneficiando mais 50 municípios do Estado da Paraíba. O total dos contratos de repasse, cujo valor no terceiro trimestre estava no montante de R\$ 18.000.000,00, passou neste quarto trimestre para R\$ 34.948.875,00; 2) As perspectivas com relação aos próximos períodos de avaliação são boas, pois percebe-se um aumento, tanto no número de municípios envolvidos, quanto no montante repassado aos mesmos, em comparação com os anos anteriores. A meta é que todos os municípios do Estado da Paraíba sejam contemplados com esta modalidade de repasse de recursos. Pontos de Atenção: 1) Falta de pessoal habilitado nas prefeituras para elaboração das propostas e inserção no SICONV; 2) As emendas ficam quase em sua totalidade direcionadas para patrulha mecanizada; 3) Desconhecimento dos gestores municipais em relação à outras modalidades de repasse, como por exemplo o financiamento de mercados públicos, matadouros, hortos florestais, passagens molhadas, etc.; 4) Dificuldade de comunicação com as Prefeituras Municipais e falta de compromisso de algumas, no que diz respeito aos ajustes no Plano de Trabalho sugeridos pelos analistas do DPDAG; 5) Maior acompanhamento in loco dos contratos de repasse celebrados junto às prefeituras; 6) Colocamos como sugestão a possibilidade de verificação <i>in loco</i> da viabilidade do pleito.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária
PROGRAMA E AÇÕES	Não Orçamentário

Fonte: DPDAG

Status	 Acima 90% da Meta	 Entre 90% e 60% da Meta	 Abaixo 60% da Meta	 Dado não disponível
---------------	---	---	---	---

2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

A implantação do processo de desdobramento das estratégias nessa Unidade Jurisdicionada iniciou-se no segundo semestre de 2009, com interrupções e dificuldades, devido a equipe da Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA não dominar essa ferramenta gestão e foi construído em parceria com a equipe da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE/SE/MAPA. A I e II Reunião de Análise Estratégica – RAE ocorreu em 2010 e sequencialmente, ocorre a cada trimestre com a participação dos servidores ativos, terceirizados e estagiários. Em 2011 realizamos duas reuniões de análises estratégicas, no entanto, estamos com todo o resultado do ano concluído e apresentado neste relatório de gestão. O resultado do terceiro trimestre não ocorreu em virtude da mudança do gestor e as excessivas demandas de atividades solicitadas pela Superintendência e Assessoria da Secretaria Executiva/MAPA. A terceira e quarta reunião ocorrerá no segundo trimestre de 2012. A reunião de análise estratégica é uma prática de gestão consolidada e implementada e há um melhor entendimento dos servidores envolvidos nos diversos serviços e seções da SFA/PB.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade UJ

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ

A **Divisão de Defesa Agropecuária** coordena os serviços abaixo relacionados:

I. Serviço de Inspeção e Saúde Animal - **SISA**

II. Serviço de Inspeção de Sanidade Vegetal - **SISV**

III. Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - **SEFAG**

A **DDA** coordena o programa descritos a seguir:

PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

AÇÃO: 2180 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS - FISCPLANTA2

AÇÃO: 2181 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – FISCANIMAL2

O SISA compreende os programas descritos a seguir:

PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária

AÇÃO: 4842 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – **FEBREAFTOS**

AÇÃO: 8658 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS - **PCEANIMAL**

AÇÃO: 2139 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – **VIGIZOO2**

PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

AÇÃO: 8938 – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – **INSPANIMAL3**

AÇÃO: 4723 – CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL – **RESIDUOS**

O SISV compreende os programas descritos a seguir:

PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

AÇÃO: 8939 – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – **IPVEGETAL2**

AÇÃO: 4746 – PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS – **PADCLASSIF**

AÇÃO: 4745 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS – **FISCORGEN**

PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária

AÇÃO: 2134 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – **VIGIFITO1**

AÇÃO: 8572 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS – **PCEVEGETAL**

AÇÃO: 4738 – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA – **ERRADMOSCA1**

O SEFAG compreende os programas descritos a seguir:

PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

AÇÃO: 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL – **FISCINAN**

AÇÃO: 2140 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO – **FISPROVET1**

AÇÃO: 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL – **FISCGENE**

AÇÃO: 2909 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS AO COMBATE DE PRAGAS E DOENÇAS - **FISAGROTOX**

AÇÃO: 2179 - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - **FISCALSEM1**

AÇÃO: 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES - **FISFECOI**

A Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG compreende os programas descritos a seguir:

PROGRAMA: 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

AÇÃO: 4720 – APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA – CERTORGAN1

AÇÃO: 8591 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS – APOIOAGRIC

AÇÃO: 8593 - APOIO AO USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS EM AGROECOSSISTEMAS – ORGMANEJO2

PROGRAMA: 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

AÇÃO: 2B47 – FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – IG - INDGRAF

PROGRAMA: 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

AÇÃO: 8606 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO – DESENORG

PROGRAMA: 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

AÇÃO: 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE – FISCONTRATO

AÇÃO: 8611 – APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO – APPRODUTOR

PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

AÇÃO: 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS – FISCAGRIC1

Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Equipe de Trabalho:

Jerônimo Barata de Melo – Engenheiro Agrônomo – FFA – Chefe

Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro - Engenheiro Agrônomo – FFA - Substituto

Apoio Administrativo:

Maria de Lourdes Cavour V. Trindade – Agente Administrativo

Elza Maria da Silva - Digitadora – Terceirizada

Atividades Desenvolvidas

A DDA é uma divisão técnica para acompanhar, coordenar, planejar e avaliar o Plano Operativo Anual dos serviços técnicos, de todos os PI's e sua execução pré estabelecida no POA/2011.

A DDA coordena e acompanha inclusive as ações do VIGIAGRO - Vigilância Agropecuária Internacional, cujas ações são Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos, PI - FISCPLANTA, e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos, PI - FISCANIMAL. Em 2011 foram realizadas 357 fiscalizações em produtos de origem vegetal, importados, incluindo suporte de madeira, trigo e bebidas em geral especialmente vinhos e derivados, sendo 156 Termos de Ocorrência e 201 Partidas Inspecionadas.

Foi realizado um curso de Capacitação Técnica em Sanidade Florestal no período de 01 à 05 de agosto de 2011, em Curitiba/PR, ministrado pelos pesquisadores da EMBRAPA do Paraná. Na ocasião foram treinados 04 Fiscais Federais Agropecuários do Vigiagro. Este curso teve como objetivo treinar os FFA's de todos os Estados que trabalham com importação e exportação de produtos de origem vegetal principalmente suporte de madeira no cumprimento da NINF 15/2006.

Outra atividade da DDA é o suporte técnico-administrativo da área técnica da SFA/PB, onde faz com que haja tramitação de documentos externos e internos resultantes da ação de fiscalização e inspeção dos serviços.

A DDA teve participação em diversas reuniões técnicas e administrativas no âmbito da SFA/PB e do Órgão Central-MAPA, de cunho regional e nacional. Os dados Físicos e Financeiros dos PI's encontram-se no relatório de gestão dos serviços de fiscalização e inspeção os quais são SEFAG, SISA e SISV.

De um modo geral, o DDA/SFA/PB cumpriu com o seu objetivo no tocante à coordenação das ações de fiscalização e inspeção.

PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2180 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS - FISCPLANTA2

AÇÃO: 2181 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – FISCANIMAL2

♦ **AÇÃO: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2**

Tabela VIII – Dados gerais da ação - **PI – FISCPLANTA2**

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela VIII.1- Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos.	FISCPLANTA2	Partida Inspeccionada (Unid.)	305	305	357	117,04	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
1.Vigilância e Controle Fitossanitários do Trânsito Internacional de Vegetais, suas Partes, Produtos e Subprodutos.	FISCPLANTA2	Partida Inspeccionada (Unid.)	305	305	357	117,04	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Termo de ocorrência			156		Unid.		
1.2. Licenciamento de importação deferido.			201		Unid.		
1.3. Termo de fiscalização emitido (carreta, vagão e navio).			00		Unid.		
1.4. Termo de Destruição (colis postaux)			00		Unid.		
1.5. Requerimento exportação e importação /embalagem de madeira			357		Unid.		

Fonte: SISV * A informação será disponibilizada pelo MAPA Fonte: SISV

OBS: A programação do SIPLAN foi de 305 fiscalizações, foi realizada 344 faltando computar 13 fiscalizações perfazendo um total de 357 fiscalizações.

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Em 2011 houve uma utilização percentual de 84,93% no PI FISPLANTA2, considerando a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela VIII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014 -	6.593,20	6.593,20	5.710,90	5.710,90	0,00	5.710,90	86,62
339030 -	2.200,00	2.200,00	2.200,00	1.397,28	802,72	1.397,28	100,00
339033 -	9.206,80	9.206,80	6.472,41	6.472,41	0,00	6.472,41	70,30
339039 -	6.000,00	6.000,00	5.999,99	5.999,99	0,00	5.999,99	100,00
TOTAL	24.000,00	24.000,00	20.383,30	19.580,58	802,72	19.580,58	84,93

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

O desempenho do Projeto Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos, no ano de 2011, ultrapassou as metas programadas, que foi de 305 fiscalizações, totalizando 357 fiscalizações conforme dados do SIPLAN, perfazendo 117,04 %, considerado aceitável em termos de planejamento, especialmente quando se trata de ações realizadas sob demanda. O trabalho desenvolvido no Porto de Cabedelo é realizado mediante demanda, em razão do aquecimento ou desaquecimento da economia, de modo que o percentual de execução acima do programado ocorreu em função do maior ingresso da importação de produtos de origem vegetal, tendo Suape/PE como porto de entrada, e destino final o porto de Cabedelo/PB, com uma demanda maior de embalagem e suporte de madeira, vinhos e bebidas em geral, ressaltando-se que as importações de trigo em grão foram efetivadas diretamente através do porto de Cabedelo.

♦ AÇÃO: 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2

Tabela IX – Dados gerais da ação - PI FISCANIMAL2

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária
Ação	2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2
Tipo da Ação	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Não ocorreu importação e exportação de Produtos de Origem Animal através do Porto de Cabedelo durante o ano de 2011.

I. Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA

Equipe de Trabalho:

Antônio Hybernon da Silva - Chefe - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Frederico Ronaldo de Arruda - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Janete Vatanabe Okamoto Lima - Médica Veterinária- Fiscal Federal Agropecuário
Marco Aurélio Viana Silva - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Elisângela Luiza de Souza Marques – Médica Veterinária – Fiscal Federal Agropecuário
Márcio Ayrton Cavalcanti de Almeida – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Wilton Ribeiro Pinho – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Paulo Roberto Maciel Fernandes – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Artur Vasconcelos Valadares - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Daniel Rodrigues Viana – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Francisco de Assis Pereira Carneiro – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Geraldo Gonçalves da Rocha – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Luiz Carlos Andrade da Costa – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Vilberto Nunes Raimundo – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Bernadete Pereira – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
João Batista da Silva - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários

UTRA Patos:

Tarcisio Ferreira Maia - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Girley Medeiros Palmeira Maia – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Joaquim de Oliveira Santos – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA Campina Grande:

João de Arruda Câmara - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Gilberto Bevenuto da Silva – Agente de Atividade Agropecuária

Apoio Administrativo:

Lucas Sales Carneiro da Cunha –Terceirizado
Alessandra Dantas de Araújo – Terceirizada – até 12/12/2011

➤ PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 4842 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – FEBREAFTOS
AÇÃO: 8658 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS
- PCEANIMAL
AÇÃO: 2139 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE
ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – VIGIZOO2

♦ AÇÃO: 4842 – Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS

Tabela X – Dados gerais da ação - PI – FEBREAFTOS

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	4842 – Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS
Tipo	Atividade
Prioridade	3
Unidade de Medida	Km2

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela X.1 Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
4842 – Erradicação da Febre Aftosa.	FEBREAFTOS	Área Total Declarada Livre (Km2)	56.440	0	0	0	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Controle e Erradicação da Febre Aftosa.	FEBREAFTOS	Área Total Declarada Livre (Km2)	56.440	0	0	0	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Reunião Técnica.			25		Unid.		
1.2. Reunião Técnica Nacional.			02		Unid.		
1.3. Reunião com a Comunidade Organizada.			03		Unid.		
1.4. Videoconferência			12		Unid.		
1.5. Supervisão na Central.			02		Unid.		
1.6. Supervisão na Regional			02		Unid.		
1.7. Supervisão nos EAC.			34		Unid.		
1.8. Auditoria no Órgão Executor.			14		Unid.		
1.9. Auditoria nas ULSAV.			24		Unid.		
1.10. Supervisão/Fiscalização em Propriedades Rurais			48		Unid.		
1.11. Supervisão/Fiscalização em Revendas de Vacinas			10		Unid.		
1.12. Lançamento oficial da campanha			02		Unid.		
1.13. Palestra			09		Unid.		
1.14. Entrevista em rádio			02		Unid.		
1.15. Acompanhamento de convênio			19		Unid.		
1.11. Auditoria nas ULSAV e EAC (Descentralizado)			06		Unid.		
1.12. Auditoria nas ULSAV (Descentralizado)			16		Unid.		
1.13. Auditoria nos EAC (Descentralizado)			08		Unid.		
1.14. Atendimento a Suspeita de Doença Vesicular Fundamentada (Descentralizada)			02		Unid.		
1.15. Atendimento a Supeita de Doença Vesicular não Fundamentada (Descentralizada)			19		Unid.		
1.16. Vacinação Fiscalizada em Propriedades Rurais (Descentralizada)			296		Unid.		
1.17. Animais Existentes nas Propriedades Fiscalizadas (Descentralizado)			14.560		Unid.		
1.18. Vacinação Assistida em Propriedades Rurais (Descentralizado)			413		Unid.		
1.19. Animais Existentes nas Propriedades Assistidas (Descentralizado)			25.854		Unid.		
1.20. Vacinação Oficial em Propriedades Rurais (Descentralizado)			0		Unid.		

1.21. Animais Vacinados na Vacinação Oficial (Descentralizado)	0	Unid.
1.22. Propriedades Rurais com Vacinação (Descentralizado)	39.085	Unid.
1.23. Animais Vacinados (Descentralizado)	1.036.629	Unid.
1.24. Animais Quarentenados Fiscalizados (Descentralizado)	206	Unid.
1.25. Propriedades fiscalizadas com animais quarentenados. (Descentralizado)	14	Unid.

Fonte: SISA * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No PI FEBREAFTOS foi gasto 99,71%, considerando a dotação orçamentária descentralizada para o exercício.

Tabela X.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
333041	596.787,01	596.787,01	596.787,01	596.787,01	0,00	596.787,01	100,00
339014	16.830,90	16.830,90	12.824,29	12.824,29	0,00	12.824,29	76,19
339030	4.748,50	4.748,50	4.748,50	4.183,39	565,11	3.751,39	100,00
339033	14.100,00	14.100,00	10.120,45	10.120,45	0,00	10.120,45	71,78
339039	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	0,00	2.700,00	100,00
443042	2.091.460,00	2.091.460,00	2.091.460,00	2.091.460,00	0,00	2.091.460,00	100,00
Total	2.726.626,41	2.726.626,41	2.718.640,25	2.718.075,14	565,11	2.717.643,14	99,71

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Erradicação da Febre Aftosa é uma ação prioritária na LDO e tem como principal objetivo manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional aos mercados internos e externos.

A meta não foi atingida em nosso Estado, como no restante da região Nordeste, apesar dos esforços despendidos pelos Serviços Veterinários Oficiais e Iniciativa Privada.

A execução é direta e descentralizada, em ações conjuntas com o serviço de defesa sanitária animal do Estado, que trabalha também com recursos oriundos de convênio com o MAPA.

Os recursos financeiros disponibilizados foram suficientes para a realização das atividades programadas.

Os recursos humanos e materiais disponibilizados também atenderam a contento para execução das atividades da ação. Porém, no segundo semestre houve liberação de recursos financeiros do convênio para o órgão estadual de defesa sanitária animal, havendo necessidade de acompanhamento das ações do convênio e o serviço de rotina ficou prejudicado pelo pequeno número de fiscais federais agropecuários em relação ao grande número de serviço nos diversos programas sanitários.

O Estado nomeou, em meados de setembro, 67 concursados no ano de 2008, sendo 13 médicos veterinários, 05 engenheiros agrônomos e 49 técnicos agropecuários, mas apesar dessas contratações, os serviços continuam deficientes, pois a maioria dos médicos veterinários efetivos optou pela carga horária de 30 horas semanais, inclusive na central, somando-se ainda o nível de insatisfação e descontentamento geral.

O número de atendimento à suspeita de doença vesicular continua preocupante, sem nenhuma notificação após o mês de maio.

A vacinação dos bovídeos contra a febre aftosa continua muito instável. Através das supervisões realizadas nas unidades veterinárias locais, foi detectado que o número de pequenos produtores com até 05 (cinco) animais vacináveis é muito alto, e que esses não vacinam seus animais e fazem comércio ou escambo sem a documentação oficial.

Tabela X.3

VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA – 2011						
ESPÉCIE	1ª. Etapa – Maio			2ª. Etapa – Novembro *		
	Existente	Vacinado	%	Existente	Vacinado	%
BOVINA	1.437.830	1.035.661	72,03	-	-	-
BUBALINA	1.008	968	96,03	-	-	-
TOTAL	1.438.838	1.036.629	72,05	-	-	-

Fonte: SEDAP/PB

*Dados não informados pelo Serviço Veterinário Oficial Estadual (SEDAP/PB) até a data de 03 de fevereiro de 2012.

Os entraves detectados, através de supervisões no Órgão Executor, em sua maioria não foram sanados, com o agravante de agora ter muitos funcionários desmotivados, comprometendo substancialmente o desenvolvimento das ações. A maioria dos relatórios técnicos encontra-se em atraso, comprometendo inclusive o fechamento dos relatórios anuais deste Serviço.

♦ AÇÃO: 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL

Tabela XI – Dados gerais da ação - PI - PCEANIMAL

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL
Tipo de Ação	Atividade
Prioridade	3
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XI.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	20.000	18.000	29.000	145,0	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	12.375	-	*
ATIVIDADE				Quantidade	Unidade		
1.1 Fiscalizar as Ações do Órgão Executor para Habilitação de Salas de Diagnóstico e Ações Fiscais (Ação Descentralizada).				26	Unid.		
1.2. Fiscalizar Procedimento para Certificação de Propriedades Livres ou Monitoradas do PNECBT. (Ação Descentralizada).				02	Unid.		

1.3. Certificar Propriedades Livres e Monitoradas do PNECBT (Ação Direta).	04	Unid.					
1.4. Fiscalizar Curso para Habilitação de Veterinários Autônomos no PNECBT. (Ação Direta).	02	Unid.					
1.5. Habilitar Salas de Diagnósticos do PNCEBT (Ação Direta).	06	Unid.					
1.6. Realizar Palestras Educativas. (Ação Direta, Ação Descentralizada).	03	Unid.					
1.7. Participar de Reunião Técnica. (Ação Direta).	01	Unid.					
1.8. Propriedades Trabalhadas em Brucelose. (Ação Descentralizada).	7.233	Unid.					
1.9.Propriedades Trabalhadas em Tuberculose. (Ação Descentralizada).	7.296	Unid.					
1.10. Animais Testados para Brucelose (Ação Descentralizada).	31.446	Unid.					
1.11. Animais Testados para Tuberculose. (Ação Descentralizada).	28.053	Unid.					
1.12. Animais Positivos Brucelose (Ação Descentralizada).	23	Unid.					
1.13. Animais Negativos Brucelose (Ação Descentralizada).	31.415	Unid.					
1.14. Animais Positivos para Tuberculose (Ação Descentralizada).	32	Unid.					
1.15. Animais Negativos para Tuberculose (Ação Descentralizada).	28.053	Unid.					
1.16. Fiscalização para Médicos Veterinários Habilitados (Ação Direta, Ação Descentralizada).	26	Unid.					
1.17. Propriedade com Foco Brucelose (Ação Descentralizada).	29	Unid.					
1.18. Propriedade com Foco Tuberculose (Ação Descentralizada).	21	Unid.					
1.19. Animais Sacrificados com Tuberculose (Ação Descentralizada).	16	Unid.					
1.20. Animais Sacrificados com Brucelose (Ação Descentralizada).	17	Unid.					
1.21. Número de Veterinários Habilitados no PNECBT (Ação Direta).	06	Unid.					
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
02. Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Suídeos.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	-	-	-
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
2.1. Fiscalizar as ações do Órgão Executor no Controle de Doenças dos Suídeos (Ação Descentralizada).			01		Unid.		
2.2. Participar de Reunião Técnica (Ação Descentralizada).			03		Unid.		
2.3. Realizar Palestras Educativas (Ação Direta e Descentralizada).			06		Unid.		
2.4. Propriedades Afetadas.			0		Unid.		
2.5. Número de Foco de Exames Negativos para Peste Suína Clássica (Ação Descentralizada).			01		Unid.		
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
03. Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	9.079	-	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
3.1. Fiscalizar o Órgão Executor nas Ações de Combate aos Morcegos Hematófagos e a outros Transmissores.			04		Unid.		

3.2. Colheita de Material para Raiva dos Herbívoros e outras encefalopatias.		15	Unid.				
3.3. Resultado Positivo de Raiva e Outras Encefalopatias.		09	Unid.				
3.4. Propriedade com Foco de Raiva.		08	Unid.				
3.5. Morcegos Capturados.		29	Unid.				
3.6. Morcegos Tratados.		27	Unid.				
3.7. Herbívoros Vacinados.		470.491	Unid.				
3.8 Número de animais mortos.		04	Unid.				
3.9. Reunião Técnica com o Órgão Executor – SEDAP/PB.		3	Unid.				
3.10. Propriedades atendidas.		9.079	Unid.				
3.11. Colheita de ração – identificação prot. anim. na ração de ruminantes.		12	Unid.				
3.12. Resultados positivos – proteína animal na ração de ruminantes.		02	Unid.				
3.13. Sacrifícios de bovinos que se alimentaram de proteína animal.		14	Unid.				
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
04. Prevenção, Controle e Erradificação das Doenças da Equideocultura.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	2.601	-	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
4.1. Propriedades com Foco de AIE.			54		Unid.		
4.2. Propriedades com Foco de Mormo.			04		Unid.		
4.3. Colheita de Amostra para AIE.			5.271		Unid.		
4.4. Colheita de Amostra para Mormo.			5.339		Unid.		
4.5. Resultados Positivos de Equídeos para AIE.			112		Unid.		
4.6. Resultados Positivos de Equídeos para Mormo.			18		Unid.		
4.7. Eqüídeos Sacrificados com AIE.			73		Unid.		
4.8. Eqüídeos Sacrificados com Mormo.			09		Unid.		
4.9. Reunião Técnica com méd. veterinários cadastrados no PNSE.			03		Unid.		
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
05. Prevenção, Controle e Erradificação das Doenças da Avicultura.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	37	-	-
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
5.1. Fiscalizar as Ações do Órgão Executor no Cadastramento e Controle das Doenças das Aves em Granjas.			03		Unid.		
5.2. Controlar e Certificar Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como Livre para Salmoneloses e Micoplasmose (175%).			14		Unid.		
5.3. Participar de Reunião Técnica.			03		Unid.		
5.4. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – SUABES (- 34,7%).			6.044		Unid.		
5.5. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – SORO (+ 18,7%).			15.835		Unid.		
5.6. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – OVOS BICADOS (+ 39,5%).			300		Unid.		
5.7. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – MECÔNIOS (+ 214,3%).			750		Unid.		
5.8. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – PINTOS OU AVES MORTAS (+ 14,3 %).			318		Unid.		

5.9 Outras amostras.	1134	Unid.
5.10. N° de animais inspecionados – granjas matrizeiras.	1.429.393	Unid.
5.11. NOTA TÉCNICA.	01	Unid.
5.12. Fiscalização conjunta com o SEFAG/PB a granjas matrizeiras com vista à renovação de registro.	03	Unid.

Fonte: SISA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Da dotação orçamentária descentralizada prevista para o PI PCEANIMAL foram utilizados 99,47% nas suas atividades.

Tabela XI.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDAD A (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
333041	750.148,46	750.148,46	750.148,46	750.148,46	0,00	750.148,46	100,00
339014	21.821,30	21.821,30	18.918,29	18.918,29	0,00	18.918,29	86,70
339030	5.360,00	5.360,00	5.130,00	4.706,59	423,41	4.706,59	95,71
339033	12.000,00	12.000,00	8.064,52	8.064,52	0,00	8.064,52	67,20
339036	6.752,00	6.752,00	6.752,00	6.752,00	0,00	6.752,00	100,00
339039	2.528,32	2.528,32	2.528,31	2.528,31	0,00	2.528,31	100,00
339047	1.089,66	1.089,66	1.089,66	1.089,66	0,00	1.089,66	100,00
339093	1.085,00	1.085,00	1.085,00	1.085,00	0,00	1.085,00	100,00
443042	540.730,00	540.730,00	540.730,00	540.730,00	0,00	540.730,00	100,00
TOTAL	1.341.514,74	1.341.514,74	1.334.446,24	1.334.022,83	423,41	1.334.022,83	99,47

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Tem como principal objetivo garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais. A referida ação possui os seguintes processos básicos:

- Controle e a Certificação de Núcleos ou Estabelecimentos Avícolas Livres das Micoplasmose e Salmonelose Aviária;
- Prevenção e Controle das Doenças dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas;
- Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina;
- Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose;
- Controle e Erradicação das Doenças dos Suídeos.

O SISA por delegação à SEDAP-PB acompanha as ações do Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, dentre as quais as de vigilância sanitária para salmonelose e micoplasmose aviária. Os dados são comparativos aos de 2010: colheita de 300 ovos bicados (acréscimo de 39,5% em relação à 2010), 15.835 soros (acréscimo de 18,7 %), 318 aves mortas (acréscimo de 14,3%), 6.044 swabs (decréscimo de 34,74%) e 750 mecônios (acréscimo de 214,3%). Este SISA/PB, durante o período certificou 14 lotes (acréscimo de 75% em relação à 2010) em 3 granjas matrizeiras de aves. No monitoramento da Influenza Aviária e Doença de Newcastle em granjas matrizeiras em final de produção (dados até agosto de 2011), foram colhidas 205 swabs de cloaca e 205 swabs de traquéia, totalizando 410 swabs. Todos os exames na vigilância da salmonelose e micoplasmose e no monitoramento da Influenza Aviária e Doença de Newcastle apresentaram resultados negativos.

Em atendimento as instruções normativas Nº 56, de 04.12.2007 e N º59, de 04.12.2007, o SISA e SEFAG/SFA-PB realizaram fiscalizações em três granjas com vistas a renovação de registro como matrizeiras. Todas apresentaram documentação e condições estruturais, higiênico-sanitário e de manejo que atenderam os requisitos para a renovação.

Como entrave observado na consecução dos trabalhos de coordenação do Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA informamos que no período de agosto até novembro próximo passado houve atraso no envio de relatórios por motivo de afastamento da responsável pela coordenação desse programa.

No período, o SISA foi instado a dar parecer (nota técnica nº 01/2011) atendendo a solicitação da empresa avícola - granja matrizeira AZEVEM, registrada junto a este serviço, em questão sobre os limites mínimos entre as edificações e vias de acesso constando na Instrução Normativa Nº 04, 30.12.1998 e as exigências de manejo, localização, isolamento das instalações, controle de acesso e fluxo de trânsito (Instrução Normativa Nº 56, de 04.12.2009) para possível utilização em demanda judicial.

Na Prevenção e Controle das Doenças dos Equídeos - PNSE os dados tabulados são referentes às requisições e resultados de exames - ANEMIA INFECCIOSA EQUINA (AIE) e MORMO realizados por laboratórios credenciados pelo MAPA e por laboratórios oficiais - LANAGRO/PE e LANAGRO/MG. Contamos no Estado com 02 (dois) laboratórios particulares, sendo um em Campina Grande e outro em Catolé do Rocha/PB que realizam os diagnósticos de Anemia Infecciosa Equina (AIE) e Mormo dos equídeos em trânsito. Os exames de AIE e Mormo de propriedades sob vigilância são realizados, respectivamente, pelos LANAGRO's de Minas Gerais. e Pernambuco.

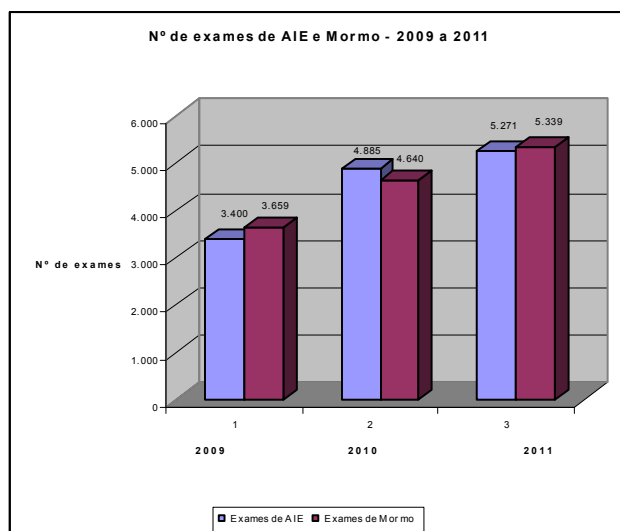
Durante o ano de 2011, os laboratórios particulares e oficiais realizaram 5.271 diagnósticos de AIE e 5.339 de MORMO no Estado da Paraíba, que apresentaram os seguintes resultados: 112 positivos para AIE, equivalendo 2,12% dos exames; um acréscimo de 53,42% em relação a 2010 (73) e 18 positivos para Mormo, equivalendo a 0,33% dos exames; um acréscimo de 12,5% em relação a 2010 (16). Houve um pequeno acréscimo nos resultados positivos de AIE no ano de 2011 em 0,63% em relação a 2010 e de 0,01% no Mormo. Foram sacrificados no total 82 equídeos, sendo 73 com AIE e 09 com MORMO, equivalendo, respectivamente, 65,17% (AIE) e 50% (Mormo) dos resultados positivos. Os equídeos não sacrificados no período deverão ser abatidos em 2012.

Tabela XI.3

Anos	AIE				MORMO			
	Exames	Positivos	Negativos	Sacrificados	Exames	Positivos	Negativos	Sacrificados
2009	3.400	52 (1,52%)	3.348	99	3.659	18 (0,49%)	3.641	18
2010	4.885	73 (1,49%)	4.812	73	4.640	16 (0,34%)	4.624	16
2011	5.271	112 (2,12%)	5.159	73	5.339	18 (0,33%)	5.321	09
Diferença		Acréscimo de 0,63%				decréscimo de 0,01%		

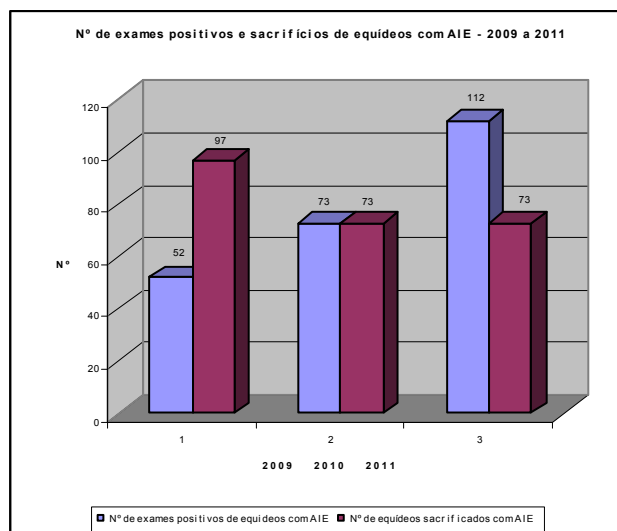
Fonte: SISA

Tabela XL4



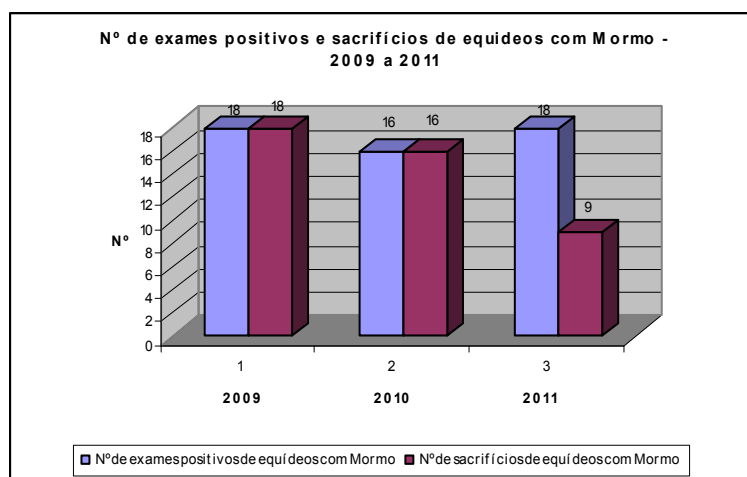
Fonte: SISA

Tabela XL5



Fonte: SISA

Tabela XL6



Fonte: SISA

O Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA/PB e a SEDAP/PB promoveram 03 reuniões técnicas com os médicos veterinários cadastrados junto ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE, em João Pessoa, Campina Grande e Patos, onde foram debatidos os procedimentos das ações delegadas, padronização dos procedimentos, legislação atual e em consulta pública que rege o referido programa, situação, distribuição e índices das enfermidades dos equídeos no Estado, emissão de GTA, qualidade dos resenhos, cobrança de relatórios, etc. Participaram 97 médicos veterinários entre oficiais e cadastrados da iniciativa privada.

Para o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias - PNCRH está relacionado ao cadastramento de propriedades rurais, monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, execução da vigilância em áreas ou propriedades de risco e atendimento aos focos da doença raiva ou outras encefalites e na vigilância ativa de colheita de ração com fins de identificação de proteína de origem animal na alimentação de ruminantes.

Apresentamos a seguir dados de 2009 a 2011 do Programa Nacional de Controle de Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias – PNCRH, sendo que comentaremos especificamente os de 2010 e 2011: propriedades atendidas em 2011 foram 9.079 (decréscimo de 9,0% em relação a 2010); nº animais vacinados contra raiva - 470.491 (acréscimo de 18,9%); propriedades com ocorrência de raiva (foco) - 08 (decréscimo de 53%); nº de animais mortos – 04 (decréscimo de 76,48%); dado computado somente até maio em virtude do novo modelo de relatório não incluir o item de animais mortos; diagnósticos laboratoriais com resultados positivos - 09 (decréscimo de

47,06%); morcegos hematófagos capturados – 29 (acrécimo de 241,6%); morcegos hematófagos tratados – 27 (acrécimo de 225%); colheita de ração – 12 (decrécimo de 20%); essa diminuição foi estipulada pelo departamento, portanto, foi cumprida em 100% a meta; resultado positivo das amostras colhidas para identificação de proteína animal na alimentação de ruminantes – 02 (decrécimo de 33,3%); animais sacrificados por uso indevido de cama de aviário – 14 (decrécimo de 17,65%; e 02 animais foram à óbito).

Tabela XI.7

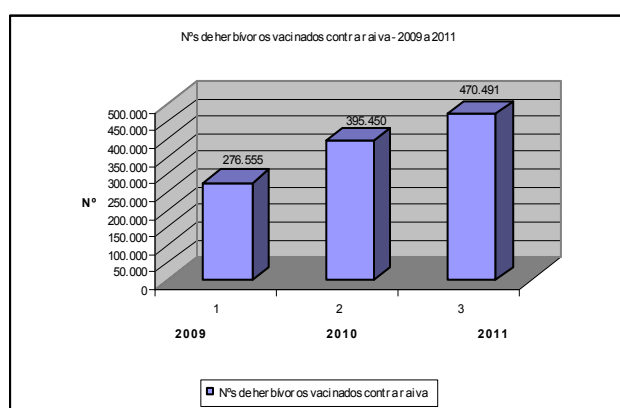
Anos	RAIVA e OUTRAS ENCEFALOPATIAS							Ração no cocho		
	Propried. atendidas	Animais vacinados	Propried. com foco	Animais Mortos	Diagnóst. (+)	MH capturados	MH tratados	Colheita ração	Result. (+)	Sacrifícios Bov.
2009	6.620	276.555	03	05	03	14	02	-		
2010	9.973	395.450	17	17	17	12	09	15	03	17
2011	9.079	470.491	8	4	9	29	27	12	02	14 (2)
Diferença	Decréscimo de 9%	acrécimo de 18,9%	decrécimo de 53%	decrécimo de 76,48%	decrécimo de 47,06%;	acrécimo de 241,6%;	acrécimo de 225%;	decrécimo de 20%	decrécimo de 33,3%	decrécimo de 17,65%

Fonte: SISA

Legenda: MH – Morcego hematófago.

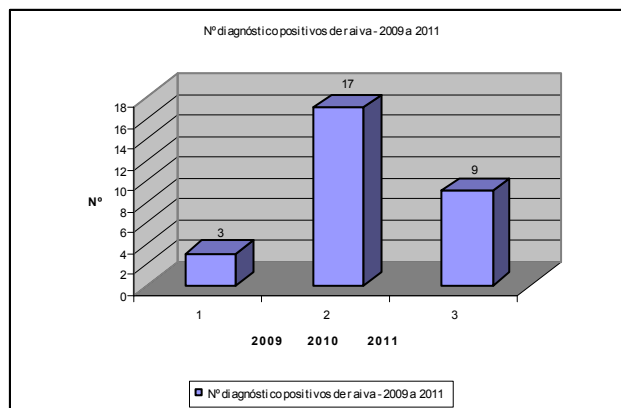
Outra ação delegada dentro do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH ao Serviço Estadual de Defesa Agropecuária é a de fiscalização ativa em propriedades rurais, para identificação do uso indevido de proteína animal (cama de aviário e resíduos de suínos) na alimentação de ruminantes. Foram realizadas 12 colheitas de amostras (100% do programado), das quais 03 (25%) apresentaram detecção de subprodutos de origem animal ao teste de microscopia. Das propriedades visitadas, onde se constatou o uso de cama de aviário foram interditadas e sacrificados os bovinos até o presente momento em número de 14 em estabelecimento inspecionado (SIE) com aproveitamento de carcaça, após a remoção e destruição de material de risco para encefalopatia espongiforme bovina (EEB), conforme estabelecido pelo MAPA.

Tabela XI.8



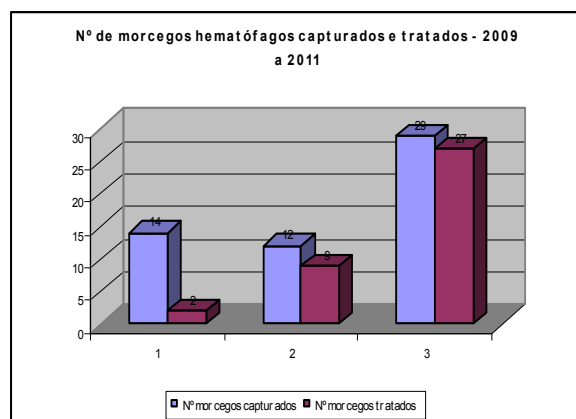
Fonte: SISA

Tabela XI.9



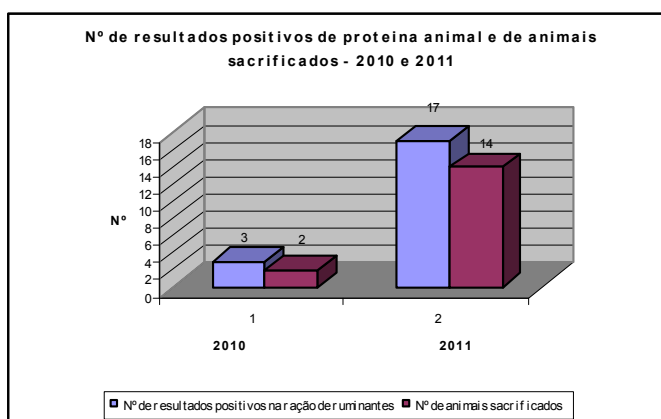
Fonte: SISA

Tabela XI.10



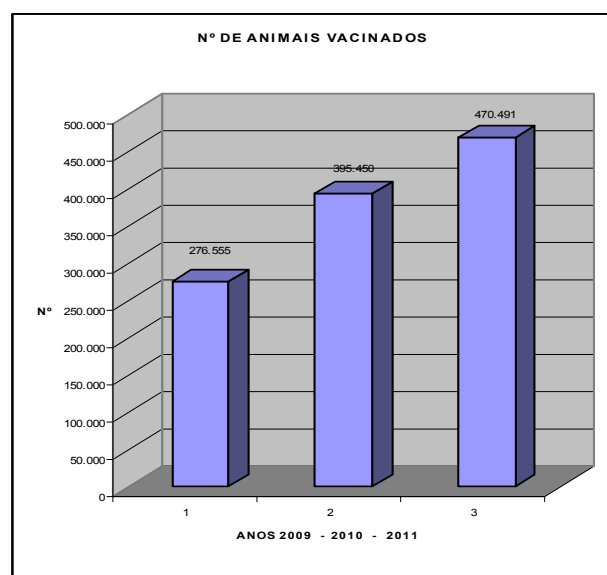
Fonte: SISA

Tabela XI.11



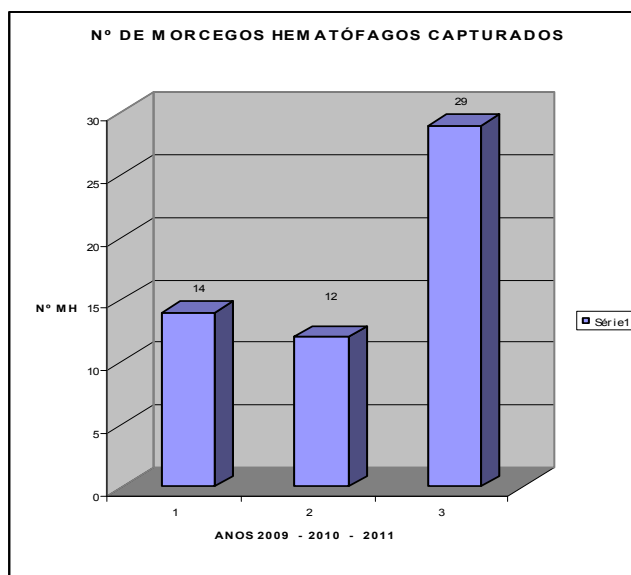
Fonte: SISA

Tabela XI.12



Fonte: SISA

Tabela XI.13



Fonte: SISA

As ações referentes ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal executadas pelo Órgão Executor - SEDAP/PB, desde o sacrifício sanitário dos animais positivos, fiscalização de revendas de vacinas, entre outros, com supervisão e gerenciamento do SISA/PB.

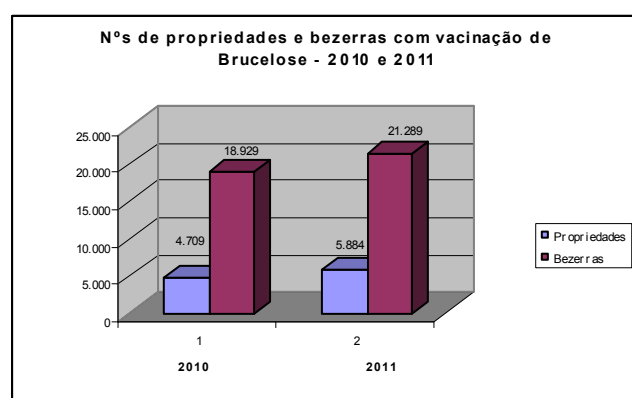
Comparando os dados de Brucelose Animal do ano de 2010 com os de 2011, constatamos: um acréscimo de 3,38% no nº de propriedades trabalhadas (6.996 para 7.233 = 237); um decréscimo de 15,54% (32.644 para 31.444 = 1.200) no Nº de animais examinados; um decréscimo de 54,91 % (51 para 23 = - 28) no nº de animais positivos; um decréscimo 0,10% (27.542 para 27.516 = - 26) no nº de animais negativo; acréscimo de 24,95 % (4.709 para 5.884 = + 1.175) no nº de rebanhos vacinados; um acréscimo de 12,46 % (18.929 para 21.289 = + 2.360) no nº de bezerras vacinadas; um decréscimo de 77,62% (67 para 15 = - 52) no Nº de animais sacrificados. Devemos desconsiderar essa elevada percentagem (77,62%), pois animais remanescentes de 2011 deverão ser abatidos em 2012. É interessante ressaltar que houve um gradual decréscimo de 0,54%, 0,15% e 0,09% nos resultados positivos para Brucelose, respectivamente nos anos 2009 a 2011, que se configura em decrescente incidência no estado. Quanto à vacinação contra Brucelose em rebanhos houve um decréscimo de 24,95 % (4.709 para 5.884 = 1.175) e de 12,46% no Nº de bezerras vacinadas (18.929 para 21.289 = 2.360) em relação a 2010.

Tabela XI.14

CONDENSADO DOS RELATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DE BRUCELOSE - 2009 a 2011.							
ANO	Propriedades trabalhadas	Animais examinados	Animais positivos (%)	Animais negativos (%)	Rebanhos vacinados	Bezerras vacinadas	Nº Animais sacrificados
2009	5.913	38.413	208 (0,54%)	32.593	3.912	17.191	40
2010	6.996	32.644	51 (0,15%)	27.542	4.709	18.929	67
2011	7.233	31.444	23 (0,09%)	27.516	5.884	21.289	15
Diferenças entre 2010 e 2011.	237 (decréscimo de 3,38 %)	1.200 (decréscimo de 3,68 %)	28 (decréscimo de 54,91%)	26 (decréscimo de 0,10 %)	1.175 (acrécimo de 24,95%)	2.360 (acrécimo de 12,46 %)	52 (decréscimo de 77,62 %)

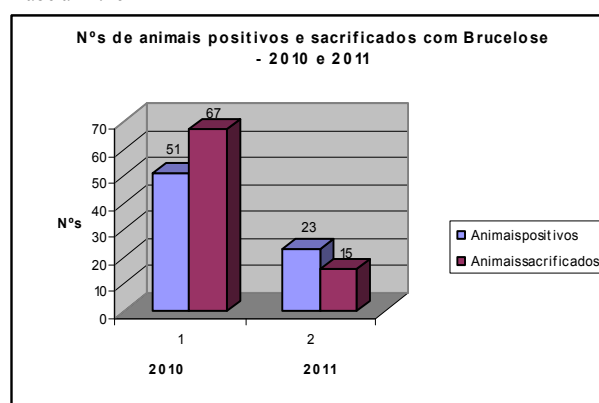
Fonte: SISA-PB

Tabela XI.15



Fonte: SISA-PB

Tabela XI.16



Fonte: SISA-PB

Analisando os dados de Tuberculose Animal nos anos de 2010 e os de 2011, constatamos: um acréscimo de 0,058% no Nº de propriedades trabalhadas (6.894 para 7.296 = 402); um acréscimo de 0,01% no nº de propriedades positivas (19 para 21 = 2); um decréscimo de 0,01% no Nº de propriedades negativas (6.880 para 8.748 = 1.868); um acréscimo de 0,0001% no Nº de animais examinados (31.919 para 31.925 = 6); um decréscimo de 25,59 % no Nº de animais positivos (43 para 32 = 11); um acréscimo de 0,0005% no Nº de animais negativos (31.876 para 31.894 = 18) e um decréscimo 76,12% no Nº de animais sacrificados (67 para 16 = 51).

Tabela XI.17

CONDENSADO DOS RELATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DE TUBERCULOSE - 2009 a 2011.							
ANO	Propriedades trabalhadas	Propried. Positivas (%)	Propried. Negativas (%)	Animais examinados	Animais positivos (%)	Animais negativos (%)	Nº Animais sacrificados
2009	8.099	50 (0,61%)	8.049 (99,39%)	31.631	117	31.514	79
2010	6.894	19 (0,27%)	6.880 (99,73%)	31.919	43	31.876	67
2011	7.296	21 (0,28%)	8.748 (99,72%)	31.925	32	31.894	16
Diferenças entre 2010 e 2011.	402 (acrécimo de 0,058)	02 (acrécimo 0,01%)	1.868 (decrécimo 0,01%).	06 (acrécimo de 0,0001 %)	11 (decrécimo de 25,59%)	18 (acrécimo de 0,0005%)	51 (decrécimo de 76,12 %)

Foram realizados 02 (dois) cursos de Treinamento em Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose e outras Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, em atendimento ao programa,

com participação e habilitação de 40 médicos veterinários. Em Campina Grande/PB foi realizado um Encontro de Atualização para Médicos Veterinários habilitados no PNCEBT.

Em 2011 houve a renovação de uma e certificação de duas propriedades como Livre de Brucelose e Tuberculose.

As ações referentes ao Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos foram executadas pela SEDAP/PB, com supervisão e orientação do SISA. No ano de 2011 foram atendidos 223 (duzentos e vinte e três) municípios; atendida 01 (uma) suspeita de PSC; foram executadas 16 (dezesesseis) palestras. No estado da Paraíba não há criatórios GRSC, a população suídea é de 80. 573 e a área de risco de PSC não são caracterizadas. Foi aplicado um questionário em 4.918 propriedades rurais, para levantamento situacional da suídeocultura do estado, visando formatação de um projeto para inquérito sorológico da Peste Suína Clássica – PSC.

As metas realizadas na ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais foi de 145% da meta prevista. Justifica-se esse percentual elevado ao trabalho de levantamento realizado em propriedades de criação de suídeos para o diagnóstico situacional da Peste Suína Clássica – PSC, visando o inquérito soroepidemiológico desta enfermidade no estado.

♦ AÇÃO: 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos –VIGIZOO2

Tabela XII – Dados gerais da ação - PI – VIGIZOO2

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos –VIGIZOO2
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.	VIGIZOO2	Fiscalização Realizada (Unid.)	10.000	12.450	10.690	85,86	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.	VIGIZOO2	Fiscalização Realizada (Unid.)	10.000	12.450	10.690	85,86	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Auditoria PVA.			08		Unid.		
1.2. Supervisão fiscalização volante.			01		Unid.		
1.3. Eventos pecuários fiscalizados (Descentralizado).			183**		Unid.		
1.4. Animais fiscalizados nos eventos pecuários (Descentralizado).			66.555**		Unid.		

1.5. Acompanhamento de embarque de animais (Descentralizado).	05	Unid.
1.6. Fiscalização dos animais embarcados (Descentralizado).	94	Unid.

Fonte: SISA e SEDAP/PB * A informação será disponibilizada pelo MAPA

** Dados referentes ao período de janeiro a junho de 2011.

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Da dotação orçamentária descentralizada prevista para o PI VIGIZOO2 foram utilizados 93,02% nas suas atividades.

Tabela XII.2 - PI – VIGIZOO2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	1.239,00	1.239,00	1.128,44	1.128,44	0,00	1.128,44	91,08
339030	345,00	345,00	345,00	345,00	0,00	345,00	100,00
Total	1.584,00	1.584,00	1.473,44	1.473,44	0,00	1.473,44	93,02

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos tem como principal objetivo manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.

A execução é descentralizada, para o serviço de defesa sanitária animal do Estado e médicos veterinários da iniciativa privada, que emitem certificados de inspeção sanitária para produtos não comestíveis.

A meta foi corrigida para 12.450 fiscalizações prevendo-se a contratação de mais funcionários e conseqüentemente maior número de fiscalizações, porém a contratação somente ocorreu no segundo semestre, frustrando o aumento nas fiscalizações e cumprimento da meta corrigida.

Nesta ação também foram utilizados recursos financeiros da Febre Aftosa, visto que a maioria das atividades é concomitante, isto é, as supervisões das ações delegadas são realizadas de modo geral e não especificamente do trânsito animal, seus produtos e subprodutos.

Em meados de setembro o governo estadual realizou a nomeação de 67 concursados no ano de 2008, sendo 13 médicos veterinários, 05 engenheiros agrônomos e 49 técnicos agropecuários. Os postos de fiscalização interestaduais de Juripiranga e Tacima foram contemplados com as novas contratações dos técnicos agropecuários. Apesar das contratações, os serviços continuam deficientes, pois, a maioria dos médicos veterinários optou pela carga horária de 30 horas semanais, inclusive na central, somando-se o nível de insatisfação e descontentamento geral.

Os relatórios referentes a emissão de guia de trânsito animal não consta neste relatório porque o órgão executor enviou no final do ano passado os relatórios referentes ao primeiro semestre não havendo tempo hábil para a tabulação dos dados por este Serviço.

Tabela XII.3

TRÂNSITO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – CIS EMITIDO - 2011												
	Pele Bovina Salgada			Pele Caprina Salgada			Pele Ovina Salgada			Total		
	Qtidade	Peso	CIS-E	Qtidade	Peso	CIS-E	Qtidade	Peso	CIS-E	Qtidade	Peso	CIS-E
BA	550	15.000	01	3.300	7.600	01	3.200	6.400	-	7.050	29.000	02
CE	15.680	429.000	21	-	-	-	-	-	-	15.680	429.000	21
MA	6.149	144.000	08	-	-	-	-	-	-	6.149	144.000	08
MG	52.120	1.452.500	69	-	-	-	-	-	-	52.120	1.452.500	69
PE	30.606	837.900	62	25.560	47.720	14	49.830	94.156	03	105.996	979.776	79
PI	1.615	44.080	04	-	-	-	-	-	-	1.615	44.080	04
PR	5.635	154.000	07	-	-	-	-	-	-	5.635	154.000	07
RN	1.250	35.000	01	-	-	-	-	-	-	1.250	35.000	01
RS	19.314	517.000	20	-	-	-	-	-	-	19.314	517.000	20
SP	63.666	1.778.200	53	-	-	-	-	-	-	63.666	1.778.200	53
TOT AL	196.585	5.406.680	246	28.860	55.320	15	53.030	100.556	03	278.475	5.562.556	264

Fonte: SEDAP/PB

Tabela XII.4

FISCALIZAÇÃO NOS POSTOS FIXOS - 2011		
ANIMAIS	N.º ANIMAIS	N.º VEÍCULOS
BOVINOS	30.267	2.464
BUBALINOS	205	06
OVINOS	6.636	289
CAPRINOS	5.724	219
SUÍNOS	2.492	79
EQUINOS	4.919	1.411
MUARES	51	06
ASININOS	11	04
GALINHAS	1.780.196	723
PINTOS DE UM DIA (GALINHA)	5.847.587	345
OVOS FÉRTEIS (GALINHA)	18.852.517	321
PERUS	0	0
PINTOS DE UM DIA (PERU)	0	0
OVOS FÉRTEIS (PERU)	0	0
RATITAS	0	0
PINTOS DE UM DIA (RATITA)	0	0
OVOS FÉRTEIS (RATITA)	0	0
CODORNAS	0	0
COLMÉIAS	0	0
ADULTO (PEIXE)	0	0
JUVENIL (PEIXE)	0	0
ALEVINO (PEIXE)	6.250	02
ADULTO (CRUSTÁCEO)	8.285	03
LARVA (CRUSTÁCEO)	490.000	03
PÓS LARVA (CRUSTÁCEO)	917.501.249	242
ADULTO (MOLUSCO)	0	0
SEMENTE (MOLUSCO)	0	0
PÓS LARVA (MOLUSCO)	0	0
TOTAL	944.536.389	6.117

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	QUANTIDADE	VEÍCULO
PRODUTOS CÁRNEOS (ton.)	36.570	1.426
PRODUTOS LÁCTEOS (ton.)	6.070	287
PESCADOS (ton.)	14.864	179
COUROS E PELES (ton.)	1.497	90
OVOS (dúzia)	3.760.023	703
MEL (litro)	39.006	03
CAMA DE FRANGO (ton.)	114	10
TOTAL	3.858.144	2.698
INSUMOS AGROPECUÁRIOS	QUANTIDADE	VEÍCULO
RAÇÃO ANIMAL (ton.)	850.328	1.875
PRODUTOS BIOLÓGICOS (dose)	0	0
TOTAL	850.328	1.875
TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS:		10.690

Fonte: SEDAP/PB

Tabela XII.5

FISCALIZAÇÃO VOLANTE - 2011		
ANIMAIS	N.º ANIMAIS	N.º VEÍCULOS
BOVINOS	6.257	610
BUBALINOS	02	0
OVINOS	1.677	109
CAPRINOS	1.293	89
SUÍNOS	1.439	89
EQUINOS	38	19
MUARES	4	0
ASININOS	37	03
GALINHAS	0	0
PINTOS DE UM DIA (GALINHA)	20.400	01
OVOS FÉRTEIS (GALINHA)	0	0
PERUS	0	0
PINTOS DE UM DIA (PERU)	0	0
OVOS FÉRTEIS (PERU)	0	0
RATITAS	0	0
PINTOS DE UM DIA (RATITA)	0	0
OVOS FÉRTEIS (RATITA)	0	0
CODORNAS	0	0
COLMÉIAS	0	0
ADULTO (PEIXE)	0	0
JUVENIL (PEIXE)	0	0
ALEVINO (PEIXE)	0	0
ADULTO (CRUSTÁCEO)	0	0
LARVA (CRUSTÁCEO)	0	0
PÓS LARVA (CRUSTÁCEO)	0	0
ADULTO (MOLUSCO)	0	0
SEMENTE (MOLUSCO)	0	0
PÓS LARVA (MOLUSCO)	0	0
TOTAL	31.147	920
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	QUANTIDADE	N.º VEÍCULOS
PRODUTOS CÁRNEOS (ton.)	0	0
PRODUTOS LÁCTEOS (ton.)	0	0

PESCADOS (ton.)	0	0
COUROS E PELES (ton.)	0	0
OVOS (dúzia)	0	0
MEL (litro)	0	0
CAMA DE FRANGO (ton.)	0	0
OSSOS (ton.)	0	0
TOTAL	0	0
INSUMOS AGROPECUÁRIOS	QUANTIDADE	N.º VEÍCULOS
RAÇÃO PARA ANIMAIS (ton.)	0	0
PRODUTOS BIOLÓGICOS (dose)	0	0
TOTAL	0	0
TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS: 920		
TOTAL DE AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS: 77		

Fonte: SEDAP/PB

➤ **PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas**

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 8938 – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL –
INSPANIMAL3

AÇÃO: 4723 – CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE
ORIGEM VEGETAL E ANIMAL – **RESÍDUOS**

◆ **AÇÃO: 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3**

Tabela XIII – Dados gerais da ação - **PI – INSPANIMAL3**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XIII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.	INSPANIMAL3	Estabeleciment o Inspeccionado (Unid.)	19	17	17	100	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Inspeção de estabelecimento de produto	INSPANIMAL3	Estabeleciment o Inspeccionado	19	17	17	100	*

e subproduto de origem animal		(Unid.)					
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Supervisão em Estabelecimento de Carnes e Ovos.			05		Unid.		
1.2. Supervisão em Estabelecimento de Leite e Derivados.			08		Unid.		
1.3. Supervisão em Estabelecimento de Pescado e Derivados.			02		Unid.		
1.4. Supervisão em Estabelecimento de Mel e Produtos Apícolas.			03		Unid.		
1.5. Inspeção de Leite de Consumo.			13.206.014		L		
1.6. Inspeção de Carnes e Derivados.			36.912.184		Kg		
1.7. Inspeção de Leite e Derivados.			26.611.576		Kg		
1.8. Inspeção de Pescado e Derivados.			1.132.990		Kg		
1.9. Inspeção de Ovos.			197.261.537		Unid.		
1.10. Inspeção de Mel e Derivados.			39.300		Kg		
1.11. Análise Laboratorial de Carnes, Derivados e Ovos.			223		Unid.		
1.12. Análise Laboratorial de Leite e Derivados.			95		Unid.		
1.13. Análise Laboratorial de Pescado e Derivados			04		Unid.		
1.14. Análise de Água.			13		Unid.		
1.15. Fiscalização no Comércio Varejista e Casa Atacadista.			26		Unid.		
1.16. Capacitação de Técnicos.			02		Unid.		
1.17. Auto de Infração.			27		Unid.		
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
02. Registro de Rótulos e Produtos de Origem Animal	INSPANIMAL3	Rótulo Registrado (Unid.)	100	103	103	100	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
2.1. Análise de documentos/emissão de parecer técnico.			211		Unid.		
2.2. Rótulos registrados.			103		Unid.		
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
03. Registro de Estabelecimentos de Produtos e Subprodutos de Origem Animal	INSPANIMAL3	Estabelecimento Registrado (Unid.)	01	01	01	100	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
3.1. Vistoria de Terreno.			14		Unid.		
3.2. Emissão de Laudo de Vistoria de Terrenos.			14		Unid.		
3.3. Emissão de Títulos de Registro de Estabelecimento Relacionado.			01		Unid.		
3.4. Processos Encaminhados para Registro no DIPOA.			01		Unid.		

Fonte: SISA * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Analisando o PI INSPANIMAL 3, o percentual aplicado nas Atividades da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos e Subprodutos de Origem Animal, em relação a dotação orçamentária descentralizada, no exercício, foi de 94,65%.

Tabela XIII 2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	29.579,92	29.579,92	27.533,86	27.533,86	0,00	27.533,86	93,08
339030	15.978,73	15.978,73	15.978,73	13.564,82	2.413,91	13.564,82	100,00
339033	7.049,00	7.049,00	6.148,00	6.148,00	0,00	6.148,00	87,22
339039	2.220,00	2.220,00	2.220,00	2.220,00	0,00	2.220,00	100,00
339047	228,90	228,90	228,90	228,90	0,00	228,90	100,00
TOTAL	55.056,55	55.056,55	52.109,49	49.695,58	2.413,91	49.695,58	94,65

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Durante o ano de 2011 a Ação “Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal” apesar da redução na descentralização dos recursos e da limitação dos deslocamentos dos servidores, conseguiu-se manter a inspeção permanente nos estabelecimentos submetidos a este tipo de inspeção e a inspeção periódica dos demais estabelecimentos, atendendo-se as metas propostas no Plano Operativo. Foi aplicado o montante de R\$ 55.056,55 (cinquenta e cinco mil, cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) que correspondeu a 94,65% dos recursos descentralizados. O total dos recursos aplicados em 2011 foi em um volume menor que os recursos do ano de 2010, pois, não foram destinados recursos para a aquisição dos materiais permanentes.

No SIPLAN a meta física do PI INSPANIMAL3 é não cumulativa (estabelecimento inspecionado) e a mesma foi cumprida na sua totalidade, pois a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos registrados sob SIF foi mantida durante todo o ano de 2011, não tendo ocorrido problemas na execução dessa meta.

Na fiscalização realizada deu-se continuidade à implantação da verificação oficial dos autocontroles das empresas beneficiadoras de produtos de origem animal sob SIF e ao combate à fraude nos diversos produtos de origem animal, bem como, deu-se continuidade às supervisões dos estabelecimentos. Foi intensificada a coleta de amostras de produtos de origem animal para verificação dos padrões de identidade e qualidade dos mesmos. Foram detectados alguns produtos fora dos padrões estabelecidos pela legislação, tanto produzidos em estabelecimentos localizados na Paraíba, quanto de estabelecimentos localizados em outros Estados da Federação.

Foram realizadas viagens para atender solicitações do DIPOA (ex.: realização de auditorias em outros Estados) que tiveram os recursos descentralizados para esta SFA-PB que foi responsável pela geração das Ordens de Serviço.

Os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Federal são submetidos à inspeção permanente ou a inspeção periódica por Agentes de Inspeção e Fiscais Federais Agropecuários, como também são submetidos à supervisão técnica por Fiscais do SISA/DDA/SFA-PB, seguindo programação previamente estabelecida. Também são realizadas auditorias por Fiscais designados pelo DIPOA em Brasília, para verificar as condições técnico-higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e avaliar o desempenho das ações realizadas pelos encarregados da inspeção local.

Durante a inspeção, os Fiscais e Agentes de Inspeção, dentre as suas atividades, acompanham a realização das análises de triagem das matérias-primas e de conformidade dos produtos acabados, pelos responsáveis do controle de qualidade dos estabelecimentos. Nos estabelecimentos de abate são realizadas a inspeção ante-mortem e a inspeção pós-mortem de todos os animais abatidos. A

inspeção é realizada por Fiscal Federal Agropecuário – Médico Veterinário, auxiliado pelos Agentes de Inspeção.

Ressaltamos que os recursos começaram a ser descentralizados a partir de janeiro de 2011, tendo havido contingenciamento dos mesmos nos meses subsequentes em atendimento ao Decreto Nº 7746 de 1º de março de 2011.

Houve a participação de Fiscais em reuniões técnicas promovidas pelo DIPOA referentes à aplicação de procedimentos de verificação dos programas de autocontrole das empresas sob SIF (Serviço de Inspeção Federal), bem como, reuniões com a finalidade de avaliação e da intensificação das ações.

Como fatos relevantes ocorridos em 2011 houveram a instalação do SIF em um Entrepasto Mel e Cera de Abelhas, a aprovação do projeto para instalação de um Matadouro Frigorífico e Fábrica de Conservas, o cancelamento do SIF de uma Fábrica de Laticínios e a interrupção de funcionamento de um Matadouro de Caprinos e Ovinos e de um Entrepasto de Pescado.

Quanto às ações referentes ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, integrado pelo SUASA – Sistema Unificado de Atenção a Saúde Agropecuária, foram realizadas reuniões com os representantes da Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba - SEDAP, EMATER, órgãos de defesa do consumidor e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com vistas a elaboração de estratégias visando a adesão ao mesmo. Com vistas à divulgação e adesão dos municípios, foi decidida a realização de oficinas, as quais foram realizadas pelo SISA/DDA/SFA-PB em conjunto com o MDA, a SEDAP e a EMATER, tendo como público alvo, os Gestores Municipais, onde foram apresentados os Sistemas, bem como, as vantagens para o desenvolvimento e organização das atividades produtivas envolvendo produtos de origem animal nos municípios e também os benefícios da adesão aos mesmos para a preservação da saúde da população.

Tendo em vista as necessidades de aprimorar a atuação do Serviço de Inspeção Federal e aplicação das ferramentas disponíveis, bem como, o aumento das atividades demandadas pelas empresas registradas no SIF e a necessidade da proteção da saúde dos consumidores, este serviço necessita de mais técnicos, Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção.

♦ AÇÃO: 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESÍDUOS

Tabela XIV – Dados gerais da ação - **PI - RESÍDUOS**

Função	Agricultura
Subfunção	Normalização e Qualidade
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESÍDUOS
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XIV.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
4723 – Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.	RESÍDUOS	Análise realizada (Unid)	169	136	136	100	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Monitoramento de produto de origem animal.	RESÍDUOS	Monitoramento realizado (Unid)	169	136	136	100	*
ATIVIDADE		Quantidade		Unidade			
1.1. Coleta de amostra.		136		Unid.			
1.2 Amostras analisadas.		99		Unid.			
1.3 Amostras descartadas/não recebidas.		37		Unid.			

Fonte: SISA * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Não foram descentralizados recursos do PI Resíduos.

Análise Crítica de Desempenho

O Programa Nacional de controle de Resíduos e Contaminantes foi estruturado para respaldar as exportações brasileiras, no entanto, nos últimos anos vem atuando na verificação e controle dos produtos elaborados por estabelecimentos voltados ao comércio nacional, com vistas a preservar a saúde dos consumidores, uma vez que são pesquisados resíduos de antibióticos, de drogas de uso veterinário e contaminantes inorgânicos.

Os estabelecimentos e produtos são amostrados por sorteio onde é utilizado um programa estatístico, seguindo-se o escopo analítico do programa previamente aprovado e publicado. Para o Estado da Paraíba foram sorteadas 136 amostras de produtos com vistas à realização das análises, destas, 99 amostras (72,26%) foram efetivamente analisadas e apresentaram resultados dentro dos padrões estabelecidos, as outras 37 amostras (27,74%) foram descartadas ou não chegaram aos laboratórios indicados, na maioria dos casos por problemas no envio das mesmas, como, atraso na entrega por parte dos correios, uma vez que as amostras são perecíveis.

As atividades do PI RESÍDUOS foram desenvolvidas com os recursos do PI INSPANIMAL3, tendo sido atendida toda a demanda, a qual depende de sorteio aleatório com base estatística, com os parâmetros definidos pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes do MAPA (CCRC). Não houve problemas relativos à execução das atividades constantes do PI RESÍDUOS, pois a meta estabelecida foi cumprida.

II. Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV

Equipe de Trabalho:

João Berquimas de Andrade - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário - Chefe
 José Ribamar Vidal – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
 Carlos Henrique de Farias Ximenes – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
 Gecemar Cordeiro Júnior – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
 Edson Arnaldo Cavalcanti Loureiro - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
 Valter José de Freitas Holanda – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
 Raimundo Luiz da Silva – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
 Walkyr Henriques de Araújo – Fiscal Federal Agropecuário
 Valdemyr Soares de Oliveira – Agente de Atividade Agropecuária
 Jamir Mascena de Souza – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário

UTRA Campina Grande:

Adriana Araújo Costa Truta - Engenheira Agrônoma - Fiscal Federal Agropecuário
 Alexandre Agra Duarte – Engenheiro Agrônomo – FFA

Giovanni Perazzo Barboza – Engenheiro Agrônomo – FFA
Francisco Inácio Sousa Filho – Auxiliar Administrativo - CONAB
Aderval Primo Teodoro – Motorista - CONAB

Apoio Administrativo:

João Bosco Mariz Martins – Assistente Administrativo
Adelina Stela Batista Vasconcelos de Souto – Agente Administrativo
Maria Auxiliadora Silva da Cunha – Terceirizada
Rosalina Feitosa dos Santos Nóbrega – Terceirizada
Roberta Félix Paulino - Terceirizada

➤ PROGRAMA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 8939 – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – IPVEGETAL2

AÇÃO: 4746 – PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS – PADCLASSIF

AÇÃO: 4745 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - FISCORGEN

♦ AÇÃO: 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2

Tabela XV – Dados gerais da ação - **PI – IPVEGETAL2**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XV.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
8939- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.	IPVEGETAL 2	Estabelecimento Inspecionado (Unid.)	90	90	97	107,77	90
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Registro de Estabelecimento e Produto	IPVEGETAL 2	Registro Realizado (Unid.)	0	0	35	-	-
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Registro concedido de estabelecimento.			06		Unid.		

1.2. Registro concedido de produto.		33	Unid.
1.3. Renovação, alteração e cancelamento de estabelecimento.		06	Unid.
1.4. Renovação, alteração e cancelamento de produtos.		07	Unid.
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO
			Meta Prevista Corrigida Meta Realizada % Meta para 2012
02. Certificação de Produtos de Bebidas e Vinagres Importados	IPVEGETAL 2	Certificação Realizada	0 0 45 - -
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade
2.1. Certificado de produto importado.		56	Unid.
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO
			Meta Prevista Corrigida Meta Realizada % Meta para 2012
03. Inspeção e Fiscalização de Bebidas.	IPVEGETAL 2	Inspeção Realizada (Unid.)	0 0 86 -
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade
3.1. Fiscalização realizada.		97	Unid.
3.2. Inspeção realizada.		97	Unid.
3.3. Produto fiscalizado.		06	Unid.
3.4. Produto amostrado.		06	Unid.
3.5. Produto apreendido.		02	Unid.
3.6. Produto em conformidade.		25	Unid.
3.7. Produto não conforme.		12	Unid.
3.8. Auto de Infração.		21	Unid.
3.9. Advertência emitida.		01	Unid.
3.10. Multas Aplicadas.		26	Unid.
3.11. Multas.		205.000,00	R\$
3.12. Termo de Apreensão.		02	Unid.

Fonte: SISV

Desempenho Orçamentário e Financeiro: PI IPVEGETAL 2 – Durante o exercício utilizou-se o percentual de 85,11%, considerando a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XV.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	18.573,76	18.573,76	17.970,02	17.970,02	0,00	17.970,02	96,75
339030	10.000,00	10.000,00	10.000,00	9.122,31	877,69	9.122,31	100,00
339033	6.600,00	6.600,00	1.967,93	1.967,93	0,00	1.967,93	29,82
TOTAL	35.173,76	35.173,76	29.937,95	29.060,26	877,69	29.060,26	85,11

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Em face da redução de recursos financeiros para as atividades do PI IPVEGETAL2 foi dada prioridade absoluta à inspeção de estabelecimentos, resultando o alcance de 97 inspeções realizadas, contra 90 inspeções programadas no SIPLAN.

Todavia, registra-se que, em face do contingenciamento acima, não houve ações de capacitação ou participação em operações de âmbito nacional, restringindo-se ao autodesenvolvimento voluntário de cada servidor, os esforços no sentido de manter-se atualizado os conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho das tarefas afetas a seu cargo.

O escopo das inspeções foi mantido, aferindo-se a aderência dos estabelecimentos produtores aos preceitos da Instrução Normativa nº 5, de 31 de março de 2.000, bem como das obrigações administrativas postas pelo regulamento da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, aprovado pelo Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009.

O procedimento de auditoria documental no que tange ao cotejo de saídas de produtos e disponibilidade da matéria-prima necessária para a fabricação de produtos que exijam quantidade mínima da mesma, por regime de competência mensal, foi ampliado para o segmento cervejeiro, após atestada a sua efetividade no combate à fraude nos estabelecimentos de vinhos e refrigerantes, e cujos resultados serão conhecidos no decorrer de 2012.

Reiteramos, com o fito acima descrito a urgência de acordo de cooperação técnica com a Receita Federal, visando o acesso aos dados do SICOBEB – Sistema de Controle de Produção de Bebidas, tendo em vista a confiabilidade dos dados de saída fornecidos pelos produtores, por ora obtidos por declaração destes, dada a inviabilidade de se conferir documentalmente as saídas por volumes muito altos de cópias de documentos.

Por fim, temos que o laconismo da presente análise crítica, longe de refletir o dinamismo e volume das ações do órgão fiscalizador, traduz a estabilidade do direcionamento dado a partir da edição do novo arcabouço legal, ainda em desenvolvimento, bem como, os registros de paulatina adequação, em geral, dos estabelecimentos produtores aos preceitos formais, de forma a reduzir a necessidade de imposição de sanções administrativas negativas. Todavia, não deixa, também, de ser manifestação de certo marasmo instalado pela ausência de treinamentos e ações especiais, sentido sobremaneira no primeiro semestre de 2011, quando mesmo as ações de fiscalização rotineira tiveram de ser racionalizadas em face do contingenciamento financeiro.

Tabela XV.3

ATIVIDADES DO PI IPVEGETAL2		
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
Apreensões de Produtos	02	Unid.
Estabelecimentos Interditados	01	Unid.
PRODUTOS APREENDIDOS		
PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
Cachaça	14.500	Litro
Rótulos e/ou vasilhames	28.000	Unid.

Refrigerante	-	-
Vinho	-	-
Rótulos	-	-
PRODUTOS AMOSTRADOS (COLETA)		
PRODUTO	QUANTIDADE TCA	QUANTIDADE LOTEN
Cachaça	10	168.000 litros
Cerveja	01	79.000 litros
Refrigerantes	01	245.000 litros
Néctar	-	-
Whisky	-	-
Bebidas em geral	-	-
Vinagre	-	-
Polpas/Sucos	04	9.758 Kg
Prep.Sólido p/Refresco	-	-

Fonte: SISV

♦ AÇÃO: 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF

Tabela XVI – Dados gerais da ação - PI - PADCLASSIF

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Tonelada

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XVI.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.	PADCLASSIF	Produto Fiscalizado (ton)	30.000	23.000	30.140	131,04	30.000
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01.Inspeção e fiscalização de produto	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid)	187	187	197	105,34	195
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Fiscalização de Estabelecimento.			197		Unid.		
1.2. Inspeção de Estabelecimento.			197		Unid.		
1.3. Coleta de Amostra.			121		Unid.		
1.4. Auto de Infração.			143		Unid.		
1.5. Multas.			925.375,03		R\$		

1.6. Advertência.		25	Unid.
1.7. Quantidade de Produto Fiscalizado.		30.140	T
1.8. Quantidade de Produto sob Suspensão de Comercialização.		253	T
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO
			Meta Prevista Corrigida Meta Realizada % Meta para 2012
02. Classificação de Produto Importado	PADCLASSIF	Classificação Realizada (Unid.)	60.000 80.000 123.043 153,80 150.000
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade
2.1. Quantidade de produto importado.		123.043	T
2.2. Certificado emitido.		17	Unid.
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO
			Meta Prevista Corrigida Meta Realizada % Meta para 2012
03. Fiscalização de Classificadora Credenciada.	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid.)	04 02 03 150 04
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade
3.1. Fiscalização de credenciada.		03	Unid.
3.2. Número de certificado emitido pelo estabelecimento classificado credenciado.		196	Unid.
3.3. Quantidade de produtos classificados pelo estabelecimento classificador credenciado.		9.700	T

Fonte: SISV

Desempenho Orçamentário e Financeiro: O percentual utilizado no PI PADCLASSIF, em relação a dotação orçamentária descentralizada, foi de 98,86%.

Tabela XVI.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	28.557,30	28.557,30	27.805,50	27.805,50	0,00	27.805,50	97,37
339030	11.100,00	11.100,00	11.013,27	8.765,62	2.247,65	8.765,62	99,22
339039	102.015,59	102.015,59	101.231,56	83.722,69	17.508,87	83.722,69	99,23
339047	800,00	800,00	800,00	800,00	0,00	800,00	100,00
TOTAL	142.472,89	142.472,89	140.850,33	121.093,81	19.756,52	121.093,81	98,86

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A ação PADCLASSIF, parte integrante do Programa 0356-Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, tem amplo espectro de atuação, abrangendo produtores, indústrias, cerealistas, armazenadores e estabelecimentos comerciais.

Toda ação de padronização, classificação e fiscalização de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico está respaldada pela Lei nº 9.972, de 25/05/2000,

Decreto nº 5.351/05, Portaria MAPA nº 300/05 e Decreto nº 6.268, de 22/11/2007. Não é uma ação prioritária na LDO.

As ações executadas deste PI tem estreita correlação com a segurança alimentar da população e resguardo dos direitos do consumidor, pugnando pela diferenciação qualitativa dos produtos agrícolas, e assim seus efeitos perpassam a cadeia produtiva, oportunizando ganhos ao produtor rural, que passaria a receber não apenas por quantidade, como também por qualidade.

No ano de 2011, iniciou-se as coletas no produto arroz e comprovamos que mais de 90% das amostras coletadas divergiram dos padrões de qualidade, marcadas nas embalagens de venda ao consumidor.

No desenvolvimento das atividades foram fiscalizadas, no exercício de 2011, 30.140 toneladas métricas de produtos vegetais, superando a meta atribuída pelo SIPLAN de 23.000 toneladas. Justifica-se tal ocorrência, tendo em vista a expectativa gerada quanto ao contingenciamento dos recursos financeiros à época, que implicou em reprogramação das metas físicas, sendo posteriormente ultrapassada em decorrência do esforço concentrado da Fiscalização, face a entrada em nosso Estado de produtos em desconformidade com a Legislação pertinente à Padronização, Classificação e Fiscalização de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, bem como, à necessidade de garantir ao público consumidor a aquisição de produtos dentro dos parâmetros de identidade e qualidade, conforme dispõe a Lei nº 9.972/2005 e Decreto nº 6.268/2007. Registramos ainda, um superavit quanto a meta classificação de produto importado, antes estimada em 80.000 toneladas, passando para 123.043 toneladas de trigo, em decorrência da baixa oferta do produto à época.

Foi ativado o laboratório de classificação vegetal com a capacidade de classificação das amostras de fiscalização dos produtos arroz e feijão. Foram analisadas 163 amostras, sendo 26 conformes e 137 não conformes. Este quantitativo é equivalente a 17.000 toneladas de produtos classificados.

O quantitativo fiscalizado abrange a importação de 123.043 toneladas de trigo, via porto de Cabedelo, necessariamente submetidos ao padrão nacional de classificação, conforme legislação vigente.

Como diferencial do quantitativo total acima mencionado, foram fiscalizadas 30.140 toneladas de produto circulante no mercado interno, correspondente aos produtos arroz, feijão, farinha de mandioca, óleo comestível, farinha de trigo, canjica de milho e milho de pipoca.

Foram fiscalizados 197 estabelecimentos embaladores, distribuidores e comércio atacadista. Coletamos também amostras de abacaxi, mamão, amendoim, pimentão e trigo para análise de resíduos e contaminantes, conforme quadro abaixo:

Tabela XVI.3

DEMONSTRATIVO DE COLETA DE AMOSTRA PELO PNCR-VEGETAL - 2011						
		SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ABACAXI	Quantidade de amostra	02	02	-	01	05
	Código da amostra	AB13 a AB14	AB15 a AB16	-	AB17	-
MAMÃO	Quantidade de amostra	-	01	-	02	03
	Código da amostra	-	MA111	-	MA112 a MA113	-
AMENDOIM	Quantidade de amostra	-	01	-	-	01
	Código da amostra	-	AM07	-	-	-
PIMENTÃO	Quantidade de amostra	-	-	01	-	01
	Código da amostra	-	-	PI16	-	-

TRIGO	Quantidade de amostra	-	-	-	01	01
	Código da amostra	-	-	-	TR35	-
TOTAL						11

Fonte: SISV

As amostras acima coletadas foram destinadas ao laboratório do ITEP-PE para fins de análise de resíduos de agrotóxicos, a exceção da amostra de trigo que foi devolvida. No total, foram realizadas 11 (onze) amostras de produtos de origem vegetal pelo PNCRC, para fins de controle de qualidade, com resultado negativo de resíduos de agrotóxicos.

A Ação PADCLASSIF não registrou nenhum problema quanto à execução.

♦ AÇÃO: 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN

Tabela XVII – Dados gerais da ação - PI – FISCORGEN

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Os recursos financeiros foram tempestivos e suficientes para a execução das atividades programadas, sendo o percentual de utilização do PI FISCORGEN de 65,53%, considerando a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XVII.1

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014 -	8.142,00	8.142,00	4.932,42	4.932,42	0,00	4.932,42	60,58
339030 -	832,00	832,00	802,52	802,52	0,00	802,52	96,46
339033 -	2.000,00	2.000,00	1.456,00	1.456,00	0,00	1.456,00	72,80
TOTAL	10.974,00	10.974,00	7.190,94	7.190,94	0,00	7.190,94	65,53

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

O PI FISCORGEN é de execução direta da SFA-PB, em atendimento as demandas da Coordenação de Biossegurança (CBIO). Porém não é uma ação prioritária na LDO. No exercício 2011, a CBIO demandou a fiscalização das atividades em escala comercial com OGM's autorizados sob as seguintes condições:

a) Cumprimento à Resolução Normativa N° 04/2007, que dispõe sobre as distâncias mínimas entre cultivos comerciais de milho geneticamente modificado e não geneticamente modificado, visando a coexistência entre os sistemas de produção.

O SISV-PB executou 68 fiscalizações, com emissão de termos de fiscalização e a realização de teste de transgenia utilizando kit disponibilizado pela CBIO, porém todos apresentando resultado negativo para o evento de transformação fiscalizado.

b) Fiscalização do plantio de algodão herbáceo, em cumprimento a Portaria N. 21 de 13 de janeiro de 2005, que trata da zona de exclusão onde não poderão ser cultivados sementes ou caroços de algodão herbáceo, geneticamente modificado ou de algodão herbáceo convencional, com traços de eventos de transformação genética. Devido à falta de informações sobre plantio de algodão na região que abrange a área de exclusão no Estado da Paraíba. O fato de a região está fora do zoneamento agrícola para a cultura do algodão herbáceo no Estado da Paraíba e, portanto, não receber financiamento do PRONAF, adotamos a seguinte metodologia de trabalho: reuniões com técnicos de escritórios locais da Emater e/ou Secretários da Agricultura dos municípios fiscalizados, para entrevista sobre a cultura do algodão no Município. No transcurso da viagem demos preferência às estradas da zona rural, entre dois municípios, com o objetivo de ter uma visão mais ampla dos cultivos agrícolas da região. Foram fiscalizados os 13 municípios constantes na referida Portaria e em nenhum deles foi encontrado plantio de algodão herbáceo, ou qualquer espécie de algodão.

Participação no I Curso sobre Métodos de Detecção de OGM, realizado pelo CGIO/MAPA, em parceria com o ILSI - Brasil (Instituto Internacional de Ciências da Vida), realizado no LANAGRO de Pedro Leopoldo/MG, no período de 12 a 17 de setembro de 2011.

Os recursos disponibilizados no exercício 2011 objetivaram assegurar as despesas com as fiscalizações e a reunião técnica citadas acima, sendo tempestivos e suficientes, com um percentual de utilização de 65,53 %. Nenhuma ação relevante apresentou problema de execução, ou deixou de ser executada.

➤ **PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária**

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2134 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – VIGIFITO1

AÇÃO: 8572 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS – PCEVEGETAL

AÇÃO: 4738 – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA – ERRADMOSCA1

♦ AÇÃO: 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1

Tabela XVIII – Dados gerais da ação - PI – VIGIFITO1

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XVIII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.	VIGIFITO1	Fiscalização Realizada (Unid.)	12.000	9.750	8.797	90,23	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Capacitação Técnica.	VIGIFITO1	Capacitação Realizada (Unid.)	02	-	05	-	02
ATIVIDADE		QUANTIDADE		UNIDADE			
1.1. Cursos e Palestras Ministrados .		08		Unid.			
1.2. Participação em Reuniões Técnicas.		10		Unid.			
1.3. Participação em Curso/Treinamento/Capacitação.		02		Unid.			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
02. Fiscalização de Vegetais e Seus Produtos.	VIGIFITO1	Fiscalização Realizada (Unid.)	22	-	39	-	22
ATIVIDADE		QUANTIDADE		UNIDADE			
2.1.Fiscalização/Acompanhamento de convênio e das demais ações realizadas pelo OEDSV.		39		Unid.			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
03. Certificação Fitossanitária.	VIGIFITO1	Certificação Realizada (Unid)	22	-	28	-	22
ATIVIDADE		QUANTIDADE		UNIDADE			
3.1. Fiscalização na emissão de PTV realizada pelo OEDSV.		28		Unid.			
3.2. Fiscalização no controle da emissão de CFO realizadas pelo OEDSV.		28		Unid.			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
04 Fiscalização da empresa credenciada para realização de tratamento quarentenário em embalagens de madeira.	VIGIFITO1	Fiscalização Realizada (Unid.)	-	-	-	-	47

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
4.1. Fiscalização de tratamento fitossanitário com fins quarentenários.	47	Unid.

Fonte: SISV * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Os recursos financeiros foram tempestivos e suficientes para a execução das atividades programadas, sendo o percentual de utilização do PI VIGIFITO1 de 99,04%, considerando a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XVIII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014 -	10.509,84	10.509,84	10.379,38	10.379,38	0,00	10.379,38	98,76
339030 -	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	100,00
339033 -	8.000,00	8.000,00	6.130,92	6.130,92	0,00	6.130,92	76,64
339036 -	2.526,40	2.526,40	2.526,40	2.526,40	0,00	2.526,40	100,00
443042 -	186.150,00	186.150,00	186.150,00	186.150,00	0,00	186.150,00	100,00
TOTAL	208.686,24	208.686,24	206.686,70	206.686,70	0,00	206.686,70	99,04

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, tem como finalidade garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira, exercendo o controle da certificação fitossanitária e o controle do trânsito interestadual de seus produtos. A ação é de implementação direta e descentralizada através da cooperação técnica com as instâncias estaduais para o trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional. Ocorre por meio de celebração de convênios, com órgãos públicos estaduais de defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, e infra-estrutura física, como contrapartida de uma proposta de convênio apresentada. Não é uma ação prioritária na LDO.

O SISV-PB realiza a fiscalização de empresas credenciadas para tratamento fitossanitário com fins quarentenários no Estado da Paraíba, tendo realizado, no exercício 2011, 47 fiscalizações e acompanhamento de tratamentos quarentenários, realizados por empresas cadastradas.

No exercício 2011, devido ao atraso na celebração do convênio plurianual nº 755951/2011/MAPA/SFA-PB/SEDAP-PB, que ocorreu apenas em 22 de agosto de 2011, com liberação final dos recursos apenas no mês de outubro do referido exercício, as atividades desenvolvidas entre os meses de janeiro a outubro de 2011 pela SEDAP-PB, foram com recursos próprios. Os resultados das ações de Defesa Sanitária Vegetal executados pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV) foram repassados, mensalmente, ao SISV-PB, através de relatório e utilizados para alimentar o SIPLAN.

Para verificar o cumprimento da legislação de Sanidade Vegetal, e visando a necessária articulação institucional para promover a integração de ações, o SISV realizou fiscalizações periódicas nas ações de defesa sanitária vegetal, executadas pela SEDAP-PB, em Postos de Vigilância Agropecuária (PVA's) e Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV's) distribuídos em todo o Estado da Paraíba. Durante o exercício foram realizadas 39 fiscalizações das ações desenvolvidas pelo OEDSV, na execução das atividades de Defesa Sanitária Vegetal, sendo 11 em PVA's e 28 em ULSAV's, para verificar a conformidade das ações desenvolvidas com a legislação em vigor, e o cumprimento das metas pactuadas através do convênio 01/2008, nas fiscalizações realizadas até outubro de 2011 e do convênio vigente, nas fiscalizações realizadas no

mês de novembro, tendo atingido um percentual de 90,23% das metas programadas, não atingindo o percentual máximo devido ao atraso na liberação final dos recursos de convênio. Porém o status fitossanitário do Estado vem sendo mantido, e a manutenção da Área Livre de Sigatoka Negra, manutenção da condição de estado livre da praga pelo levantamento fitossanitário para moko da bananeira, cancro citrico, pinta preta dos citros, greening e cancro da videira, e o monitoramento da cochonilha-do-carmim vem sendo trabalhadas, tendo sido realizado levantamentos fitossanitários e monitoramento de pragas em 2.547 propriedades rurais do Estado. Para as questões apuradas em cada fiscalização foram gerados relatórios, encaminhados ao chefe do SISV-PB, e em seguida ao Diretor de Defesa Agropecuária da SFA-PB para providências e notificação ao OEDSV das inconformidades encontradas e medidas a serem adotadas.

O SISV-PB participou de 10 reuniões técnicas, onde foram discutidos os mais diversos temas relacionados à vigilância e fiscalização de vegetais e seus produtos.

Quanto à cooperação técnica e capacitação, segue lista de palestras ministradas:

a) Participação no Curso de Formação para Fiscais Agropecuários Estaduais realizado pela SEDAP-PB, entre os dias 15 a 26 de agosto de 2011, para 75 técnicos agrícolas e 10 engenheiros agrônomos concursados.

Foram ministradas as seguintes palestras:

- Sanidade Vegetal e sua importância para o Agronegócio;
- Base Legal da Defesa Agropecuária – com enfoque no SUASA;
- Trânsito Interestadual de Produtos Vegetais;
- Diretrizes para a realização de levantamento fitossanitário;
- Levantamento Fitossanitário das Pragas Quarentenárias dos Citros;
- Levantamento Fitossanitário das Pragas Quarentenárias da bananeira;

b) Participação em Curso de Pós-Graduação da UFPB/CCA

- Palestra “A importância da Sanidade Vegetal para o Agronegócio” para pós graduandos na UFPB/CCC, alunos da disciplina patologia de sementes.

c) Participação do IV Seminário da Abacaxicultura Paraibana: as novas tecnologias e a transferência da informação ao produtor.

- Palestra: Qualidade e Sanidade de Mudas de abacaxi

Participação em cursos:

1) Participação na Reunião Técnica para capacitação sobre Sistema de Gestão de Convênios – SICONV – promovido pela Coordenação de Apoio Operacional – CAO/SDA;

2) Participação no XV ENFIT (Encontro Nacional de Fitossanitaristas), evento realizado pelo DSV/SDA/MAPA, no período de 17 a 21 de outubro de 2011, na cidade de Salvador-BA.

Para o Estado da Paraíba, destacamos o trânsito dos seguintes produtos vegetais possíveis veiculadores de pragas quarentenárias A2 de importância econômica para o nosso Estado e a quantidade fiscalizada pelo Órgão executor no exercício 2011: banana (12.208,3 ton.), citros (9.135,2 ton.), mamão (1.652,2 ton.), maracujá (314,6 ton.) e uva (902,7 ton.), constantes nas 8.797 partidas fiscalizadas.

A aprovação de um convênio plurianual (2011-2015) foi o principal avanço da defesa sanitária vegetal no exercício 2011. Outro resultado positivo foi a realização do Curso de Formação para Fiscais Agropecuários Estaduais realizado pela SEDAP-PB, entre os dias 15 a 26 de agosto de 2011, para 75 técnicos agrícolas e 10 Engenheiros Agrônomos concursados, fato que vem reforçar o quadro de pessoal capacitado do OEDSV, no entanto, os técnicos agrícolas que serão lotados nos PVA's ainda não foram contratados.

Os principais problemas enfrentadas pela Defesa Sanitária Vegetal no Estado da Paraíba, apesar dos 10 Engenheiros Agrônomos contratados, continuam sendo recursos humanos disponíveis e capacitados para execução plena das atividades necessárias para assegurar ao Estado a prevenção

da entrada de pragas de importância econômica para a nossa agricultura, bem como o controle efetivo das pragas quarentenárias já presentes no Estado. Visando solucionar estas questões, esperamos que a execução plena do convênio plurianual SEDAP/SFA-PB 2011-2015, que assegura a continuidade das ações de defesa, e em contrapartida que o Governo do Estado contrate o pessoal já concursado e possa ainda realizar novos concursos para suprir a demanda por pessoal.

Os recursos humanos, financeiros e materiais disponibilizados no exercício 2011 foram suficientes e tempestivos para o desenvolvimento dos trabalhos, tendo sido utilizado dos recursos disponibilizados. E nenhuma ação relevante apresentou problema de execução, ou deixou de ser executada.

♦ AÇÃO: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL

Tabela XIX– Dados gerais da ação - PI - PCEVEGETAL

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL
Tipo	Atividade
Prioridade	3
Unidade de Medida	Ha

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XIX.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
8572 – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais.	PCEVEGETAL	Área Controlada (Ha.)	170.260	140.000	140.000	100	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Prevenção, Controle e Erradicação das pragas da Palma Forrageira.	PCEVEGETAL	Área Controlada (Ha.)	88.000	65.000	65.000	100	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1 Supervisão do levantamento fitossanitário para delimitação da ocorrência da praga quarentenária pres. (A2) analis. pela OEDSV (Ação Direta).			11		Unid.		
1.2. Supervisão e acompanhamento de convênio (Ação Direta).			02		Unid.		
1.3. Reunião técnica/Palestra técnica (Ação Direta).			07		Unid.		
1.4. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			206		Unid.		
1.5. Propriedades rurais monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			1.365				
1.6. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			1.018				
1.7. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			5.083,55		Ha		

1.8. Unidade de produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).			213		Unid.		
1.9. Reunião técnica/Palestra técnica (Ação Descentralizada – OEDSV).			42		Unid.		
1.10. Termo de Fiscalização emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).			1.270		Unid.		
1.11. Supervisão em ULSAV (Ação Direta).			03		Unid.		
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
02. Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas da Bananeira	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	264.000	204.000	204.000	100	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
2.1. Supervisão do levantamento para manutenção de A.L. de Sigatoka Negra e detecção do Moko da bananeira realizado pela OEDSV (Ação Direta).			09		Unid.		
2.2. Palestra Técnica/Reunião Técnica (Ação Direta).			03		Unid.		
2.3. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			106		Unid.		
2.4. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			705		Unid.		
2.5. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			378		Unid.		
2.6. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			2.043,96		Ha		
2.7. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).			296		Unid.		
2.8. Palestra Técnica/Reunião Técnica (Ação Descentralizada – OEDSV).			02		Unid.		
2.9. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).			626		Unid.		
2.10. Supervisão em ULSAV (Ação Direta).			07		Unid.		
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
03. Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas da Videira.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	1.800	1.320	1.320	100	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
3.1. Supervisão do levantamento fitossanitário para da ocorrência da praga quarent. (A2) realizada pela OEDSV. (Ação Direta).			07		Unid.		
3.2. Reunião Técnica/Paletra técnica (Ação Direta).			02		Unid.		
3.3. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			03		Unid.		
3.4. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			45		Unid.		
3.5. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			01		Unid.		

3.6. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).		2,3	Ha				
3.7. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).		44	Unid.				
3.8. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).		45	Unid.				
3.9. Colheita de amostra para diagnóstico fitossanitário (Ação Descentralizada).		04	Unid.				
3.10. Supervisão em ULSAV (Ação Direta).		01	Unid.				
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
04. Prevenção, Controle e Erradicação da Praga dos Citros.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	5.000	3.000	3.000	100	-
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
4.1. Supervisão do levantamento fitossanitário para da ocorrência da praga quarent. (A2) realizada pela OEDSV. (Ação Direta).			02		Unid.		
4.2. Reunião Técnica/Paletra técnica (Ação Direta).			04		Unid.		
4.3. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			33		Unid.		
4.4. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			259		Unid.		
4.5. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			14		Unid.		
4.6. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			700,04		Ha		
4.7. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).			120		Unid.		
4.8. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).			268		Unid.		
4.9. Colheita de amostra para diagnóstico fitossanitário (Ação Descentralizada).			01		Unid.		
4.10. Supervisão em ULSAV (Ação Direta).			08		Unid.		
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
05. Vigilância, prevenção e Controle da Praga da Cana-de - Açúcar.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	64.850	54.890	54.890	100	*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
5.1. Municípios monitorados/fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			22		Unid.		
5.2. Propriedades rurais monitoradas/fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			146		Unid.		
5.3. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			16901		Unid.		
5.4. Área total monitorada/ fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			23.160,44		Ha		

5.5. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).	90	Unid.
5.6. Termo de fiscalização emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).	171	Unid.

Fonte: SISV * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No PI PCEVEGETAL foi utilizado o percentual de 99,47% em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XIX.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
333041	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	0,00	70.000,00	100,00
339014	8.027,80	8.027,80	7.546,49	7.546,49	0,00	7.546,49	94,00
339030	1.466,80	1.466,80	1.400,05	1.400,05	0,00	1.400,05	95,45
339033	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339039	2.950,00	2.950,00	2.436,32	2.436,32	0,00	2.436,32	82,59
443042	393.610,00	393.610,00	393.610,00	393.610,00	0,00	393.610,00	100,00
449052	4.920,00	4.920,00	4.920,00	0,00	4.920,00	0,00	100,00
TOTAL	482.474,60	482.474,60	479.912,86	474.992,86	4.920,00	474.992,86	99,47

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PI-PCEVEGETAL tem como principal objetivo garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e seus subprodutos, por meio da prevenção controle e erradicação de pragas.

No Estado da Paraíba, a referida ação possui 05 (cinco) processos básicos conforme abaixo:

- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da palma forrageira (cochonilha-do-carmim);
- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da videira (cancro da videira);
- Vigilância, prevenção e controle das pragas quarentenárias dos citros (cancro cítrico, mosca negra, greening e pinta preta);
- Vigilância, prevenção e controle das pragas quarentenárias da bananeira (sigatoka negra e moko da bananeira);
- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da cana de açúcar (ferrugem alaranjada).

A execução pode ser realizada direta ou descentralizada em ações conjuntas com o órgão estadual de defesa agropecuária, com recursos providos de convênio.

Os recursos financeiros para ações de supervisão realizadas pela SFA/PB foram disponibilizados conforme solicitado, havendo pequenas divergências, adequadas às necessidades, apenas na distribuição por elemento de despesas, portanto, sendo suficiente para atender a demanda da ação.

Os recursos humanos e materiais disponibilizados também atenderam a contento a execução das atividades da ação.

A execução das metas foi atingida em cerca 82% do previsto regionalizado, definidos pela SDA/MAPA, e 100% do corrigido, portanto, dentro dos limites aceitáveis no processo de planejamento, haja vista que fizemos uma correção na meta diminuindo em cerca de 18%, objetivando, desta forma, se aproximar ao máximo da realidade do Estado em termos de área

explorada com as culturas trabalhadas. Na análise da relação físico-financeira, devem-se levar em consideração as atividades constituintes das metas e as suplementares.

As ações de defesa executadas pelo Serviço Estadual de Defesa Agropecuária no âmbito das áreas produtoras de citros, uva, palma forrageira, banana e cana de açúcar notadamente no que se refere a levantamentos fitossanitários em atendimento a IN 52 com o objetivo de prevenir, controlar e erradicar pragas quarentenárias nessas áreas foram muito tímidas isso em virtude da falta de um convenio celebrado com repasse de recursos financeiros para atender as despesas demandadas das ações. No mês de agosto foi firmado convenio e em setembro foram descentralizados os recursos financeiros pelo MAPA para a SEDAP, havendo um impulso significativo no desenvolver das ações.

Para que fossem executadas as ações necessárias para atender a Instrução Normativa nº 52 que estabelece a listagem de pragas quarentenárias para o Brasil e os procedimentos de atualização, a exemplo da manutenção de área livre de sigatoka negra e moko em bananeiras e levantamento fitossanitários em propriedades produtoras de citros e uva, esta SFA/PB propiciou apoio logístico necessário.

As ações de prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais apresentaram problemas de execução no primeiro semestre do ano em virtude do acima citado, ou seja, a falta de recursos financeiros oriundos de convênio. Porém a partir de setembro as atividades foram executadas com mais entusiasmo acarretando uma maior prevenção e controle das pragas quarentenárias.

Quanto à meta, a mesma é definida como não cumulativa e expressa em hectares. A mesma foi corrigida para 82% do previsto regionalizado em virtude da SDA determinar uma área de 170.260 hectares de culturas principal hospedeiras pragas quarentenárias quando na realidade dispomos no exercício de cerca de 140.000 hectares das referidas culturas.

Quanto a outras ações que podem ter impactado a execução das metas se referem ao baixo contingente de pessoal qualificado no órgão de defesa vegetal do estado e o baixo comprometimento de alguns em exercer as atividades que lhes são conferidas.

♦ AÇÃO: 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1

Tabela XX – Dados gerais da ação - PI – ERRADMOSCA1

Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Programa	0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária
Ação	Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Ha

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XX.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
4738 – Erradicação da Mosca da Carambola.	ERRA DMO SCA1	Área Controlada (Ha)	96	0	96	100	96
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Monitoramento e instalação de armadilha de Feromônio tipo JACKSON, para captação da Mosca da Carambola.	ERRA DMO SCA1	Nº de Armadilhas Monitoradas (Unid.)	08	08	08	100	96
ATIVIDADE	QUANTIDADE		UNIDADE				
1.1. Instalação de Monitoramento de Armadilhas com Ferômonios.	08		Unid.				
1.2. Número de Mosca Capturada em Armadilhas.	Indeterminada		Indivíduos Capturados				

Fonte: SISV

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Não houve descentralização financeira no PI ERRADMOSCA no ano de 2011.

Análise Crítica de Desempenho

A Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*) é uma praga ameaçadora que ataca diversos hospedeiros dentre eles: carambola, goiaba, caju, acerola, tangerina, tomate, amendoim, pimenta, etc., ocasionando prejuízos enormes a nossa fruticultura, com valores anuais estimados em mais de 02 bilhões de dólares. Atualmente está restrita aos estados do Amapá e Pará, onde o Ministério da Agricultura executa trabalhos de erradicação desta praga. Quanto aos demais estados brasileiros, no momento, são considerados como áreas livres.

A finalidade principal desta ação é elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*) e da garantia de sanidade vegetal, contra a praga em todo território nacional e com isto uma abertura maior para a exportação de frutas para diversos países, com a missão da promoção do desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

Em 2011 foram instaladas no Estado da Paraíba, mais precisamente na grande João Pessoa, 08 armadilhas tipo JACKSON, contendo feromônio, sendo 02 (duas) no Porto de Cabedelo, 02 (duas) no Aeroporto Internacional Castro Pinto em Bayeux 02 (duas), no Terminal Rodoviário de João Pessoa e 02 (duas) na Central de Abastecimento de João Pessoa (CEASA/EMPASA). Estas armadilhas são monitoradas mensalmente, com a troca de feromônio específico para captura unicamente para Mosca da Carambola, totalizando 96 (noventa e seis) ações de monitoramento no ano de 2011.

Até o momento, não houve captura de nenhum exemplar desta espécie nas armadilhas instaladas, ou seja, atualmente o Estado da Paraíba é considerado como área de baixo risco, com constante monitoramento de armadilhas instaladas em locais estratégicos, acima descritos, e de grande movimentação de produtos de origem vegetal e de pessoas.

Com relação aos recursos financeiros na rubrica 33.90.14, não houve descentralização devido a ação ser desenvolvida em sua totalidade na região metropolitana da cidade de João Pessoa-PB, não havendo necessidade para deslocamento dos fiscais para áreas fora da grande João Pessoa.

III. Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG

Equipe de Trabalho:

Carlos Augusto Ferreira de Carvalho – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário - Chefe

Hailton Pereira do Nascimento – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe Substituto

Claúdio Gilberto Pereira Monteiro– Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

Gesseraldo José Gico de Sousa – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

João Batista de Almeida - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

José Noirto Monteiro – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Mageciene Chaves de Oliveira – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Marcos José Pereira de Souza– Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

Maristela Amaral Macedo – Agente de Atividade Agropecuária

Miguel Nelson Cavalcanti Costa – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Reginaldo Ferreira Teixeira – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

UTRA – Campina Grande

Giovanni Perazzo Barboza – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Viviane Maria da Rocha de Almeida Andrade – Engenheira Agrônoma - Fiscal Federal Agropecuário

José Antônio da Costa Filho – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Francisco de Assis Rodrigues - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário

UTRA – Patos

Francimar Alves de Sousa – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Apoio Administrativo:

Erica Patricia Xavier Bezerra – Digitadora – Terceirizada

O SEFAG é composto pelo seguinte Programa e respectivas Ações relacionadas a seguir:

➤ **PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários**

Principais Ações do Programa

ACÇÃO: 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL –

FISCINAN

ACÇÃO: 2140 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO – **FISPROVET1**

ACÇÃO: 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL – **FISCGENE**

ACÇÃO: 2909 - FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS - **FISAGROTOX**

ACÇÃO: 2179 - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - **FISCALSEM1**

ACÇÃO: 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES –

FISFECOI

AÇÃO: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

Tabela XXI – Dados gerais da ação - PI – FISCINAN

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços e Serviços Agropecuários
Ação	2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXI.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.	FISCINAN	Fiscalização Realizada (Unid.)	209	142	158	111,27	131
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Registro de Estabelecimentos Fabricantes para Alimentação Animal.	FISCINAN	Registro Realizado (Unid.)	0	0	2	-	*
ATIVIDADE		Quantidade		Unidade			
1.1. Termo de fiscalização.		259		Unid.			
1.2. Coleta de amostra		66		Unid.			
1.3. Produtos Fiscalizados		197		Unid.			
1.4. Auto de infração.		32		Unid.			
1.5. Notificação		40		Unid.			
1.6. Estabelecimento fabricante cancelados		03		Unid.			
1.7. Estabelecimento importador registrado		01		Unid.			
1.8. Produto registrado		05		Unid.			
1.9. Produto cancelado.		101		Unid.			
1.10. Amostra analisada		35		Unid.			
1.11. Produto Analisado		128		Unid.			
1.12. Curso/treinamento		02		Unid.			
1.13. Reunião Técnica		03		Unid.			
1.14. Análise documental		106		Unid.			

Fonte: SEFAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Na execução das atividades do PI FISCINAN foi utilizado 93,90 %, considerando a dotação orçamentária descentralizada para o exercício 2011.

Tabela XXI.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	10.265,98	10.265,98	10.002,50	10.002,50	0,00	10.002,50	97,43
339030	2.936,63	2.936,63	2.841,63	2.463,24	378,39	2.463,24	96,76
339033	4.500,00	4.500,00	3.742,21	3.742,21	0,00	3.742,21	83,16
339039	600,00	600,00	600,00	600,00	0,00	600,00	100,00
TOTAL	18.302,61	18.302,61	17.186,34	16.807,95	378,39	16.807,95	93,90

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

A execução das atividades de Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal foram realizadas de acordo com as metas programadas para o exercício e o cumprimento das mesmas foi prejudicado no aspecto qualitativo, pois houve desvio do foco principal que é de conferir a fiscalização dos processos com vistas a qualidade e conformidade assegurada dos produtos oriundos do parque industrial da Paraíba e colocados a disposição da sociedade. Com o advento do Decreto 7.446/2011, que limitou os gastos com deslocamentos, forçando o incremento/concentração das ações fiscais nas regiões metropolitanas da Sede e UTRA's (sem custeio), acarretando indesejadas soluções de continuidade no controle dos processos, donde infere-se que o resultado foi satisfatório e dentro da realidade física e financeira do PI mencionado.

No exercício de 2011 foram produzidos e/ou importados (França e Espanha), por estabelecimentos do parque industrial do Estado da Paraíba, os alimentos para animais, sendo: 155.338,60 toneladas de rações e concentrados; 7.827,90 toneladas de calcário calcítico; 30.368,08 toneladas de torta de algodão; 59.463,32 toneladas de farelo de milho; 205,19 toneladas de suplemento mineral; 762,00 toneladas de aditivos; 39.303,00 toneladas de farelo de trigo e 504,28 toneladas de farelo/quirera de arroz.

Ocorreu ainda no exercício, incremento moderado na realização da ação fiscal tanto em empresas fabricantes, comércio e realização de auditorias em Boas Práticas de Fabricação – BPF's. Os resultados obtidos com o cumprimento das metas deu-se a contento e conforme planejado para o exercício.

Para a execução das atividades do PI-FISCINAN, tivemos a participação direta dos Fiscais Federais Agropecuários - FFA's das UTRA's de Campina Grande e Patos e de outros colegas da sede.

A liberação pelo Órgão Central dos recursos financeiros contingenciados pelo Decreto 7.446/11 foram utilizados com parcimônia e zelo, em obediência aos princípios da gestão administrativa responsável.

Em 2011, foi possível realizar parte das auditorias programadas para verificar a implantação da IN 04/2007 relativas a implantação de Boas Práticas de Fabricação e implementação de Procedimentos Operacionais Padrões - POP's nas fábricas de alimentos, rações, ingredientes, concentrados e suplementos para animais.

♦ AÇÃO: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1

Tabela XXII – Dados gerais da ação - PI - FISPROVET

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.	FISPROVET1	Produto fiscalizado (Unid.)	245	322	480	149,07	245
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Registro de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário.	FISPROVET1	Estabelecimento registrado (Unid.)	0	0	83	-	_*
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Termos de fiscalização emitidos.			480		Unid.		
1.2. Análise documental.			514		Unid.		
1.3. Autuação de processos.			212		Unid.		
1.4. Relatoria de processos administrativos			36		Unid.		
1.5. Estabelecimentos comerciais registrados e licenciados.			83		Unid.		
1.6. Estabelecimentos comerciais com licenças para funcionamento renovadas.			256		Unid.		
1.7. Estabelecimentos comerciais com registros e licenças para funcionamento cancelados.			34		Unid.		
1.8. Termos de inutilização emitidos.			60		Unid.		
1.9. Produtos de uso veterinário inutilizados.			2.147		Unid.		
1.10. Autos de infração emitidos.			15		Unid.		
1.11. Notificação emitidas.			327		Unid.		
1.12. Termos de julgamento emitidos.			53		Unid.		
1.13. Termo de advertência emitidos.			01		Unid.		
1.14. Termos de multa emitidos.			52		Unid.		
1.15. Participação em reunião técnica nacional, curso e treinamentos.			01		Unid.		
1.16. Total de estabelecimentos comerciais registrados.			381		Unid.		

Fonte: SEFAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No PI FISPROVET foi aplicado 93,86% em relação a dotação orçamentária descentralizada no exercício de 2011.

Tabela XXII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014 -	11.761,12	11.761,12	11.448,99	11.448,99	0,00	11.448,99	97,35
339030 -	5.880,00	5.880,00	5.880,00	4.474,76	1.405,24	3.083,04	100,00
339033 -	2.800,00	2.800,00	1.764,85	1.764,85	0,00	1.764,85	63,03
339039 -	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	100,00
TOTAL	21.941,12	21.941,12	20.593,84	19.188,60	1.405,24	17.796,88	93,86

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

O Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, aprovado pelo Decreto Nº 5.053, de 22 de abril 2004, estabelece no seu Art. 4º que “Todo estabelecimento que fabrique, manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para efeito de licenciamento”.

Apesar de o Estado da Paraíba dispor unicamente de estabelecimentos comerciais, a fiscalização deste segmento de produtos de uso veterinário se revela como uma atividade muito laboriosa já que tem exigido dos envolvidos considerável dedicação e envolvimento, sem os quais se tornaria difícil levar a bom termo a sua execução, tal grande é a quantidade de estabelecimentos por fiscalizar e o trabalho burocrático consequente da ação fiscal. As atividades relacionadas à fiscalização estão relacionadas e quantificadas na Tabela XXII.1.

Considerando a expressiva quantidade de cidades com estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário e o grande número de estabelecimentos registrados e licenciados; a obrigatoriedade da renovação anual das licenças para funcionamento e ainda a insuficiente força de trabalho disponível, se decidiu pela execução da ação fiscal de forma planejada, donde foi estabelecido um cronograma de fiscalizações compatível com aquele que foi executado no ano de 2010, onde foram priorizados os estabelecimentos com licenças vencidas ou por vencer e o registro de novos estabelecimentos – alguns, localizados em cidades ainda não contempladas pela fiscalização.

Uma vez que foi possível executar o cronograma de fiscalizações tal qual planejado, praticamente todas as metas foram superadas, como detalharemos a seguir:

1. Fiscalizações

Foram realizadas em quatrocentos e oitenta estabelecimentos, representando um aumento de 35 (trinta e cinco) fiscalizações (7,29%) quando comparado com o ano de 2010. Destas, 383 (79,80%), ocorreram nas cidades do interior do estado e 97 (20,20%) em João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. Como resultado, foram renovadas as licenças de 256 (53,33%) estabelecimentos, cancelados os registros e licenças de 34 (7,08%) e registrados 83 (17,29%). As 107 (22,30%) fiscalizações restantes estão relacionadas a estabelecimentos que estão em processo de registro, foram autuados ou abandonaram as suas atividades comerciais. Considerando a quantidade de estabelecimentos comerciais existentes nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, se decidiu por incrementar as fiscalizações nestas localidades, o que provocou um aumento de 62,89% no número de fiscalizações em relação ao ano de 2010. Quanto à meta estadual estabelecida pela Coordenação Nacional para a fiscalização de produtos de uso veterinário, de 245 (duzentos e quarenta e cinco) fiscalizações, a mesma foi superada em 151,04%, uma vez que foram realizadas 235 (duzentas e trinta e cinco) a mais. Esta superação ocorreu graças ao incremento da

fiscalização e à disponibilização de recursos financeiros de forma tempestiva, por parte do órgão central.

2. Registro e licenciamento de estabelecimentos

Dos 332 (trezentos e trinta e dois) estabelecimentos com registro no final do ano de 2010, 315 (94,87%) foram contemplados pela ação fiscal durante o ano de 2011. Os 17 (5,12%) estabelecimentos que não foram fiscalizados estão localizados em cinco cidades e serão priorizados no início do exercício de 2012.

Atualmente existem 381 (trezentos e oitenta e um) estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário registrados, o que representa um aumento de 49 (quarenta e nove) estabelecimentos ou 14,75%, em relação ao ano de 2010, descontados aqueles que foram cancelados. Quanto à distribuição espacial, estes estabelecimentos estão presentes em 136 (cento e trinta e seis) das 223 (duzentas e vinte e três) cidades do estado, o que representa 60,98% delas, no ano de 2010 esta relação era da ordem de 56,03%. Observa-se que houve aumento significativo no número de estabelecimentos registrados, porém o número de cidades com estes estabelecimentos foi pouco alterado.

3. Renovação de licença para funcionamento

As renovações foram realizadas de acordo com as solicitações formalizadas pelos interessados. Enquanto no ano de 2010 foram procedidas 194 (58,43 dos registrados), em 2011 este número foi de 256 (67,19% dos registrados). Os demais, 125 (32,80%) estabelecimentos, estão em processo de renovação, foram cancelados ou não requereram as suas renovações. Por decorrência, serão autuados e, quando couber, terão os seus registros e licenças de funcionamento cancelados.

Constatou-se que apesar de ter sido empreendido um contínuo trabalho de esclarecimento junto aos comerciantes registrados, conjuntamente com o emprego rotineiro da ação fiscal, quanto à obrigatoriedade de renovação anual de suas licenças para funcionamento, alguns comerciantes insistem em não fazê-lo.

4. Cancelamento de registro e de licença para funcionamento

O serviço procedeu o cancelamento de 34 (trinta e quatro) estabelecimentos por solicitação dos interessados ou constatação de abandono das suas atividades comerciais. Em comparação com o ano de 2010, foi observado um aumento no número de registros cancelados em 142,28%.

5. Autos de infração

Foram lavrados quinze autos de infração contra um número igual de estabelecimentos comerciais, fundamentados pela ausência de registro e caducidade da vigência da licença para funcionamento. Não foram observadas infrações relacionadas especificamente ao comércio de produtos de uso veterinário que ensejassem apreensões e a lavratura de autos. Constatou-se que o contínuo trabalho educativo empreendido junto aos comerciantes e a outros atores sociais, conjuntamente com o emprego da ação fiscal rotineira, influenciou os comerciantes a adotarem procedimentos de controle de qualidade sobre os produtos comercializados. Por outro lado, não se observou o mesmo esclarecimento ou preocupação por parte de alguns comerciantes em registrarem os seus estabelecimentos ou procederem à renovação anual das licenças para funcionamento, o que redundou em elevado número de autos de infração e penalidades impostas a estes.

6. Penalidades

A apuração de processos administrativos de fiscalização instaurados nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 culminou com a aplicação de penalidades a 53 (cinquenta e três) estabelecimentos, sendo 01 (uma) advertência e 52 (cinquenta e duas) multas. Todos os estabelecimentos penalizados estão cadastrados no SICAR – Sistema Integrado de Controle da Arrecadação. Os processos que não tiveram as multas recolhidas foram encaminhados à chefia do Serviço para envio à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), conforme estabelecido em lei.

7. Incineração de produtos de uso veterinário

Foram incinerados 2.147 (dois mil, cento e quarenta e sete) produtos de uso veterinários diversos, totalizando 104 kg (cento e quatro), resultado de 60 (sessenta) apreensões realizadas no comércio das diversas cidades do estado, nos anos de 2008, 2009 e 2010.

8. Participação em curso

O fiscal Gesseraldo José Gico de Souza participou de um curso sobre relatoria de processos administrativos de fiscalização, em Jaboticatubas/MG, no período de 16 a 21 de outubro de 2011.

9. Informações orçamentárias e financeiras da Ação

Considerando todas as dotações, a execução orçamentária e financeira foi da ordem de 93,86%, sendo que os elementos de despesa referentes às despesas com material de consumo (rubrica 33.90.30) e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (rubrica 33.90.39), tiveram execução de 100,00%, enquanto as despesas com diárias – pessoal civil (rubrica 33.90.14) e passagens e despesas com locomoção rubrica (33.90.33), foi de 97,35% e 63,03%, respectivamente. Os recursos financeiros descentralizados, além de suficientes para o atendimento das demandas do setor, foram disponibilizados de forma tempestiva, contribuindo positivamente para a execução do que foi planejado. Quanto ao custo por fiscalização realizada, se considerarmos para o cálculo apenas as despesas envolvidas com o pagamento de combustível e diárias, teremos um valor médio de R\$ 28,19 (vinte e oito reais e dezenove centavos), o que entendemos ser um valor de pequena monta se considerarmos o alcance do trabalho desenvolvido e os seus resultados.

10. Força de trabalho

A execução das diversas atividades relacionadas à fiscalização é realizada diretamente pelo Fiscal responsável pela Ação, com o apoio de outros dois, lotados nas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) nas cidades de Campina Grande e Patos. O serviço também contou com o apoio da vigilância sanitária, da Secretaria de Saúde do município de Campina Grande, em ações conjuntas de fiscalização e estabeleceu parceria com o Conselho Regional de Medicina Veterinária na Paraíba – CRMV-PB, visando o disciplinamento e o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos Médicos Veterinários responsáveis técnicos dos estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário.

11. Cumprimento da meta física

Considerando-se que a única meta física estabelecida para a Ação era a realização de duzentas e quarenta e cinco fiscalizações (245) e foram executadas quatrocentas e oitenta (480), a meta foi superada em um pouco mais de cento e noventa e cinco por cento (195,41%), ou duzentas e trinta e cinco (235) fiscalizações a mais. Esta superação ocorreu graças ao incremento da fiscalização e à disponibilização de recursos financeiros, de forma tempestiva, por parte do órgão central.

Para a execução da Ação, o Serviço contou com o apoio das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) nas cidades de Campina Grande e Patos, desenvolveu fiscalizações conjuntas com a vigilância sanitária, da Secretaria de Saúde do município de Campina Grande e estabeleceu parceria com o Conselho Regional de Medicina Veterinária na Paraíba – CRMV-PB nos assuntos relacionados à responsabilidade técnica.

12. Considerações finais

Apesar do elevado número de atividades relacionadas à ação fiscal, os resultados obtidos se mostraram satisfatórios, já que praticamente todas as metas foram superadas. Em adição, registramos o imenso número de atividades burocráticas elencadas e descritas neste relatório, que, embora necessárias e indispensáveis, consumiram um considerável espaço de tempo do fiscal envolvido com a atividade, levando-o a executar atividades que poderiam ser realizadas por

funcionário de nível médio. Por decorrência, consideramos que se faz necessário um maior apoio administrativo a este setor de fiscalização.

♦ AÇÃO: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

Tabela XXIII – Dados gerais da ação - PI - FISCGENE

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2019 - Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXIII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2019 – Fiscalização de Material Genético Animal.	FISCGENE	Fiscalização Realizada (Unid.)	20	16	15	93,75	12
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Registro de Estabelecimentos de Serviços Pecuários.	FISCGENE	Registro Realizado (Unid.)	0	0	01	0	-
ATIVIDADE	Quantidade		Unidade				
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2. Renovação de Registro de Estabelecimento de Serviços Pecuários	FISCGENE	Registro Renovado (Unid.)	04	04	03	75	-
ATIVIDADE	Quantidade		Unidade				
2.1. Análise documental	06		Unid.				
2.2. Formação de processo	01		Unid.				
2.3. Termo de Fiscalização e Inspeção	11		Unid.				
2.4. Vistoria de estabelecimentos	06		Unid.				
2.5. Computação e análise de relatórios dos estabelecimentos	72		Unid.				

Fonte: SEFAG

Desempenho Orçamentário e Financeiro: O PI FISCGENE utilizou na ordem de 90,10%, da dotação orçamentária descentralizada em 2011.

Tabela XXIII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	1.761,76	1.761,76	1.562,70	1.562,70	0,00	1.562,70	88,70
339030	553,00	553,00	522,80	522,80	0,00	522,80	94,54
TOTAL	2.314,76	2.314,76	2.085,50	2.085,50	0,00	2.085,50	90,10

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

As ações de fiscalizações apresentaram problemas no decorrer do ano tendo em vista o contingenciamento de recursos financeiros imposto pelo Decreto 7.446 de 31/03/2011, provocando uma reprogramação na descentralização dos recursos financeiros e consequentemente também nas metas inicialmente programadas. O programado inicial previa 20 fiscalizações/ano posteriormente foi corrigida para 16. Foram realizadas 15 fiscalizações obtendo um percentual de execução de 93,75% do programado corrigido, com a atualização cadastral de todos os 06 (seis) estabelecimentos registrados no SEFAG/SFA-PB, obedecendo ao que determina a Instrução Normativa 056/2006, quanto a anotação de responsabilidade técnica, e ainda procedemos 02 (duas) vistorias de inspeção de rotina no ano, em cada estabelecimento registrado.

Com relação à fiscalização de ovos férteis em granjas matrizeiras e incubatórios, contabilizamos através de relatórios mensais a produção de 72.864.181 ovos férteis e foram produzidos 51.672.945 pintos de 1 dia no ano de 2011.

Quanto a entraves detectados, relacionamos a necessidade de um instrumento legal mais forte, visto que, a atual legislação que se baseia na Instrução Normativa 056/2006 e que estabelece os procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimento avícola de reprodução e comercial, não contempla nenhum meio de sanção ao estabelecimento que se encontra em falta com o serviço, no tocante ao cumprimento da legislação vigente, o que no nosso entender compromete o poder de disciplinamento da autoridade fiscalizadora.

Com exceção do acima citado, não vislumbramos nenhuma outra ação que tenha causado impacto na execução.

♦ **AÇÃO: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX**

Tabela XXIV– Dados gerais da ação - PI - FISAGROTOX

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXIV.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.	FISAGROTOX	Fiscalização Realizada (Unid.)	-		01	-	01
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Registro de Fabricantes e Comerciantes de Agrotóxicos.	FISAGROTOX	Registro Realizado (Unid.)	-	-	-	-	01
ATIVIDADE	Quantidade		Unidade				
1.1. Análise documental.	-		Unid.				
1.2. Termo de fiscalização.	01		Unid.				
1.3. Reunião técnica nacional.	02		Unid.				
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2. Fiscalização de Empresas Estabelecidas/SEDAP/PB (Ação Descentralizada).	FISAGROTOX	Empresa Fiscalizada (Unid.)	-	-	-	-	-
ATIVIDADE	Quantidade		Unidade				
2.1. Fabricante cadastrado.	102		Unid.				
2.2. Marca comercial cadastrada.	1.191		Unid.				
2.3. Comerciante cadastrado.	35		Unid.				
2.4. Município fiscalizado.	50		Unid.				
2.5. Firma fiscalizada.	83		Unid.				
2.6. Auto de infração emitido.	21		Unid.				
2.7. Auto de interdição emitido.	-		Unid.				
2.8. Auto de desinterdição emitido.	-		Unid.				
2.9. Auto de apreensão emitido.	-		Und.				
2.10. Termo de fiscalização emitido.	87		Unid.				
2.11. Transferência de titularidade.	05		Produto				
2.12. Inclusão de cultura.	40		Unid.				
2.13. Correção razão social.	-		Unid.				

2.14. Alteração marca comercial.	23	Unid.
2.15. Cancelamento de produto.	30	Unid.
2.16. Atualização de produto.	169	Unid.
2.17. Alteração de cadastro.	31	Unid.
2.18. Adequação de cadastro.	-	Unid.
2.19. Alteração de endereço.	02	Unid.
2.20. Defensivo agrícola.	-	Ton
2.21. Taxas recebidas/agrot./afins.	R\$ 41.873,81	Reais

Fonte: SEFAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No PI FISAGROTOX foi utilizado 91,76% da dotação orçamentária descentralizada para o exercício de 2011.

Tabela XXIV.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	3.439,00	3.439,00	3.239,87	3.239,87	0,00	3.239,87	94,21
339030	249,99	249,99	249,99	249,99	0,00	249,99	100,00
339033	4.508,80	4.508,80	3.884,11	3.884,11	0,00	3.884,11	86,15
339036	1.794,80	1.794,80	1.794,80	1.794,80	0,00	1.794,80	100,00
TOTAL	9.992,59	9.992,59	9.168,77	9.168,77	0,00	9.168,77	91,76

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

As atividades da Fiscalização de Agrotóxicos e Afins e Registro de estabelecimentos comerciais na programação para o ano 2011, no âmbito do comércio, não ocorreu em decorrência desta atividade ser de competência da SEDAP/PB por força de Lei. Assim como, as ações de fiscalização da fumigação das embalagens de madeira para controle das pragas quarentenárias são de responsabilidade do SISV, conforme Portaria 428 de 14/06/2010, cabendo ao SEFAG/DDA-PB, apenas a fiscalização da produção nas Indústrias.

Quanto ao registro de fabricantes de agrotóxicos, não ocorreu nenhuma demanda. O Estado da Paraíba não possui nenhuma indústria de fabricação de Agrotóxicos e Afins

No mês de dezembro foi feita uma fiscalização conjunta com a SEDAP e emitido um Termo de Fiscalização referente ao atendimento de denúncia feita à Ouvidoria do MAPA, relativa ao uso e aplicação de agrotóxicos na condução de plantio de hortaliças às margens do Açude Ipueiras, localizado no Município de Camalaú/PB.

Participação de 02 (dois) fiscais no Encontro Nacional de Agrotóxicos que ocorreu no Estado de Mato Grosso, sendo 01(um) da SFA/PB e outro da SEDAP/PB.

AÇÃO: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1

Tabela XXV – Dados gerais da ação - PI – FISCALSEM1

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXV.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças.	FISCALSEM1	Fiscalização Realizada (Unid.)	355	355	486	136,90	485
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
1. Inscrição/Credenciamento de Estabelecimentos Produtores e Comerciais de Sementes e Mudanças.	FISCALSEM1	Inscrição/Credenciamento Realizado (Unid.)	-	-	83	-	-
ATIVIDADE			Unidade				
1.1. Análise documental.			105 Unid.				
1.2. Credenciamento de RT.			07 Unid.				
1.3. Inscrição de produtor de mudas.			07 Unid.				
1.4. Inscrição de comerciante de sementes.			77 Unid.				
1.5. Inscrição comerciante de mudas.			05 Unid.				
1.6. Laudo de vistoria.			49 Unid.				
1.7. Formação de Processo.			81 Unid.				
1.8. Reunião Técnica.			02 Unid.				
1.9. Cursos/treinamentos.			02 Unid.				
1.10. Auto de infração.			20 Unid.				
1.11. Autorização para transporte de sementes.			57 Unid.				
1.12. Fiscalização de estabelecimento.			395 Unid.				
1.13. Colheita de amostras.			30 Unid.				
1.14. Fiscalização de campos de sementes/viveiros de mudas.			45 Unid.				
1.15. Medidas cautelares.			11 Unid.				
1.16. Homologação de inscrição.			45 Unid.				
1.17. Eventos realizados.			01 Unid.				
1.18. Palestras proferidas.			07 Unid.				
1.19. Termo de fiscalização emitidos.			360 Unid.				

Fonte: SEFAG

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Considerando a dotação orçamentária descentralizada durante o exercício de 2011, foram aplicados 98,47% nas atividades do PI FISCALSEM1.

Tabela XXV.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	38.210,60	38.210,60	38.157,08	38.157,08	0,00	38.157,08	99,86
339030	7.713,00	7.713,00	7.559,95	7.559,95	0,00	7.559,95	98,02
339033	9.572,00	9.572,00	8.825,43	8.825,43	0,00	8.825,43	92,20
339039	6.690,28	6.690,28	6.690,28	6.690,28	0,00	6.690,28	100,00
TOTAL	62.185,88	62.185,88	61.232,74	61.232,74	0,00	61.232,74	98,47

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2011, foram realizadas 486 fiscalizações no PI FISCALSEM, Fiscalização de Sementes e Mudanças. Não foi realizada ação de fiscalização no mês de janeiro, devido às férias dos FFA's, e em março por falta de recursos financeiros decorrente da publicação do Decreto nº 7.446. Contudo, atingimos um índice total no ano de 136,90%. Superamos em 36,90% a meta programada no POA-2011 devido ao ingresso de mais um FFA no PI e do empenho e comprometimento dos FFA's envolvidos além dos valores de recursos financeiros terem sido suficientes e descentralizados em tempo hábil, assim como a disponibilização de uma boa frota de veículo para deslocamento. Foram coletadas 30 amostras em 38,5 toneladas sementes, das quais 08 destas apresentaram inconformidade com os padrões estabelecidos em Lei e Normas, as demais estavam conformes. Inscrevemos e credenciamos 68 comerciantes de sementes e mudas, sendo 62 de sementes e 06 de mudas, 07 responsáveis técnicos, 07 produtores de muda e renovamos 07 inscrições no RENASEM. Foram realizadas 19 autuações por deficiência nas garantias e descumprimento das normas de produção, comercialização, beneficiamento armazenamento e utilização.

Para o ano de 2012, esperamos que o desempenho seja normal, em virtude do cumprimento do Plano Operativo Anual (POA).

Com relação à utilização dos recursos financeiros, foram utilizados de forma compatível com a natureza de despesa, conforme quadro demonstrativo de desempenho orçamentário e financeiro.

Não nos deparamos com nenhuma outra ação que pudesse impactar na execução das metas.

♦ AÇÃO: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Tabela XXVI – Dados gerais da ação - PI - FISFECOI

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXVI.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.	FISFECOI	Fiscalização Realizada (Unid.)	250	198	219	110,61	132
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Registro de Estabelecimentos Produtores e Comerciais de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.	FISFECOI	Registro Realizado (Unid.)	04	0	04	100	03
ATIVIDADE	Quantidade		Unidade				
1.1. Termo de fiscalização emitido.	152		Unid.				
1.2. Coleta de amostra.	80		Unid.				
1.3. Produto amostrado.	1.367		t				
1.4. Auto de infração.	04		Unid.				
1.5. Notificação.	04		Unid.				
1.6. Reunião técnica nacional, cursos e treinamentos.	02		Unid.				
1.7. Análise documental.	13		Unid.				
1.8. Laudo de vistoria.	04		Unid.				
1.9. Emissão de registro.	04		Unid.				
1.10. Formação de processo.	13		Unid.				
1.11. Estabelecimento produtor registrado.	-		Unid.				
1.12. Estabelecimento comercial registrado.	04		Unid.				
1.13. Estabelecimento produtor cancelado.	02		Unid.				
1.14. Estabelecimento comercial cancelado.	02		Unid.				
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2. Renovação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes ou biofertilizantes.	FISFECOI	Renovação de estabelecimento (Unid.)	03	-	03	100	07
ATIVIDADE	Quantidade		Unidade				

2.1. Análise documental.	04	Unid.
2.2. Laudo de vistoria.	04	Unid.
2.3. Emissão de certificado de renovação de registro.	04	Unid.

Fonte: SEFAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Em 2011, da dotação orçamentária descentralizada no PI – FISFECOI, foram aplicados 97,39 %.

Tabela XXVI.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	28.418,00	28.418,00	27.459,08	27.459,08	0,00	27.459,08	96,63
339030	6.697,00	6.697,00	6.692,00	4.914,40	1.777,60	4.914,40	99,93
339033	7.000,00	7.000,00	6.727,69	6.727,69	0,00	6.727,69	96,11
339039	4.775,00	4.775,00	4.775,00	4.775,00	0,00	4.775,00	100,00
339047	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	500,00	100,00
TOTAL	47.390,00	47.390,00	46.153,77	44.376,17	1.777,60	44.376,17	97,39

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2011, foram realizadas 219 fiscalizações no PI FISFECOI - Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes, Corretivos e Biofertilizantes, deixamos de realizar a programação do mês de março, devido à falta de recursos financeiros para execução das atividades em decorrência da aplicação do Decreto 7446. Contudo, atingimos um índice total de 110,6% em relação à meta corrigida estabelecida para o exercício. Superamos a meta corrigida em 10,6% em virtude da renovação de registro de estabelecimentos que comercializam fertilizantes como também a tempestividade na liberação dos recursos, a disponibilização dos mesmos com exceção do mês de março, e a disponibilidade e boas condições dos veículos, foram fatores importantes para o alcance e até superação das. Foram amostradas 1.367 toneladas de fertilizantes químicos, correspondente à 116,81% da meta programada no plano operativo e coletamos 80 amostras de fertilizantes para análise, ou seja, 131,10% da meta programada. A superação das atividades de toneladas amostradas e nº de coleta de amostra se verificaram em virtude da imprevisibilidade de maior quantidade de produtos encontrados nos estoques dos estabelecimentos fiscalizados. Registramos 04 novos estabelecimentos comerciais. Foram realizadas 04 autuações por deficiência nos níveis de garantias. Constatamos um índice de conformidade de 76,4%, e não conformidade de 23,6%, em relação à quantidade de todos os produtos analisados. Quanto ao produto, corretivo de acidez, existe um estabelecimento produtor, registrado no MAPA. Não houve amostragem no exercício do ano 2011, devido à inexistência do produto, por ocasião das fiscalizações realizadas no estabelecimento.

Para o ano 2012, as perspectivas não são muito alvissareiras, tendo em vista a redução dos recursos já previstos no Plano Operativo do ano de 2012, tendo como consequência a diminuição das atividades de fiscalização em relação ao ano de 2011.

Com relação à utilização dos recursos financeiros, os mesmos foram utilizados de forma compatível com sua natureza de despesa, conforme quadro demonstrativo de desempenho orçamentário e financeiro.

Não ocorreu nenhuma outra ação que tenha causado impacto significativo na execução das metas além das acima citadas.

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Equipe de Trabalho

Divaldo da Silva Cunha - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário – Chefe
Manoel Octávio Silveira da Mota – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário – Chefe Substituto
Virgínio Carneiro da Silva - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Hermes Ferreira Barbosa - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Hermano Cavalcanti Leite - Auxiliar de Administração -BNCC
Cícera Medeiros de Araújo - Auxiliar de Administração - BNCC
Adalberto Nunes Soares – Assistente Técnico – BNCC
Maria das Graças Pedrosa Rodrigues Martins – Assistente Administrativo - BNCC

O **DPDAG** é composto pelos seguintes Programas e respectivas Ações relacionadas a seguir:

➤ PROGRAMA: 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 4720 – APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA – CERTORGAN1

AÇÃO: 8591 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS – APOIOAGRIC

AÇÃO: 8593 - APOIO AO USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS EM AGROECOSSISTEMAS – ORGMANEJO2

♦ **AÇÃO: 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1**

Tabela XXVII – Dados gerais da ação - PI – CERTORGAN1

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Ação	4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXVII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	CERTORGAN1	Unidade Controlada	06	13	14	92,85	03
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012

01. Credenciamento e Fiscalização do Exercício de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos por Técnicos do MAPA.	CERTORGAN1	Unidade Controlada	06	13	14	92,85	03
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Treinamento em Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, realizado em Brasília, no mês de novembro de 2011.			01		Unid.		

Fonte: DPDAG

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Durante o exercício de 2011, os recursos financeiros utilizados alcançaram o percentual de 95,82%, em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXVII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	2.069,60	2.069,60	2.069,60	2.069,60	0,00	2.069,60	100,00
339033	2.302,00	2.302,00	2.119,10	2.119,10	0,00	2.119,10	92,05
TOTAL	4.371,60	4.371,60	4.188,70	4.188,70	0,00	4.188,70	95,82

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Em consonância com a Port. TCU Nº 123/2011, as ações do PI CERTORGAN não são prioritárias na LDO. As ações deste PI, são executadas conforme as demandas do segmento da agricultura agroecológica, tendo as metas alcançado o índice percentual de 92,85, considerado normal dentro das metas previstas.

O PI CERTORGAN – Certificação da Produção Orgânica de Alimento, tem como finalidade garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos. Uma atividade eminentemente fiscalizadora, porém até a publicação do Decreto Lei nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007 que regulamentou a Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, não havia o foco direcionado à fiscalização pelo MAPA, já que o mesmo era direcionado ao fomento através das ações, tais como: Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica, Fomento ao Uso de Produtos e Processos Apropriados a Produção Orgânica.

Com a Regulamentação da Lei, as ações do CERTORGAN passam a ocupar um maior espaço de trabalho, visto que a atividade fiscalizadora torna-se imperiosa, para atender a referida Lei. Portanto, conforme a regulamentação inerente, toda produção orgânica de origem animal ou vegetal obrigatoriamente estará sujeita à fiscalização e deverá ser certificada ou cadastrada junto a SFA/PB. Os mecanismos de garantia da qualidade da produção orgânica são assegurados pelos Sistemas: A - Certificação por Auditoria, B – Sistema Participativo de Garantia, C – Controle Social para a Venda Direta sem Certificação.

No entanto, devido à grande restrição orçamentária, ocorrida principalmente no primeiro semestre de 2011, muitas atividades programadas foram afetadas. Praticamente não houve a descentralização de recursos para a atividade de fiscalização, sendo mantido apenas o repasse de recursos para o PI DESENG, responsável por atividades de fomento da produção orgânica. Com isso, percebe-se que houve muito mais atividades relacionadas ao PI DESENG, em detrimento ao CERTORGAN.

Outro fator importante a ser destacado é a complexidade da referida legislação. A mesma abrange toda produção animal e vegetal, além do extrativismo e contempla cosméticos, restaurantes e outros setores. Diante disso, a própria Coordenação de Agroecologia (COAGRE/SDC/MAPA) recomendou que fosse dado mais tempo para o entendimento correto por parte dos produtores da referida lei, priorizando-se a orientação antes da punição.

Nos últimos anos percebe-se um aumento da produção orgânica no Estado da Paraíba, movido por uma demanda cada vez maior por parte dos consumidores, haja visto o número crescente de feiras agroecológicas, em torno de quarenta e duas, organizadas por Associações Agroecológicas que, por força da Lei 10.831, obrigatoriamente terão de ser cadastradas na SFA/PB, para serem legalmente reconhecidas como produtos orgânicos. No ano de 2011 foram cadastradas 14 OCS - Organizações de Controle Social, contemplando 241 produtores orgânicos em todo o Estado.

♦ AÇÃO: 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC

Tabela XXVIII – Dados gerais da ação - PI – APOIOAGRIC

Função	Agricultura
Subfunção	Formação de Recursos Humanos
Programa	1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Ação	8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXVIII.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas.	APOIOAGRIC	Pessoa Beneficiada	600	800	750	93,75	1.000
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Coordenação e identificação dos processos de industrialização logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio e Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada.	APOIOAGRIC	Pessoa Beneficiada	600	800	750	93,75	1.000
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Realização, coordenação e participação do IV Seminário Estadual da Cultura do Abacaxi.			04		seminário		
1.2.Reunião com a Cooperativa de Produtores de Abacaxi do Município de Araçagi.			08		reunião		

1.3. Coordenação, realização e participação em treinamento sobre o cultivo do coqueiro.	01	treinamento
1.4. Coordenação e participação em reuniões técnicas sobre inovação tecnológica, sustentabilidade, competitividade e desenvolvimento regional.	20	reunião
1.5. Coordenação e participação em visitas técnicas sobre fruticultura.	10	Visita

Fonte: DPDAG

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Os recursos financeiros utilizados em 2011 representaram 92,98% da dotação orçamentária descentralizada, nesse exercício.

Tabela XXVIII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	4.640,00	4.640,00	4.384,34	4.384,34	0,00	4.384,34	94,49
339030	1.353,50	1.353,50	1.258,06	1.258,06	0,00	1.258,06	92,95
339036	265,50	265,50	177,00	177,00	0,00	177,00	66,67
TOTAL	6.259,00	6.259,00	5.819,40	5.819,40	0,00	5.819,40	92,98

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Em consonância com a Portaria TCU N° 123/2011, as ações do PI APOIOAGRIC não são prioritárias na LDO. Não houve problemas na execução das ações relacionadas à este PI, ocorrendo diferenças significativas entre a meta prevista e a realizada.

No ano de 2011 as ações da DPDAG, no que concerne ao PI APOIOAGRIC, foram direcionadas para a continuidade dos trabalhos iniciados em 2009 e 2010. Trabalharam-se as cadeias produtivas da fruticultura, principalmente aquelas que possuem relevância na agricultura paraibana. Atenção especial foi dada ao abacaxi e coco, pela sua importância econômica e alcance social.

Com relação aos Fóruns de Fruticultura (grupos de trabalho multi-institucionais constituídos em 2009), os esforços foram canalizados para a sua devida consolidação e continuidade nas ações.

A organização de uma cadeia produtiva, principalmente no Estado da Paraíba, não é tarefa fácil, devido a muitos fatores que podem ser elencados, tais como: produtores desorganizados, associações de produtores ilegais, carência de assistência técnica qualificada e constante, dificuldades de comercialização e pouco uso de tecnologias inovadoras.

Diante disso, os trabalhos foram direcionados com o intuito de incrementar a organização social e gerencial, visando profissionalização dos segmentos produtivos, bem como a melhoria da coordenação entre os elos das cadeias produtivas atendidas. A produção com adoção das boas práticas agrícolas, colheita e pós-colheita, o beneficiamento, e, principalmente, a comercialização foram abordados de forma sistêmica, montando estratégias para a formação de parcerias comerciais duradouras e benéficas.

A qualidade da produção e a capacidade de controle produtivo, destacando a oferta constante de quantidades suficientes de produtos por um período estabelecido, foram os alicerces que direcionaram o trabalho para ampliar as formas de comercialização via contrato previamente estipulado.

A profissionalização e capacitação do setor produtivo para a produção com qualidade e oferta de produtos e serviços aos mercados de consumo foi a tônica das atividades.

O papel do DPDAG como catalisador e promotor do desenvolvimento sustentável do agronegócio foi exercido quando buscamos a formação de grupos regionais de governança, com uma proposta construída conjuntamente entre representantes de diversas instituições atuantes no

âmbito das cadeias produtivas do estado (fóruns regionais/setoriais). As atividades propostas são executadas com um esforço comum levando em consideração as atribuições de cada instituição participante.

♦ **AÇÃO: 8593** – Apoio ao uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas – **ORGMANEJO2**

Tabela XXIX – Dados gerais da ação - **PI – ORGMANEJO2**

Função	Agricultura
Subfunção	Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Ação	8593 – Apoio ao uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas – ORGMANEJO2
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXIX 1– Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
8593 – Apoio ao uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas	ORGMANEJO2	Unidade Controlada	01	-	01	100	02
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Implantação de unidades comparativas ou de teste e comparação.	ORGMANEJO2	Número de projetos implantados de produção sustentável e conservacionista	01	-	01	100	02
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade		
1.1. Treinamento de técnicos da Empresa Paraibana de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PB), direcionados para a área de conservação do solo			01		Unid.		

Fonte: DPDAG

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Durante o exercício de 2011, os recursos financeiros utilizados alcançaram o percentual de 100%, em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXIX 2

Tabela XXXX 2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	619,50	619,50	619,50	619,50	0,00	619,50	100,00
TOTAL	619,50	619,50	619,50	619,50	0,00	619,50	100,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Em consonância com a Portaria TCU Nº 123/2011, as ações do PI ORGMANEJO não são prioritárias na LDO. Observando-se a tabela acima, a qual se refere às metas previstas e realizadas, verifica-se que a mesma foi cumprida em 100%, não ocorrendo problemas na execução física da ação.

As ações do PI ORGMANEJO foram voltadas para a realização de cursos para capacitação de técnicos da Empresa Paraibana de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PB), direcionados para a área de conservação do solo. O Estado da Paraíba possui grande parte de seu solo susceptível à desertificação, devido às suas características químicas e físicas, bem como ao manejo incorreto praticado por muitos agricultores, muitas vezes por desconhecimento de algumas práticas conservacionistas. Grandes áreas já se encontram sob este processo, prejudicando consideravelmente a fertilidade do mesmo e, além disso, causando prejuízos ao produtor rural.

Cientes desse grave problema, a DPDAG, em parceria com a EMBRAPA-Algodão, firmaram um Termo de Cooperação Técnica, cujo objetivo visa a instalação de unidades demonstrativas dentro de áreas de produtores selecionados. Nestas áreas serão realizadas práticas de conservação de solo e água, disponibilizando aos produtores verificar *in loco* as mudanças que estas práticas podem acarretar.

O ano de 2011 foi o primeiro que a DPDAG utilizou recursos deste PI, obtendo resultados muito satisfatórios e, para o ano de 2012, as ações deverão continuar e serão prioritárias nos trabalhos desta Divisão. Estão previstos mais cursos de capacitação para extensionistas rurais e técnicos de outras instituições e ampliação do número de unidades demonstrativas instaladas dentro de propriedades de produtores rurais.

➤ PROGRAMA: 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - INDGRAFI

◆ **AÇÃO: 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - INDGRAFI**

Tabela XXX – Dados gerais da ação - PI - INDGRAFI

Função	Agricultura
Subfunção	Normalização e Qualidade
Programa	0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual
Ação	2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - INDGRAFI
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXX.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.	INDGRAF	Produtor Atendido (Unid.)	1.500	1.800	1.720	95,5	*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Levantamento de produtos agropecuários com potencial de indicação geográfica e Apoio a projetos de promoção da IG.	INDGRAF	Produtor Atendido (Unid.)	1.500	1.800	1.720	95,5	*
ATIVIDADE			QUANTIDADE		UNIDADE		
1.1. Reunião com o Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas, visando a divulgação e planejamento de atividades para a Indicação Geográfica do Coco de Sousa. Mês: fevereiro a dezembro. Local: Sousa.			11		reunião		
1.2. Reunião ordinária do Fórum Paraibano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas. Mês: março, maio, julho, setembro, novembro. Local: Campina Grande, Areia e Sousa.			05		reunião		
1.3. Palestra intitulada “Valorizando o Produto com o Uso da Indicação Geográfica na Agropecuária”, no 39º AGROEX – Seminário do Agronegócio para Exportação. Mês: abril. Local: Maceió/AL.			01		palestra		
1.4. Reunião técnica na Embrapa Arroz e Feijão. Mês: março. Local: Goiânia/GO.			01		reunião		
1.5. Reunião Técnica com a Coordenação de Indicação Geográfica. Mês: março e setembro. Local: Brasília/DF.			02		reunião		
1.6 Reunião com produtores de arroz vermelho do Vale do Piancó. Mês: fevereiro, maio, setembro. Local: Itaporanga/PB.			03		reunião		
1.7. Ministrar palestra na Embrapa Algodão sobre Indicação Geográfica. Mês: novembro. Local: Campina Grande/PB.			02		palestra		
1.8. Ministrar palestra no SESC sobre Indicação Geográfica. Mês: outubro. Local: João Pessoa/PB.			01		palestra		
1.9. Ministrar palestra no SEBRAE sobre Indicação Geográfica. Mês: outubro. Local: João Pessoa/PB.			01		palestra		
1.10. Reunião técnica para elaboração de Projeto a ser encaminhado ao BNB. Mês: julho, agosto, setembro e outubro. Local: João Pessoa/PB.			04		reunião		
1.11. Participação no Seminário sobre Queijos Artesanais. Mês: novembro. Local: Fortaleza/CE.			05		seminário		

Fonte: DPDAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: Da dotação orçamentária descentralizada em 2011, foram utilizados 96,26%.

Tabela XXX.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	6.606,48	6.606,48	6.606,48	6.606,48	0,00	6.606,48	100,00
339030	2.190,00	2.190,00	2.190,00	1.916,26	273,74	1.916,26	100,00
339033	1.966,08	1.966,08	1.559,88	1.559,88	0,00	1.559,88	79,34
339093	103,06	103,06	103,06	103,06	0,00	103,06	100,00
TOTAL	10.865,62	10.865,62	10.459,42	10.185,68	273,74	10.185,68	96,26

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Em consonância com a Port. TCU N° 123/2011, as ações do PI INDGRAF não são prioritárias na LDO. Analisando-se as tabelas acima, bem como o descrito abaixo, conclui-se que não houve problemas que causassem impacto na execução física e financeira da meta estabelecida, sendo a mesma cumprida em 95,5%, o que pode ser considerado como não significativo em termos de planejamento.

No ano de 2011, os trabalhos com o PI INDGRAF tiveram foco na conclusão do Projeto de Indicação de Procedência do Arroz Vermelho do Vale do Piancó, ocorrido no mês de outubro. Aguarda-se agora a compilação dos resultados e o envio do dossiê ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), a fim de que o mesmo conceda esta indicação de procedência. Cabe ressaltar que mesmo com o fim do Projeto, as atividades no Vale do Piancó continuarão em 2012. Um produto gerado pelo Fórum Paraibano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas foi a elaboração de um Projeto intitulado “Indicação Geográfica do Arroz Vermelho do Vale do Piancó como Alternativa de Desenvolvimento Regional”. Este projeto foi submetido ao BNB, tendo sido o único aprovado para o Estado da Paraíba. Com essa aprovação, ficam assegurados recursos para a continuidade dos trabalhos, uma vez que o desenvolvimento regional requer tempo e constância. Este projeto será coordenado pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA), com participação das seguintes instituições: SFA/PB, UFPB, UEPB, IFPB, EMATER, AESA e FAEPA/SENAR.

Com relação ao coco de Sousa, foram realizadas diversas reuniões ao longo do ano com os membros integrantes do Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas. Dessas reuniões, surgiram vários produtos como a realização de seminários, visitas técnicas, palestras e reuniões com os produtores. Além disso, percebe-se uma maturidade do Fórum, consolidando-se como referência de ações voltadas à fruticultura na região. Projetos de pesquisa também foram enviados às instituições de fomento, com a finalidade de realizar experimentos sobre consórcio da cultura do coco com banana, talvez uma alternativa de rendimento aos produtores.

Os trabalhos e ações para o reconhecimento do coco de Sousa na modalidade de indicação de procedência continuam, apesar do Projeto não ter sido contemplado, devido à inadimplência da Prefeitura Municipal de Sousa com relação à certidão negativa do INSS. O SEBRAE/PB seria a conveniente do referido projeto, porém, devido ao decreto presidencial proibindo a celebração de convênios com instituições não governamentais, a Prefeitura de Sousa foi escolhida pelos membros do Fórum para ser a conveniente, já que se encontrava adimplente em relação a todas as exigências burocráticas, no entanto, bem no final do ano, devido a problemas em gestões anteriores, não conseguiu obter a certidão negativa de débito junto ao INSS.

A cadeia produtiva do coco de Sousa é de extrema importância para a Paraíba, pois envolve mais de 1.600 produtores, beneficiadores e comerciantes em geral. Mesmo sem a aprovação do

projeto, verifica-se um grande avanço nas ações do Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas, coordenado pela SFA/PB, em relação a esta cadeia produtiva, citados acima.

Um fator muito importante para o desenvolvimento e consolidação do tema Indicação Geográfica é a sua correta divulgação entre técnicos, gestores, produtores e população em geral. No ano de 2011 procurou-se, mais uma vez, difundir esse conceito, ainda pouco conhecido da maioria dos brasileiros. Foram realizadas 05 palestras, para diferentes públicos e, nota-se que no Estado da Paraíba começa a se formar uma massa crítica em relação ao tema. O Fórum de Indicação Geográfica também tem contribuído muito para essa divulgação, organizando seminários, confeccionando folders e distribuindo-os a diversas instituições e técnicos. Com isso, espera-se que a médio prazo haja um conhecimento maior sobre este tema relativamente novo no país, ocasionando um dos objetivos do Fórum: indicação geográfica como política pública de desenvolvimento das cadeias produtivas do Estado da Paraíba.

➤ **PROGRAMA: 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade**

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 8606 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO – DESENORG

◆ **AÇÃO: 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENORG**

Tabela XXXI- Dados gerais da ação - PI - DESENORG

Função	Agricultura
Subfunção	Normalização e Qualidade
Programa	1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
Ação	8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENORG
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXXI.1 Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico	DESENORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)	600	600	595	99,16	600
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Informação, Fomento e Treinamento em Sistemas de Produção Agropecuários.	DESENORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)	600	600	595	99,16	600
ATIVIDADE				QUANTIDADE		UNIDADE	

1.1. Visita a unidade de Produção Orgânica, vinculada a Organização de Controle Social. Mês: dezembro. Local: Jacarau/PB	01	visita técnica
1.2. Reunião com produtores orgânicos. Mês : dezembro. Local: Jacarau e Pedro Régis/PB.	01	reunião
1.3. Participação do encontro do Projeto PAIS (Programa Agroecológico Integrado Sustentável). Mês: novembro. Local: Camoína Grande/PB	01	encontro
1.4. Visita ao campo de multiplicação de sementes d Programa Banco Comunitário de Semente e Adubação Verde. Mês: novembro. Local: Aparecida/PB	01	visita técnica
1.5. Participação na Entrega de Certificados de declaração de Organismo de Controle Social para agricultores orgânicos. Mês: novembro. Local: Jacarau e Pedro Regis	01	evento
1.6. Participar de treinamento em Mecanismo da Qualidade Orgânica. Mês: novembro. Local: Brasília/DF.	01	treinamento
1.7. Ministrará palestra no I Seminário Regional para o Fortalecimento e Consumo Agroecológico. Mês: novembro. Local: Cajazeiras/PB.	01	palestra
1.8. Visita a unidades produtivas do banco Comunitário de Sementes e Adubação Verde, acompanhado do consultor do Programa. Mês: outubro. Local: Esperança, Remígio, Monteiro e Sousa/PB	01	Visita técnica
1.9. Reunião técnica com gestores municipais. Mês: setembro. Local: Pedras de Fogo/PB.	01	reunião
1.10. Participação em ações referentes a VII Semana do Alimento Orgânico. Mês: maio. Local: Monteiro e Sumé/PB.	01	evento
1.11. Reunião com a CPOrg/PB. Mês: abril, junho, setembro e novembro. Local: Campina Grande.	04	reunião

Fonte: DPDAG

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: No ano de 2011, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 98,53% em relação da dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXXI.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	3.072,50	3.072,50	2.976,84	2.976,84	0,00	2.976,84	96,89
339030	2.795,00	2.795,00	2.795,00	2.119,44	675,56	2.119,44	100,00
339036	619,50	619,50	619,50	619,50	0,00	619,50	100,00
TOTAL	6.487,00	6.487,00	6.391,34	5.715,78	675,56	5.715,78	98,53

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Em consonância com a Port. TCU Nº 123/2011, as ações do PI DESENORG não são prioritárias na LDO. As ações deste PI, são executadas conforme as demandas do segmento da agricultura agroecológica, tendo as metas alcançado o índice percentual de 92,16, considerado normal dentro das metas previstas. Não houve ações que tenham causado impacto na execução física, além das descritas abaixo.

As ações desenvolvidas pelo PI DESENORG, no ano de 2011, tiveram seu foco principalmente no apoio à implantação e consolidação das feiras agroecológicas instaladas em todo Estado. Também foram realizadas ações voltadas ao fortalecimento e ampliação do Programa Banco Comunitário de Sementes e Adubação Verde, divulgação da nova legislação junto aos produtores, expansão da área plantada com diversificação de produtos oferecidos e fortalecimento da Comissão Estadual de Orgânicos.

A agricultura orgânica vem avançando muito no Estado da Paraíba, tanto no aumento da área plantada, quanto na oferta de produtos. O número de feiras agroecológicas também vem aumentando no Estado, chegando a 47 realizadas pelo Organismo de Controles Social de Vendas Diretas Sem Certificação - OCS. Várias associações têm procurado a DPDAG para se cadastrar como Organização de Controle Social, a fim de vender seus produtos em conformidade com a legislação. Nota-se que o produtor orgânico começa a se organizar, muitas vezes por conta própria, com a finalidade de se inserir neste crescente mercado.

Observando-se as informações orçamentárias e financeiras descritas acima, conclui-se que os recursos repassados para este PI ficaram aquém da necessidade, uma vez que o MAPA é o órgão responsável pelo fomento, desenvolvimento e fiscalização da produção orgânica. Devido a essa restrição orçamentária, principalmente no primeiro semestre de 2011, algumas atividades foram afetadas, principalmente a VII Semana dos Alimentos Orgânicos. Muitas atividades planejadas não ocorreram, devido à escassez de recursos para execução de ações de divulgação junto aos produtores e consumidores.

➤ PROGRAMA: 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE – FISCONTRATO **AÇÃO: 8611 – APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO –** **APPRODUTOR**

♦ AÇÃO: 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse – FISCONTRATO

Tabela XXXII – Dados gerais da ação - **PI – FISCONTRATO**

Função	Agricultura
Subfunção	Administração Geral
Programa	6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Ação	2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXXII.1 Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse	FISCONTRATO	Contratos de repasse fiscalizados	06	-	06	100	05*
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Fiscalização de contratos de repasse	FISCONTRATO	Contratos de repasse fiscalizados	06	-	06	100	05*
ATIVIDADE				QUANTIDADE		UNIDADE	
1.1. Participação em capacitação voltada ao sistema operacional do SICONV, com vistas à análise e encaminhamento de pleitos, com recursos provenientes do OGU, na modalidade Contratos de Repasse. Mês: Julho Local: Brasília-DF				01		treinamento	
1.2. Fiscalização dos Contratos de Repasse celebrados entre o MAPA/Prefeituras Municipais, conforme contrato de prestação de serviços MAPA/CEF. Mês: Setembro. Local: Baía da Traição, Rio Tinto, Mogeiro, Umbuzeiro e Pariri/PB.				06		fiscalização	
1.3. Participar de reunião na Prefeitura Municipal, com o objetivo de orientar e dirimir dúvidas sobre a condução de pleitos decorrentes do OGU. Mês: Outubro. Local: Araçagi/PB				01		reunião	

Fonte: DPDAG *As metas para 2012 são estabelecidas pela Coordenação em Brasília e os recursos são repassados exatamente para o cumprimento dos valores colocados na meta.

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No ano de 2011, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 79,39% em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXXII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	2.795,12	2.795,12	2.795,12	2.795,12	0,00	2.795,12	100,00
339030	498,98	498,98	461,39	461,39	0,00	461,39	92,47
339033	1.700,00	1.700,00	708,22	708,22	0,00	708,22	41,66
TOTAL	4.994,10	4.994,10	3.964,73	3.964,73	0,00	3.964,73	79,39

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Execução Física das Atividades da ação 2B17 - FISCONTRATO

Em consonância com a Port. TCU Nº 123/2011, as ações do PI FISCONTRATO não são prioritárias na LDO. A meta prevista foi cumprida em 100%, não ocorrendo problemas que afetassem a execução física da mesma.

As ações relativas ao PI FISCONTRATO destinaram-se, em primeiro lugar, ao treinamento no que concerne ao sistema de operação do SICONV, análise e encaminhamento de pleitos de recursos provenientes do OGU, na modalidade Contratos de Repasse. Este treinamento foi de suma importância para o técnico que participou, pois o mesmo conseguiu desenvolver a contento todas atividades relacionadas ao PI.

Outra parte dos recursos liberados foi destinada à fiscalização dos Contratos de Repasse celebrados entre o MAPA e as Prefeituras, verificando *in loco* se os objetos previstos no Plano de Trabalho estavam sendo utilizados de acordo com o preconizado.

♦ AÇÃO: 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – APPRODUTOR

Tabela XXXIII – Dados gerais da ação - PI – APPRODUTOR

Função	Agricultura
Subfunção	Abastecimento
Programa	6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Ação	8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – APPRODUTOR
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXXIII.1 Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	APPRODUTOR	Contratos de repasse analisados	60	120	129	107,5	150
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Análise de contratos de repasse	APPRODUTOR	Contratos de repasse analisados	60	120	129	107,5	150

Fonte: DPDAG

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No ano de 2011, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 99,89% em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXXIII.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339030	710,00	710,00	709,22	709,22	0,00	709,22	99,89
TOTAL	710,00	710,00	709,22	709,22	0,00	709,22	99,89

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Em consonância com a Port. TCU Nº 123/2011, as ações do PI AAPRODUTOR não são prioritárias na LDO. Não ocorreram problemas que tenham causado impacto na execução física da ação proposta, sendo a mesma cumprida em 107,5%. Este percentual é considerado não significativo em termos de planejamento das ações.

A DPDAG analisou 129 Projetos de Emendas Parlamentares em 2011, oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), contemplando 107 municípios do Estado da Paraíba, no valor total de R\$ 34.948.875,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e quarenta e oito mil e oitocentos e setenta e cinco reais), os quais encontram-se na Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (GIDUR), da Caixa Econômica Federal da Paraíba – Agência Cabo Branco, em fase de contratação.

Dos projetos analisados, 123 (cento e vinte e três) se destinaram à Aquisição de Patrulha Mecanizada, 02 (dois) para Construção de Mercado Público, 01 (um) para Reforma de Mercado Público e 01 (um) para Recuperação de Estrada Vicinal, conforme discriminação em tabela a seguir:

Tabela XXXIII.3

Contrato de Repasse 2011/PB – MAPA			
MUNICÍPIO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	OBJETO	VALOR (R\$)
1. ALAGOINHA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
2. SANTO ANDRÉ	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
3. POCINHOS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
4. POCINHOS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
5. RIO TINTO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
6. ESPERANÇA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	5.850.000,00
7. SÃO S. L. DE ROÇA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
8. SÃO S. L. DE ROÇA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
9. PEDRAS DE FOGO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	975.000,00
10. MONTADAS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
11. GADO BRAVO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
12. NATUBA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	370.500,00
13. SOBRADO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
14. DONA INÊS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	370.500,00
15. SOUSA	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
16. CAUAUBAS	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	370.500,00
17. CONDE	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	204.750,00
18. MARI	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
19. EMAS	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
20. JACARAU	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
21. BARAUNA	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
22. BARRA DE SÃO MIGUEL	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
23. BELEM BREJO DO CRUZ	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
24. BERBARDINO BATISTA	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00

25. CACIMBAS	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
26. CARAUBAS	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
27. CARRAPATEIRA	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
28. CUITÉ	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	141.375,00
29. DESTERRO	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
30. EMAS	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
31. LAGOA DE DENTRO	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
32. LASTRO	20.605.600.386.110.000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	141.375,00
33. OLIVEDOS	20.605.600.386.110.000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	141.375,00
34. SANTA HELENA	20.605.600.386.110.000	Const. Matadouro Público	141.375,00
35. SÃO JOSÉ DE PRINCESA	20.605.6003.7H17.1498	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
36. SOBRADO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
37. VIETRÓPOLIS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	141.375,00
38. VISTA SERRANA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
39. SANTA CECÍLIA	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
40. SANTA HELENA	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
41. PILAR	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	438.750,00
42. SÃO DOMINGOS	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	214.500,00
43. PILAR	20.605.6003.7H17.1446	Aquis. de Patrulha Mecanizada	975.000,00
44. BONITO DE SANTA FÉ	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
45. LOGRADOURO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
46. MARI	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
47. POÇO DANTAS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
48. TAPEROÁ	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
49. BANANEIRAS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
50. BANANEIRAS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
51. CUBATI	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
52. BAIA DA TRAIÇÃO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
53. ARAÇAGI	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
54. NAZAREZINHO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	141.375,00
55. ASSUNÇÃO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
56. BOM SUCESSO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
57. LASTRO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	224.250,00
58. RIACHO DOS CAVALOS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
59. SÃO BENTO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
60. CAIÇARA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
61. POÇO DE JOSÉ DE MOURA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
62. REMÍGIO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	438.750,00
63. BARRA DE SANTANA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00

64. ALAGOA GRANDE	20.605.6003.7H17.0025	Reforma de Mercado Público	243.750,00
65. CAJAZEIRINHAS	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
66. QUEIMADAS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
67. MULUNGU	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
68. SAPÉ	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
69. IBIARA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
70. SOSSEGO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
71. SALGADO SÃO FÉLIX	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
72. SANTANA DE MANGUEIRA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
73. ARARUNA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
74. JOÃO PESSOA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	224.250,00
75. SÃO BENTO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	370.500,00
76. ARARA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
77. ALCANTIL	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
78. RIACHÃO DO POÇO	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
79. TEIXEIRA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
80. PEDRA BRANCA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
81. JURU	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
82. PATOS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	536.250,00
83. BARAUNA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	97.500,00
84. APARECIDA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
85. ITAPORANGA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
86. SAPÉ	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
87. PEDRO REGIS	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
88. RIACHÃO DO POÇO	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
89. POMBAL	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
90. RIACHÃO BACAMARTE	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
91. SUMÉ	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
92. SÃO JOSÉ DE PRINCESA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
93. BARAUNA	20.605.6003.7H17.1588	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
94. SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
95. CABACEIRAS	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
96. SÃO S.DO UMBUZEIRO	20.605.600.386.110.000	Aquis. de Patrulha Mecanizada	438.750,00
97. NOVA OLINDA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
98. SÃO JOSÉ DE CAIANA	20.605.6003.7H17	Construção de Mercado Público	136.500,00
99. AGUA BRANCA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
100. SUMÉ	20.605.6003.7H17	Reforma de Mercado Público	312.000,00
101. MANAIRA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
102. CONGO	20.605.6003.7H17	Recuperação de Estrada Vicinal	195.000,00

103. CONGO	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
104. BOA VISTA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	165.750,00
105. ALGOA NOVA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
106. SÃO BENTO	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	273.000,00
107. SALGADINHO	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
108. IGARACY	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
109. CATURITÉ	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
110. ITAPORANGA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
111. SÃO DOMINGOS	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	156.000,00
112. BELEM	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
113. CAMPINA GRANDE	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	1.072.500,00
114. POÇO DANTAS	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	360.750,00
115. ALAGOA NOVA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
116. ALAGOA NOVA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
117. MATURÉIA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
118. JOCA CLAUDINO	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
119. CAMALAU	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
120. MATO GROSSO	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
121. MULUNGU	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
122. JUNCO DO SERIDÓ	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
123. PILÕEZINHOS	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
124. SOLEDADE	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	121.875,00
125. CRUZ ESPÍRITO SANTO	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
126. SERRARIA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
127. CACIMBA DE DENTRO	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
128. LAGOA SECA	20.605.6003.7H17.0025	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
129. LAGOA SECA	20.605.6003.7H17	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
TOTAL			34.948.875,00

Fonte: DPDAG

Espera-se que, com esses recursos das emendas parlamentares, sejam beneficiados, direta e indiretamente, cerca de 550.000 produtores rurais e a população em geral dos municípios citados acima. Para o ano de 2012, a DPDAG pretende realizar seminários e treinamentos, visando informar aos gestores municipais outros objetos de contratação, pois nota-se, pela tabela acima, que a maioria se concentra em Patrulha Mecanizada, porém existem muitos outros objetos que podem acarretar um maior desenvolvimento do município.

Em se tratando do Contrato de Repasse, de acordo com a Portaria nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, os planos de trabalho deverão ser analisados pela SFA-PB para análise de compatibilidade do objeto proposto com as ações regidas pela citada portaria, e o seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentários. É de responsabilidade da SFA/PB o deferimento ou indeferimento para alterações, reformulações ou complementações das informações prestadas pelo proponente.

O proponente deverá entregar o Projeto Básico diretamente à unidade da CAIXA ECONÔMICA responsável pela assinatura do contrato, na forma do art. 23 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008. Cabe, ainda, à CEF a

operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise da prestação de contas.

Conclui-se, então, que não faz parte da competência das SFA's a análise das Prestações de Contas dos Contratos de Repasse.

➤ **PROGRAMA: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários**

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS – FISCAGRIC

◆ **AÇÃO: 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC**

Tabela XXXIV – Dados gerais da ação **PI - FISCAGRIC**

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Programa	0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação	2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Tabela XXXIV.1 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.	FISCAGRIC	Fiscalização Realizada (Unid.)	05	03	03	100	03
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2012
01. Registro de Empresas Prestadoras de Serviço Agrícola.	FISCAGRIC	Registro Realizado (Unid.)	-	-	-	-	*
ATIVIDADE		Quantidade		Unidade			
1.1. Termo de fiscalização		03		Unid.			

Fonte: DPDAG * A informação será disponibilizada pelo MAPA

Desempenho Orçamentário e Financeiro: No ano de 2011, os recursos financeiros utilizados foram no percentual de 100% em relação a dotação orçamentária descentralizada.

Tabela XXXIV.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação							
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC. UTILIZADO (%)
	INICIAL (R\$)	FINAL (R\$)					
339014	163,18	163,18	163,18	163,18	0,00	163,18	100,00
339030	200,00	200,00	200,00	58,05	141,95	58,05	100,00
TOTAL	363,18	363,18	363,18	221,23	141,95	221,23	100,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Em consonância com a Port. TCU Nº 123/2011, as ações do PI FISCAGRIC não são prioritárias na LDO.

Durante o exercício de 2011, o PI FISCAGRIC - Fiscalização de Serviços Agrícolas atingiu as metas previstas e posteriormente corrigidas em 100%. Não houve ações que tenham causado impacto na execução física das atividades previstas. Os serviços aeroagrícolas não são muito utilizados no Estado da Paraíba, ocorrendo somente demandas pontuais, prontamente atendidas pelos fiscais da DPDAG.

Serviço de Apoio Administrativo - SAD

Equipe de Trabalho:

João Gonçalves Abrantes New - Chefe

Hiula Leite Nóbrega – Agente Administrativo

Ruy Régis de Brito – Chefe Substituto a partir de 21/07/2011

Maria de Lourde Cavour V. Trindade – Agente Administrativo até 24/11/2011

Apoio Administrativo:

Lurdeth Firmino de Lima - Terceirizada até 28/02/2011

Tháisa Danielle Medeiros Rodrigues a partir de 01/09/2011

Setores Vinculados:

1. Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.1. Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.2. Setor de Transportes – STR/SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.3. Setor de Protocolo – SPR/SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.4. Setor de Compras e Contratos – SCC/SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.5. Núcleo de Manutenção Predial – NMAP/SAG/SAD/SFA-PB;
2. Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA/PB;
3. Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/SAD/SFA/PB.

O SAD dispõe do seguinte programa:

➤ PROGRAMA: 0750 – Apoio Administrativo

Principais Ações do Programa

AÇÃO: 4716 - OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS – MANUTSFAS

♦ **AÇÃO: 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – MANUTSFAS**

Tabela XXXV – Dados gerais da ação - **PI – MANUTSFAS**

Função	Agricultura
Subfunção	Administração Geral
Programa	0750 – Apoio Administrativo
Ação	4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTSFAS
Tipo	Atividade
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Resultados

Desempenho Orçamentário e financeiro - No exercício de 2011, dos recursos financeiros descentralizados, no PI MANUT, foram utilizados aproximadamente 99,65% em relação a datação inicial.

Tabela XXXV.1

Informações orçamentárias e financeiras da ação 2009					
NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO /REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	30.078,07	-	30.078,07	-	100
33.90.30	87.760,52	1.111,19	77.973,03	8.676,30	98,73
33.90.33	18.254,76	-	18.254,76	0,00	100
33.90.36	7.800,00	-	7.150,00	650,00	100
33.90.37	1.012.690,97	-	970.886,87	41.804,10	100
33.90.39	336.161,35	30,81	333.666,14	2.464,40	99,99
33.90.47	5.534,31	-	5.534,31	-	100
33.90.92	8.439,42	-	8.432,42	-	100
33.91.39	12.617,00	-	10.261,36	2.365,64	100
44.90.51	210.000,00	46.191,23	18.856,00	144.952,77	78
44.90.52	76.000,00	611,15	66.222,37	9.166,48	99,19
TOTAL	1.805.336,40	47.944,38	1.547.322,33	210.069,69	97,34

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela XXXV.2

Informações orçamentárias e financeiras da ação 2010						
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL/FINAL (R\$)	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA (R\$)	RP NÃO PROCESSADO (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC UTILIZADO (%)
33.90.14	33.139,20	32.462,39	32.462,39	0,00	32.462,39	97,96
33.90.30	150.662,99	146.659,36	65.866,44	80.792,92	39.927,39	97,34
33.90.33	17.682,34	17.682,34	17.581,92	100,42	15.883,34	100,00
33.90.36	7.780,00	7.780,00	7.150,00	630,00	7.150,00	100,00
33.90.37	970.404,83	970.404,83	873.603,43	96.801,40	803.199,86	100,00
33.90.39	328.991,74	328.991,74	285.732,65	43.259,09	285.332,65	100,00
33.90.47	2.455,83	2.455,83	2.243,01	212,82	2.243,01	100,00
33.90.92	1.717,43	1.717,43	1.717,43	0,00	1.717,43	100,00
33.90.93	116,00	116,00	116,00	0,00	116,00	100,00
33.91.39	6.032,58	6.032,58	4.676,98	1.355,60	4.676,98	100,00
44.90.51	260.242,58	44.170,65	10.320,65	33.850,00	10.320,65	16,97
44.90.52	122.261,30	122.261,30	16.800,00	105.461,30	0,00	100,00
TOTAL	1.901.486,82	1.680.734,45	1.318.270,90	362.463,55	1.203.029,70	88,39

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela XXXV.3

Informações orçamentárias e financeiras da ação 2011						
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL/FINAL (R\$)	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RP NÃO PROCESSADO (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC UTILIZADO (%)
33.90.14	24.584,75	24.536,03	24.536,03	0,00	24.536,03	99,80
33.90.30	415.685,48	415.642,28	54.573,75	361.068,53	49.717,57	99,99
33.90.33	21.076,08	21.072,08	19.466,66	1.605,42	15.077,25	99,98
33.90.36	8.282,10	8.081,50	7.451,50	630,00	7.451,50	97,58
33.90.37	946.291,90	946.291,90	857.705,68	88.586,22	857.705,68	100,00
33.90.39	464.603,22	464.603,22	235.734,60	228.868,62	233.029,01	100,00
33.90.47	2.343,22	2.343,22	2.343,22	0,00	2.343,22	100,00
33.90.92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.93	249,50	249,50	249,50	0,00	249,50	100,00
33.91.39	9.620,81	9.620,81	4.494,76	5.126,05	4.494,76	100,00
33.91.92	1.256,22	1.256,22	1.256,22	0,00	1.256,22	100,00
44.90.51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.90.52	229.500,00	222.369,62	3.990,00	218.379,62	3.990,00	96,89
TOTAL	2.123.493,28	2.116.066,38	1.211.801,92	904.264,46	1.199.850,74	99,65

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica de Desempenho

Durante o exercício de 2011, a Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba - SFA/PB realizou uma gestão voltada para a melhoria da sede, principalmente no diz respeito à estrutura física mediante algumas reformas, a aquisições de equipamentos e alguns veículos, cujos projetos foram planejados entre 2009 e 2010.

Um desses projetos refere-se à melhoria das instalações elétricas de nossa sede que vinham trazendo diversos transtornos e causando queimas constantes de equipamentos. A execução deste projeto teve início em 2011, mas a conclusão ocorreu no trimestre de 2012. Outro projeto de suma importância, foi a reforma dos sanitários masculinos e femininos, que se encontravam em péssimo estado de conservação, ameaçados inclusive de interdição por parte da Vigilância Sanitária e que já se encontram com as obras em andamento, com conclusão prevista para fevereiro de 2012. Adquirimos também todo o piso da Superintendência, ficando para o exercício de 2012 o assentamento do mesmo. Outra aquisição importante em 2011 foi a relacionada à nossa frota de veículos, onde conseguimos adquirir quatro unidades, para a área Administrativa e técnica, proporcionando aos nossos servidores mais conforto e segurança em seus deslocamentos. Foi realizada ainda, a reestruturação de toda parte lógica da sede da Superintendência, trazendo mais agilidade e rapidez aos serviços executados, bem com a aquisição de novos equipamentos de informática, mobiliário, equipamentos de som, material de expediente, etc. Também foi concluído o processo licitatório visando à substituição das janelas e portas, considerando que as atuais se encontram em péssimo estado de conservação. Quanto ao auditório menor foram adquiridas novas poltronas.

Com relação a qualificação de pessoal administrativo, a Coordenação das Superintendências do MAPA promoveu vários treinamentos, cujo número de servidores treinados e carga horária estão registrados do próprio Relatório de Gestão.

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SFA-PB	22101	130024

2.4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa					
Valores em R\$ 1,00					
Natureza da Movimentação de Crédito	UJ concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 - Pessoal e Encargos	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ			
	Recebidos SE / GCOF	130101	SAD	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	
			22101.20.122.0750.4716 MANUTSFAS		1.893.993,28
			22101.20.122.0750.2000 ADM SEDE1		0,00
			22101.20.128.0360.4572 CAPACITA		19.553,06
			22101.20.121.0360.1K40 AGE		0,00
			22101.20.122.0750.2000 MANUTCRH1		0,00
			TOTAL SE		1.913.546,34
	Recebidos SDC / GCOF	130101	DEPDAG		
			22101.20.125.1442.4720 CERTORGAN1		4.371,60
			22101.20.128.1442.8591 APOIOAGRIC		6.259,00
			22101.20.572.1442.8560 INOVAGRO		0,00
			22101.20.665..0393.2B47 INDGRAF		10.865,62
			22101.20.665.1426.8606 DESENGORG		6.487,00
			22101.20.541.1442.8593 ORGMANEJO2		619,50
			22101.20.691.1437.8548 PROMOAGRO		0,00
			22101.20.572.1426.8949 REGENAGRO		0,00
			22101.20.122.6003.2B17 FISCONTRATO		4.994,10
			22101.20.605.6003.8611 APPRODUTOR		710,00
			22101.20.122.1442.2272 GAPSDC		1.331,14
			Xxxxxxxx APOIOPEC1		2.135,00

		Xxxxxxxx FISCAGRIC	363,18
		TOTAL SDC	38.136,14
Recebidos SDA /GCOF	130101	SISA	
		22101.20.604.0357.4842 FEBREAFTOS	635.166,41
		22101.20.604.0357.2181 FISCANIMAL	0,00
		22101.20.604.0357.8658 PCEANIMAL	800.784,74
		22101.20.125.0356.8938- INSPANIMAL3	55.056,55
		22101.20.665.0356.4723 RESIDUOS	0,00
		22101.20.604.0357.2139 VIGIZOO2	1.584,00
		SUBTOTAL	1.492.591,70
		SISV	
		22101.20.603.0357.4738 ERRADMOSCA1	0,00
		22101.20.125.0356.4745 FISCORGEN	10.974,00
		22101.20.603.0357.2180 FISCPLANTA2	24.000,00
		22101.20.125.0356.8939 IPVEGETAL2	35.173,76
		22101.20.125.0356.4746 PADCLASSIF	142.472,89
		22101.20.603.0357.8572 PCEVEGETAL	83.944,60
		22101.20.367.0357.8654 PROMOEDUC	0,00
		22101.20.603.0357.2134 VIGIFITO1	22.536,24
		SUBTOTAL	319.101,49
		SEFAG	
		22101.20.125.0375.2124 FISCINAN	18.302,61
		22101.20.125.0375.2140 FISPROVET1	21.941,12
		22101.20.125.0375.2019 FISCGENE	2.314,76
		22101.20.125.0375.2909 FISAGROTOX	9.992,59
		22101.20.125.0375.2179 FISCALSEM1	62.185,88
		22101.20.125.0375.2141 FISFECOI	47.390,00
		SUBTOTAL	162.126,96
		TOTAL SDA	1.973.820,15
		TOTAL GERAL	3.925.502,63
Movimentação Externa	Concebidos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	
	Recebidos		

Natureza da Movimentação de Crédito		UJ Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4- Investimentos	5- Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	NÃO SE APLICA				
	Recebidos SE / GCOF	130101	SAD		NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	
			22101.20.122.0750.4716 MANUTSFAS	229.500,00		
			TOTAL SE	229.500,00		
	Recebidos SDC / GCOF	130101	DEPDAG			
			22101.20.605.6003.8611 APPRODUTOR	0,00		
			22101.20.125.1442.4720 CERTOGAN	0,00		
			TOTAL SDC	0,00		
	Recebidos SDA / GCOF	130101	SISA			
			22101.20.604.0357.4842 FEBREAFTOS	2.091.460,00		
			22101.20.125.0356.8938- INSPANIMAL3	0,00		
			22101.20.604.0357.8658 PCEANIMAL	540.730,00		
			SUBTOTAL	2.632.190,00		
			SISV			
			22101.20.125.0356.8939 IPVEGETAL2	0,00		
			22101.20.603.0357.8572 PCEVEGETAL	398.530,00		
			22101.20.125.0356.4746 PADCLASSIF	0,00		
			22101.20.603.0357.2134 VIGIFITO1	186.150,00		
			SUBTOTAL	584.680,00		
			SEFAG			
			22101.20.125.0375.2140 FISPROVET1	0,00		
			22101.20.125.0375.2909 FISAGROTOX	0,00		
			22101.20.125.0375.2124 FISCINAN	0,00		
			22101.20.125.0375.2179 FISCALSEM1	0,00		

			TOTAL SDA	3.216.870,00	
			TOTAL GERAL	3.446.370,00	
Movimentação Externa	Concedidos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ			

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação				
Valores em R\$ 1,00				
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	10.320,65	-	10.320,65
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.463.169,88	5.029.638,05	730.659,29	1.371.144,83
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	792.912,04	523.805,87	593.678,49	377.277,22
Inexigibilidade	116.869,91	34.241,90	96.162,85	30.413,48
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	20.807,24	29.059,59	20.807,24	28.857,41
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha - auxílio funeral	34.755,86	53.552,95	34.755,86	53.552,95
Diárias	280.287,77	403.940,67	280.287,77	403.940,67
Outros Serviços de Terceiros P. Física (Colaborador eventual)	12.371,20	13.229,72	12.371,20	13.229,72
Indenizações/ restituições e exercícios anteriores				
	1.437,56	19.112,78	1.437,56	19.112,78
Outros(Convênio)	4.628.885,47	-	4.628.885,47	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.5 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
3 – Outras Despesas Correntes								
3330.41 Contribuições	1.416.935,47	-	1.416.935,47	-	-	-	1.416.935,47	-
3390.37 Locação de mão de obra	1.076.862,26	1.157.166,83	988.276,04	1.060.365,42	88.586,22	96.801,41	988.276,04	989.961,85
3390.39 Serviços de terceiros pessoa jurídica	611.849,10	443.708,86	365.471,61	387.205,42	246.377,49	56.503,44	362.766,02	384.525,42
Demais elementos do grupo	918.938,90	1.059.683,67	538.525,93	899.252,23	380.412,97	160.431,34	527.456,62	837.786,76

Os itens: 1 – Despesas de Pessoal e 2 – Juros e Encargos da Dívida será informado pelo MAPA.

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.6 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
4430.42 Auxílios	3.211.950,00	-	3.211.950,00	-	-	-	3.211.950,00	-
4490.52 Equipamentos e materiais permanentes	227.289,62	3.412.172,17	3.990,00	225.285,03	223.299,62	3.186.887,14	3.990,00	85.255,03
4490.51 Obras e instalações	-	44.170,65	-	10.320,65	-	33.850,00	-	10.320,65
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Os itens: 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.7. Indicadores Institucionais

Indicadores de desempenho da área finalística

Tabela XXXVI

Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais – PCEANIMAL	
Indicador	Índice de propriedade atendida - Ipa
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de propriedade atendida realizada o nº de propriedade atendida programada
Cálculo 2011	$Ipa = 24.092 / 18.000 = 133,84\%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	133,84%
Resultado 2010	98,76%
Resultado 2009	100,20%
Resultado 2008	149,67%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela XXXVI.1

Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL	
Indicador	Custo por propriedade atendida - Icpa
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº a propriedade atendida realizada
Cálculo 2011	$Icpa = 43.567,80 / 24.092 = R\$ 1,81$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	R\$ 1,81
Resultado 2010	R\$ 21,19 (por propriedade atendida)
Resultado 2009	R\$ 4,18 (por propriedade atendida)
Resultado 2008	R\$ 6,82 (por propriedade atendida)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Fonte: SISA

Tabela XXXVI.2

Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	
Indicador	Índice de área controlada - Iac
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre a área controlada realizada e a área controlada programada
Cálculo 2011	$Iac = 140.000 / 140.000 = 100\%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	100%
Resultado 2010	100%
Resultado 2009	100%
Resultado 2008	90,27%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.3

Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	
Indicador	Custo por área controlada = Icac
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e a área controlada realizada por hectare
Cálculo	$Icac = 16.302,86 / 140.000 = R\$ 0,12$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2010	R\$ 0,12 (por hectare de área controlada)
Resultado 2011	
Resultado 2009	R\$ 0,91(por hectare de área controlada)
Resultado 2008	R\$ 0,36 (por hectare de área controlada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.4

Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO1	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização realizada programada
Cálculo 2011	$Ifr = 8.797 / 9.750 = 90,23 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	90,23 %
Resultado 2010	113,76%
Resultado 2009	212,5 %
Resultado 2008	141,18%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.5

Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO1	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfrr
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo 2011	$Icfrr = 20.536,70 / 8.797 = R\$ 2,33$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	R\$ 2,33
Resultado 2010	R\$ 1,70 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 459,49 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 367,88 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.6

Inspecção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL2	
Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo 2011	$Iei = 97 / 90 = 107,77 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no

	SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	107,77 %
Resultado 2010	126,67%
Resultado 2009	96,44%
Resultado 2008	101,33%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.7

Inspecção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL2	
Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo 2011	$\text{Icei} = 29.937,95 / 97 = \text{R\$ } 308,64$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	R\$ 308,64
Resultado 2010	R\$ 382,48 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2009	R\$ 98,26 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2008	R\$ 152,64 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.8

Inspecção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	
Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo	$\text{Iei} = 17 / 17 = 100 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	100 %
Resultado 2010	100%
Resultado 2009	100%
Resultado 2008	116,94 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela XXXVI.9

Inspecção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	
Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o orçamento aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo	$\text{Icei} = 52.109,49 / 17 = \text{R\$ } 3.065,26$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	R\$ 3.065,26 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2010	R\$ 593,89 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2009	R\$ 701,02 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2008	R\$ 498,12 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela XXXVI.10

Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais - PADCLASSIF	
Indicador	Índice de produto fiscalizado - Ipf
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre nº de produto fiscalizado realizado e o nº de produto fiscalizado programado
Cálculo	$Ipf = 30.140 / 23.000 = 131,04 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	131,04 %
Resultado 2010	107,39%
Resultado 2009	156 %
Resultado 2008	102,56 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.11

Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais - PADCLASSIF	
Indicador	Custo por produto fiscalizado - Icpf
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de produto fiscalizado realizado
Cálculo	$Icpf = 140.850,33 / 30.140 = R\$ 4,67$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	R\$ 4,67
Resultado 2010	R\$ 2,20 (por produto fiscalizado)
Resultado 2009	R\$ 1,11 (por produto fiscalizado)
Resultado 2008	R\$ 0,82 (por produto fiscalizado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.12

Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo	$Ifr = 158 / 142 = 111,27 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	111,27 %
Resultado 2010	127,11%
Resultado 2009	126,83 %
Resultado 2008	128,44%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela XXXVI.13

Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	$Icfr = 17.186,34 / 158 = R\$ 108,77$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no

	SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	R\$ 108,77 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 93,85 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 49,26 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 73,90 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela XXXVI.14

Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo	Ifr = $486 / 355 = 136,90 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	136,90 %
Resultado 2010	120,07%
Resultado 2009	109,18%
Resultado 2008	118,91%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela XXXVI.15

Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icfr = $61.232,74 / 486 = R\$ 125,99$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	R\$ 125,99 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 567,06 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 913,62 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 415,71 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela XXXVI.16

Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo 2011	Ifr = $219 / 198 = 110,61 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	110,61 %
Resultado 2010	112,12%
Resultado 2009	111,43 %
Resultado 2008	134,54%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela XXXVI.17

Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icfr
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	$Icfr = 46.153,77 / 219 = R\$ 210,75$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado 2011	R\$ 210,75 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 263,21 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 177,06 (por fiscalização realizada)
Resultado	R\$ 96,03 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela XXXVI.18

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA2	
Indicador	Índice de partida inspecionada = Ipi
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de partida inspecionada realizada e o nº de partida inspecionada programada
Cálculo	$Ipi = 357 / 305 = 117,04 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	117,04 %
Resultado 2010	146,41 %
Resultado 2009	240,28 %
Resultado 2008	147,10%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.19

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA2	
Indicador	Custo por partida inspecionada = Icpí
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de partida inspecionada realizada
Cálculo	$Icpí = 20.383,30 / 357 = R\$ 57,09$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	R\$ 57,09 (por partida inspecionada)
Resultado 2010	R\$ 20,33 (por partida inspecionada)
Resultado 2009	R\$ 6,84 (por partida inspecionada)
Resultado 2008	R\$ 19,85 (por partida inspecionada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela XXXVI.20

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL2	
Indicador	Índice de partida inspecionada = Ipi
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de partida inspecionada realizada e

	o nº de partida inspecionada programada
Cálculo	Ipi =
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
PARA ESSA AÇÃO NÃO FOI DESCENTRALIZADO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, EM VIRTUDE DA REESTRUTURAÇÃO DAS SFA'S, CONFORME PORTARIA Nº 428 DE 14/06/2010 NÃO OCORREU IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL ATRAVÉS DO PORTO DE CABEDELLO DURANTE O ANO DE 2011	
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	-
Resultado 2010	0,00%
Resultado 2009	54,55 %
Resultado 2008	139,13%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela XXXVI.21

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL2	
Indicador	Custo por partida inspecionada = Icpí
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de partida inspecionada realizada
Cálculo 2011	Não houve descentralização orçamentária/financeira
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
PARA ESSA AÇÃO NÃO FOI DESCENTRALIZADO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, EM VIRTUDE DA REESTRUTURAÇÃO DAS SFA'S, CONFORME PORTARIA Nº 428 DE 14/06/2010 NÃO OCORREU IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL ATRAVÉS DO PORTO DE CABEDELLO DURANTE O ANO DE 2011	
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2011	-
Resultado 2010	R\$
Resultado 2009	Não houve descentralização orçamentária/financeira
Resultado 2008	R\$ 125,95 (por partida inspecionada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Indicadores de desempenho da área administrativa

Tabela XXXVII

Indicadores da área Administrativa 2009					
SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALOR	MENSAL
SRH					
Ialimed (%)	Eficácia	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	$(448 / 123 \times 365) \times 100 = 0,99 \%$	0,08%
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de servidores totais afastados com Licença Médica	$(10 / 123) \times 100 = 8,13 \%$	0,68 %
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de servidores FFA com afastamento por licença médica	$(07 / 47) \times 100 = 14,89 \%$	1,24 %
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados / Nº total de administ.ativos) x100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	$(1 / 57) \times 100 = 1,75 \%$	0,15 %
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de concessão de aposentadoria em 30 dias	$(04 / 4) \times 100 = 100 \%$	8,33 %
Ipape	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	$4 / 4 = 1$	
SMP					
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	$39 / 44) \times 100 = 88,64 \%$	7,39 %
Iaalm (%)	Eficácia	(Número de pedidos atendidos / número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do almoxarifado	$(721 / 716) \times 100 = 100,70 \%$	100,70 %
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de processos de licitação.	$39 / 5 = 7,8$	
SEOF					
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	$(1.866 / 1.922) \times 100 = 97,08 \%$	8,09%
Icfg(%)	Eficácia	(Nº de conformid.atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da gestão (contábil)	$0 / 12) \times 100 = 0 \%$	0,00 %
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	$(1.757.392,02 / 1.805.336,40) \times 100 = 97,34 \%$	

Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	$1.866 / 4 = 466,75$	
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	$1.323 / 5 = 264,60$	

Fonte: SPA

Tabela XXXVII.1

Indicadores da área Administrativa 2010					
SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALOR	MENSAL
SRH					
Ialimed (%)	Eficácia	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	$(1.064 / 100 \times 365) \times 100 = 2,91 \%$	0,24%
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de servidores totais afastados com licença médica	$(15 / 100) \times 100 = 15 \%$	1,25 %
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de servidores FFA com afastamento por licença médica	$(11 / 46) \times 100 = 23,91 \%$	1,99 %
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados / Nº total de administ.ativos) x 100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	$(02 / 40) \times 100 = 5 \%$	0,42
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) x 100	Índice de concessão de aposentadoria em 30 dias	$(01 / 01) \times 100 = 100 \%$	100 %
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	$1 / 4 = 0,25$	
SMP					
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	$5 / 5) \times 100 = 100 \%$	100 %
Iaalm (%)	Eficácia	(Número de pedidos atendidos / número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do almoxarifado	$(684 / 684) \times 100 = 100 \%$	100%
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de processos de licitação.	$5 / 6 = 0,83$	
SEOF					
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pago / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	$(1317 / 1.922) \times 100 = 97,08 \%$	8,09%
Icfig(%)	Eficácia	(Nº de conformid.atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da gestão (contábil)	$4 / 12) \times 100 = 33,33\%$	2,77%

Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	$1.680.734,45 / 1.901.486,82$ X 100 = 88,39%	
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	$1.866 / 4 =$ 466,75	
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	$1.631 / 4 =$ 407,75	

Fonte: SePA

Tabela XXXVII.2

Indicadores da área Administrativa 2011					
SIGLA	TIPO	INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULO	Valor %
SGP					
Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	(Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	$(57 / 113 (\times 100 =$	50,44%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	$1291/ (113 \times 365) \times 100 =$	3,13%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores afastados por Licença Médica	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	$(21 / 113) \times 100 =$	18,58%
Iaffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	$(7 / 42) \times 100 =$	16,67%
Iagtec (%)	Eficácia	Índice de Servidores AISIPOA-AAA com afastamento por licença médica	(Nº de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados/ Nº de AISIPOA-AG.ATIV. Total) x 100	$(2 / 13) =$	15,38%
Iaadm (%)	Eficácia	Índice de servidores Administrativos com afastamento por licença médica	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos) x100	$(12 / 56) \times 100 =$	21,43%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X 100	$(3 / 3) \times 100 =$	100%
Ipapc	Eficiência	Produtividade na concessão de aposentadoria	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	$3 / 4 =$	0,75

SCC/SMP					
lcfplic (%)	Eficácia	Conformidade dos Processos licitatórios (empenhados)	(Nº de processos licitatórios concluídos(empenhados) / Nº de processos iniciados) x 100	(8 / 9) x 100 =	0,88%
lplic	Eficiência	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	8 / 5 =	1,6
laalm (%)	Eficácia	Índice de atendimento do Almoxarifado	(Nº de solicitações de materiais atendidos/ Nº de materiais solicitados) X 100	(702 / 702) x 100 =	100%
SEOF					
leof(%)	Eficácia	Execução Orçamentária e Financeira	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	(2.116.066,38 / 2.123.493,28) x 100 =	99,65
lcfld (%)	Eficácia	Índice de Conformidade das diárias	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	(884 / 884) x 100 =	100%
lcfg(%)	Eficácia	Índice de Conformidade Contábil	(Nº de conformidades atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	(5 / 12) x 100 =	41,67%
lppd	Eficiência	Produtividade no pagamento de diárias	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	884 / 4 =	221
lemp	Eficiência	Produtividade na emissão de empenho	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	1.491 / 4 =	372,75

Fonte: SePA

4. Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores				
Valores em R\$ 1,00				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	65.131,05	0,00	65.131,05	0,00
2009	704.218,10	0,00	704.218,10	0,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	418.755,36	21.025,70	397.729,66	0,00
2009	589.410,43	87.161,61	502.248,82	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2. Análise Crítica

O que não foi cancelado foi pago, de acordo com o quadro.

5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada em 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	111	111	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	111	111	-	-
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	111	111	-	-
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3 Total de Servidores (1+2)	111	111	-	-

Fonte: SIAPE

5.1.2. Situações que reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/11

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro/11
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	07
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	07

Fonte: SIAPE

5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	07	07	02	01
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	07	07	02	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	05	05	01	01
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	02	02	01	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	13	13	02	02
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	13	13	02	02
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	20	20	04	03

Fonte: SIAPE

5.1.4. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade

QUADRO A.5.4 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/11

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	-	03	17	41	37
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	03	17	41	37
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	01	-	04	09	01
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	-	-	01	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	04	08	01
3. Totais (1+2)	01	03	21	50	38

Fonte: SIAPE

5.1.5. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/11									
Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	03	06	24	64	-	-	01
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	03	06	24	64	-	-	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	03	12	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	02	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	03	10	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	03	06	27	76	-	-	01
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado / Pós Doutorado / PhD / Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12		
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo	
	De Servidores Aposentados até 31/12/11	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1 Integral	155	03
1.1 Voluntária	122	03
1.2 Compulsório	01	-
1.3 Invalidez Permanente	31	-
1.4 Outras	01	-
2 Proporcional	84	
2.1 Voluntária	81	-
2.2 Compulsória	01	-
2.3 Invalidez Permanente	02	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	239	03

Fonte: SIAPE

5.2.2. Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantitativo de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12/11	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	515	05
1.2. Proporcional	80	05
2. Em atividade	01	01
3. Total (1+2)	596	11

Fonte: SIAPE

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	09	13	12	12	49.905,73
1.1. Área Fim	-	-	-	-	
1.2. Área Meio	-	-	-	-	
2. Nível Médio	01	01	01	01	13.616,81
2.1. Área Fim	-	-	-	-	
2.2. Área Meio	-	-	-	-	
3. Total (1+2)	-	-	-	-	

Fonte: SIAPE

5.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											Em R\$ 1,00
Tipologias/ Exercícios		Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	6.298.483,19	-	5.733.782,15	1.476.671,29	387.865,28	115.354,00	2.711,79	8.000,00	24.507,72	14.047.375,42
	2010	6.167.532,14	-	5.827.693,85	1.195.959,62	409.883,29	75.584,00	18.661,13	63.199,26	62.705,54	13.821.218,83
	2009	5.646.525,44	-	4.991.316,33	1.087.174,78	188.979,44	-	25.870,11	-	121.333,04	12.061.199,14
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	331.919,22	-	28.128,44	2.687,46	18.874,17	12.103,98	2.536,43	-	103,64	396.353,34
	2010	298.854,05	-	27.807,91	-	20.454,04	9.901,00	4.733,75	-	-	361.750,75
	2009	191.649,26	-	15.735,35	-	12.731,70	-	-	-	-	220.116,31
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	665.870,66	106.102,97	719.656,12	192.544,69	24.333,82	16.284,19	-	-	29.210,23	1.754.002,68
	2010	695.906,35	112.825,82	726.884,63	147.802,83	29.778,00	10.282,62	-	-	22.839,12	1.746.319,37
	2009	716.311,83	124.670,38	737.488,76	161.092,50	14.592,00	7.508,18	1.886,29	-	12.885,96	1.776.435,90
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	518.345,75	56.365,53	126.701,16	15.414,83	47.284,16	7.624,18	1.936,15	184,32	16.807,56	790.663,64
	2010	518.345,75	56.365,53	126.701,16	15.414,83	47.284,16	7.624,18	1.936,15	184,32	16.807,56	790.663,64
	2009	418.389,72	54.305,09	49.925,86	7.526,44	26.334,37	827,11	227,88	-	16.807,56	574.344,03
Fonte: SIAPE											

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
NÃO OCORREU NENHUMA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADO, NA SFA/PB, EM DECORRÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, REALIZADO PELO MAPA		

Fonte: SGP

5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
A SFA/PB NÃO REALIZA CONCUSRO PÚBLICO. NO ÚLTIMO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, PUBLICADO NO DOU EM 30/10/2009, REALIZADO PELO MAPA, NÃO FOI DISPONIBILIZADO VAGA PARA A SFA/PB.			

Fonte: SGP

5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUEPRINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA APRAÍBA													
UG/Gestão: 130024/00001				CNPJ: 00.396.895/0020-98									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	11/2009	24.270.795/0001-16	16.12.2009	15.12.2010	- *	03	-	05	- *	-	P
2011	V	O	03/2011	09.222.175/0001-18	01.03.2011	29.02.2012	- *	05	-	01	- *	-	A
2011	V	O	05/2011	09.222.175/0001-18	20.06.2011	19.06.2011	- *	01	-	01	- *	-	A
Observações:													
1 - CONTRATO 03/2011 – VIGILÂNCIA OSTENSIVA NA SEDE E CONTRATO 05/2011 NAS UTRAS;													
2 – * O NÍVEL DE ESCOLARIDADE NÃO FOI PREVISTO NO EDITAL DESSES CONTRATOS.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SCC/SAD-PB

5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: SUEPRINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA APRAÍBA													
UG/Gestão: 130024/00001				CNPJ: 00.396.895/0020-98									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	01	O	11/2009	24.270.795/0001-16	16.12.2009	15.12.2010	-	01	-	4	-	-	P
2010	05	O	13/2010	10.651.081/0001-43	16.08.2010	15.08.2011	-	-	-	-	01	01	P
	05						-	-	06	06	-	-	P
	05						-	-	13	13	-	-	
	06						01	01	-	-	-	-	
	07						03	03	-	-	-	-	
	09						02	02	-	-	-	-	
	11						02	02	-	-	-	-	
2011	03	O	03/2011	09.222.175/0001-18	01.03.2011	29.02.2012	-	05	-	-	-	-	A
2011	03	O	05/2011	09.222.175/0001-18	20.06.2011	19.06.2012	-	01	-	01	-	-	A
Observações:													
1 - CONTRATO 03/2011 – VIGILÂNCIA OSTENSIVA NA SEDE E CONTRATO 05/2011 NAS UTRAS;													
2 –ESSES CONTRATOS NÃO TIVERAM O NIVEL DE ESCOLARIDADE ESPECIFICADO NO EDITAL.													
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
Área:				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
1. Conservação e Limpeza;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
2. Segurança;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
3. Vigilância;													
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													

- 12. Brigadistas
- 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
- 14. Outras

Fonte: SGP

5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Tabela XXXVIII

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos 2011					
SIGLA	TIPO	INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULO	Valor %
SGP					
Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	(Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	(57 / 113 (x 100 =	50,44%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	1291/ (113 x 365) x 100 =	3,13%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores afastados por Licença Médica	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	(21 / 113) x 100 =	18,58%
Iaffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	(7 / 42) x 100 =	16,67%
Iagtec (%)	Eficácia	Índice de Servidores AISIPOA-AAA com afastamento por licença médica	(Nº de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados/ Nº de AISIPOA-AG.ATIV. Total) x 100	(2 / 13) =	15,38%
Iaadm (%)	Eficácia	Índice de servidores Administrativos com afastamento por licença médica	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos) x100	(12 / 56) x 100 =	21,43%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X 100	(3 / 3) x 100 =	100%
Ipapc	Eficiência	Produtividade na concessão de aposentadoria	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	3 / 4 =	0,75

Fonte: SePA

6. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

6.1. Instrumentos de Transferências vigentes no exercício

6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência								Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA PARAÍBA									
CNPJ: 00.396.865/0020-98					UG/GESTÃO: 130024/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1 – Convênio	702742/2008	FAEPA – Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba	177.726,00 04	17.772,00	-	177.726,00	31/12/2008	05/05/2011	04
02	*	*	*	*	*	*	*	*	*
LEGENDA									
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso					Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				

Fonte: DPDAG

* A DPDAG não possui esta informação pois somente analisa e dá parecer sobre os diversos pleitos de contratos de repasse. Conforme Portaria Ministerial nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, artigo 7º, “A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse”. Portanto qualquer informação referente aos

contratos de repasse deve ser efetuada junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF , uma vez que a mesma não comunica à DPDAG informações referentes aos contratos de repasse analisados por esta Divisão.

6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	**	**	0	**	**
Contrato de Repasse	*	**	**	*	**	**
Termo de Cooperação	0	**	**	0	**	**
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	0	-	-	0	-	-

Fonte: DPDAG

* A DPDAG não possui esta informação pois somente analisa e dá parecer sobre os diversos pleitos de contratos de repasse. Conforme Portaria Ministerial nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, artigo 7º, “a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse”. Portanto qualquer informação referente aos contratos de repasse deve ser efetuada junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, uma vez que a mesma não comunica à DPDAG informações referentes aos contratos de repasse analisados por esta Divisão.

** Essas informações constam nesse relatório, AÇÃO: **2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE – FISCONTRATO**, tabela nº Tabela XLII.2.

6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 - Resumo dos Instrumentos de Transferências que Vigerão em 2012 e exercícios seguintes					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:			UG/GESTÃO:		
CNPJ:					
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	0	0	0	0	-
Contrato de Repasse	*	*	*	*	*
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	0	0	0	0	0

Fonte: DPDAG

* A DPDAG não possui esta informação pois somente analisa e dá parecer sobre os diversos pleitos de contratos de repasse. Conforme Portaria Ministerial nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, artigo 7º, “a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse”. Portanto qualquer informação referente aos contratos de repasse deve ser efetuada junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, uma vez que a mesma não comunica à DPDAG informações referentes aos contratos de repasse analisados por esta Divisão.

6.2. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.					
Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	1 *	-	**
		Montante Repassado	R\$ 159.953,44		**
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			**
		Montante Repassado			**
2010	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte:DPDAG

* As contas prestadas pela conveniente são enviadas ao MAPA em Brasília, onde existe um setor responsável pela análise.

** Conforme Portaria Ministerial nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, artigo 7º, “A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse.

6.2.1. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.6.5 - Visão geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse					
					Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			1	*
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas Analisadas	**	
			Contas Não Analisadas	**	
		Montante repassado (R\$)		159.953,44	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE		
			Quantidade		
	Montante repassado (R\$)				
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte: DPDAG

* Conforme Portaria Ministerial nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, artigo 7º, “a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse”.

** Esta informação deve ser demandada junto ao setor competente no MAPA em Brasília.

6.3. Análise Crítica

Com relação aos Contratos de Repasse, conforme descritos na tabela XLII.2, houve um grande aumento no número de propostas analisadas, bem como no montante de recursos. Cabe ressaltar mais uma vez que a DPDAG somente analisa e dá o parecer de viabilidade sobre os diversos Planos de trabalho que chegam à esta Divisão. Após isso, os mesmos são enviados à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, que é responsável pela contratação. Muitas vezes as

Prefeituras Municipais não conseguem realizar a contratação das propostas devido à inadimplência com outros órgãos federais. Porém, estas informações não são repassadas à DPDAG e esta Divisão fica sem ter ciência de quantas propostas analisadas foram realmente contratadas. Há necessidade de uma melhor comunicação entre a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e a DPDAG, com vistas à formação de um banco de dados mais consistente nesta Divisão.

Com relação aos Convênios, no ano de 2011 ocorreu um grande contingenciamento de recursos, ocasionando a não celebração de convênios. Para o ano de 2012 espera-se que os recursos para a celebração de convênios sejam efetivamente assegurados, pois esta modalidade de transferência de recursos é de extrema importância para o desenvolvimento rural.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Serviço de Apoio Administrativo - SAD
Setor de Compras e Contratos – SCC

DECLARAÇÃO

Eu, Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa, CPF nº 220.125.754-04, chefe do Setor de Compras e Contratos, exercido na SFA-PB, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cabedelo, 15 de fevereiro de 2012.

Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa
Setor de Compras e Contratos

7.1. Modelo da Declaração de Atualização de dados no SIASG e SICONV

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

DECLARAÇÃO

Eu Jerônimo Barata de Melo, CPF nº 089.399.264.04, chefe do setor DDA/SFA/PB exercido na SFA-PB, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres, firmados até o exercício de 2011 por esta unidade, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cabedelo, 23 de fevereiro de 2012.

Jerônimo Barata de Melo
Chefe Divisão Defesa Agropecuária

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas .

8.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR				
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	--	-	18
	Entregaram a DBR	-	-	18
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SGP

8.2 Análise Crítica

As declarações do ano base 2011 foram entregues tempestivamente.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

QUADRO A.9.1 - Estrutura de Controles Internos da UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas		x			

da unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: GAB

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		x			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		x			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		x			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				x	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		x			
Considerações Gerais: ITEM 1 – N a licitação de manutenção de veículo foi exigido na habilitação da empresa vencedora fosse licenciada pelo órgão ambiental competente e nas obrigações da contratada consta que a mesma realize o recolhimento e descarte adequado do óleo lubrificante usado					

ou contaminado, atendendo a Resolução do CONAMA nº 362 de 2005. ITEM 4 – Na aquisição de porcelanato foi exigido o atendimento as ISO: 10.543-3, 10.543-4, 10.543-9, 10.543-13 e 10.543-14. ITEM 5 – Na compra de eletrodomésticos foram adquiridos produtos tipo “A” e na reforma elétrica está sendo utilizado lâmpadas econômicas e sensores de presença. ITEM 7 – No exercício não adquirido nenhum veículo automotivo. ITEM 11 - implantação da Coleta Seletiva Solidária, EM 31/07/2009, durante a comemoração dos 149 anos do MAPA, criação da Comissão da Coleta Seletiva Solidária da SFA/PB, Portaria/GAB/SFA-PB nº 0008 de 17/10/2010 e 0198 de 29/10/2007, Realimentação da Coleta Seletiva dos Materiais Recicláveis na SFA/PB em 21/09/2009. Elaboração do Plano de Gestão da Coleta Seletiva da SFA/PB e celebração do Acordo de Cooperação entre a SFA/PB e a Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis ASTRAMARE, em 31/07/2009 e renovado em 18/07/2011. ITEM 12 – Celebração do Termo Aditivo nº 05/2011, em 05/12/2011, da SFA/PB com ENERGISA – Tarifa Horosazonal Verde. A SFA/PB utiliza água de poço artesiano e o consumo de água tratada é bastante restrito. ITEM 13 – Palestra de sensibilização dos funcionários da Empresa de Limpeza Urbana – EMLUR com os servidores da SFA/PB, em julho e setembro/2009, 03 reuniões da Comissão da Coleta Seletiva Solidária da SFA/PB com os funcionários da empresa prestadora de limpeza dessa organização e com a associação responsável pela coleta dos recicláveis da SFA/PB – a ASTRAMARE, distribuição dos cestos da coleta seletiva nos diversos serviços, seções e setores e fixação dos coletores externos e identificação dos cestos de papel nos setores com o nome: SÓ PAPEL. Os servidores foram avisados dessas ações através do serviço de som do PABX, quadro de aviso, Memorando Circular/GAB/SFA/PB nº 16 de 27/07/2009 e 33 de 11/09/09. Em 2011 ocorreu reuniões de avaliação da Coleta, aquisição de novos cestos para serem distribuídos nos setores, mensagem: SEPARA O LIXO QUE VOCÊ PRODUZ NO AMBIENTE DE TRABALHO na tela do computador, ao colocar o login de acesso, diariamente, durante 02 meses, e palestra de sensibilização					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SCC

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União				
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010	
BRASIL	UF 1			
	município 1 – Cabedelo	01	01	
	município 2 – Campina Grande	01	01	
	município “n”	-	-	
	UF “n”	-	-	
	município 1	-	-	

	município 2	-	-
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: SAG

QUADRO A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	-	-
	município 1 – Patos – PB	01	01
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
	UF "n"	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: SAG

QUADRO A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ em 2011								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
SFA/PB	196500 027.500 -7	Próprio	Bom	- *	05/11/2009	3.089.322,69	0,00	672.165,85
SFA/PB	198100 049.500 -9	Próprio	Bom	- *	28/11/03	130.777,48	-	14.503,06
Total							0,00	686.668,91
O sistema SPIUNET não forneceu o valor histórico do imóvel.								

Fonte: SAG

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 - Gestão de Tecnologia da Infomação da Unidade Jurisdicionada					
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 02 Terceirizados: 21				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		x			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					x
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100% em serviço				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados.					x
Considerações Gerais: ITEM 3 - a alta administração juntamente com a equipe de TI da SFA/PB analisa e delibera a respeito das necessidades e prioriza as ações de melhoria a serem adotadas na área administrativa ITEM 4 – dos 21 funcionários terceirizados em TI, 03 atual diretamente no centro de processamento de dados e o restante nos diversos setores da UJ. E temos mais um terceirizado de suporte avançado contratado pelo MAPA. ITEM 6 - existe um equipamento (FIREWALL) monitorado pela CGTI/MAPA e dois NO-BREAK na SFA/PB, monitorado pela equipe de TI ITEM 12 – Existe apenas contrato de serviço de TI					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: SAOD/SCC

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n°s 5.355/2005 e 6.370/2008.

13.1. Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1. Relação dos Portadores de Cartão de Crédito Corporativo na Unidade e Utilização no Exercício

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador					Valores em R\$ 1,00
Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JOAQUIM DE O. SANTOS	42530482420	4.000,00		200,00	200,00
HIULA NOBREGA LEITE	28553489434	4.000,00		1.149,00	1.149,00
MARCIO AYRON C. DE ALMEIDA	50719033420	2.000,00		115,00	115,00
WILTON RIBEIRO PINHO	24248908700	2.000,00		47,02	47,02
MARCOS JOSE P. DE SOUZA	24755745420	2.000,00		196,63	196,63
GILBERTO BENEVUTO DA SILVA	13628550491	2.000,00		200,01	200,01
JOSE NOIRTO MONTEIRO	13147676404	2.000,00		71,00	71,00
FABIO ANTONIO DA C. CARVALHO	16594223100	2.000,00		396,16	396,16
JOSE GARCIA DA SILVA	17263115468	2.000,00		591,89	591,89
JOSE DOS SANTOS	18112803404	2.000,00		200,00	200,00
VIVIANE MARIA R. A. ALMEIDA	18656714449	2.000,00		100,00	100,00
GILWAN DE CARVALHO RODRIGUES	20363419420	4.000,00		2.416,16	2.416,16
FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA	22600019120	2.000,00		626,44	626,44
WILTON RIBEIRO PINHO	24248908700	2.000,00		733,20	733,20
CLENES ANTONIO P. DE SOUZA	24747866191	2.000,00		1.224,90	1.224,90
MARCOS JOSE PEREIRA DE SOUZA	24755745420	2.000,00		100,00	100,00
GIOVANNI PERAZZO BARBOSA	25121731434	2.000,00		260,59	260,59
HIULA NOBREGA LEITE	28553489434	4.000,00		2.684,59	2.684,59
VIRGINIO CARNEIRO DA SILVA	07063431404	2.000,00		1.077,01	1.077,01
REGINALDO TEIXEIRA FERREIRA	07874413415	2.000,00		375,00	375,00
MARCO AURELIO VIANA SILVA	10941258491	2.000,00		68,88	68,88
JOSE NOIRTO MONTEIRO	13147676404	2.000,00		954,04	954,04
JOSE ANTONIO DA C. FILHO	13147684415	2.000,00		362,00	362,00
JOAO BATISTA DE ALMEIDA	13196758400	2.000,00		442,02	442,02
ANTONIO HYBERNON DA SILVA	13202677420	2.000,00		231,00	231,00
GILBERTO BENEVUTO DA SILVA	13628550491	2.000,00		911,17	911,17
CARLOS AUGUSTO F. DE	13927957453	2.000,00		336,21	336,21

CARVALHO					
MARCOS ANTONIO B. DA SILVA	14649888468	2.000,00		245,86	245,86
MARCOS ANTONIO B. DA SILVA	14649888468	2.000,00		63,84	63,84
JOSE GARCIA DA SILVA	17263115468	2.000,00		169,54	169,54
JOSE DOS SANTOS	18112803404	2.000,00		145,00	145,00
GILWAN DE CARVALHO RODRIGUES	20363419420	2.000,00		283,88	283,88
FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA	22600019120	2.000,00		150,00	150,00
WILTON RIBEIRO PINHO	24248908700	2.000,00		80,00	80,00
CLENES ANTONIO I. OLIVEIRA	24747866191	2.000,00		126,01	126,01
MARCOS JOSE P. DE SOUZA	24755745420	2.000,00		174,72	174,72
JOSE PEREIRA DA CUNHA	93879156891	2.000,00		165,83	165,83
JOAQUIM DE OLIVEIRA SANTOS	42530482420	2.000,00		1.190,60	1.190,60
MARCIO AYRON C. DE ALMEIDA	50719033420	2.000,00		506,49	506,49
ADRIANA ARAUJO C. TRUTA	64636089472	2.000,00		140,00	140,00
RAIMUNDO LUIZ DA SILVA	80680097872	2.000,00		744,50	744,50
JOSE PEREIRA DA CUNHA	93879156891	2.000,00		551,05	551,05
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
130024					
Total utilizado pela UG				20.807,24	20.807,24
Total utilizado pela UJ				20.807,24	20.807,24

Fonte: SIAFI/SEOF

13.1.2. Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)					Valores em R\$ 1,00
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	-	-	33	19.991,92	19.991,92
2010	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/SEOF

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a UJ

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

ACÓRDÃO Nº 6384/2009 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as

contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao(s) responsável(eis), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.084/2008-2 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2007)

1.1. Responsáveis: Adriana Araujo Costa Truta (646.360.894-72); Alberto Jerônimo Pereira (135.037.821-68); Antonio Hyberon da Silva (132.026.774-20); Antônio Guimarães da Silva Sobrinho (237.840.674-68); Artur Vasconcelos Valadares (047.789.794-00); Carlos Alberto de Melo Queiroz (141.191.964-53); Carlos Augusto Ferreira de Carvalho (139.279.574-53); Carlos Henrique de Farias Ximenes (373.987.684-00); Carmen Berta Cavalcanti Dunda Machado (448.851.994-68); Claudio Gilberto Pereira Monteiro (070.548.584-68); Cristiane Eduardo Pereira Costa (685.845.804-25); Divaldo da Silva Cunha (086.797.204-10); Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro (072.493.574-68); Eduardo Marcelo Meira (181.312.634-87); Elisângela Luiza de Souza (069.953.157-82); Eny Soares Pereira de Souza Oliveira (106.134.122-49); Francisco de Assis Cruz (020.417.584-49); Frederico Ronaldo de Arruda (084.930.064-91); Gesseraldo José Gico de Souza (226.512.094-49); Gilberto Bevenuto da Silva (136.285.504-91); Gilwan de Carvalho Rodrigues (203.634.194-20); Giovanni Perazzo Barboza (251.217.314-34); Giucelia Araujo de Figueiredo (301.399.104-68); Hailton Pereira do Nascimento (109.752.414-00); Hermes Ferreira Barbosa (036.461.574-53); Hiula Nobrega Leite (285.534.894-34); Ivone Severina de Melo Pereira do Nascimento (344.878.241-68); Jamir Mascena de Sousa (139.596.974-49); Jerônimo Barata de Melo (089.399.264-04); João Batista Diniz (092.175.924-04); Jonas Francisco de Oliveira (203.154.064-53); Jose Antonio da Costa Filho (131.476.844-15); José Marcos do Nascimento (203.230.184-91); José Noirto Monteiro (131.476.764-04); José Ribamar Vidal (073.292.701-30); Josinea Cavalcanti de Ataíde (096.241.554-53); José Calazans dos Santos (150.533.771-20); João Batista de Almeida (131.967.584-00); João Berquimas de Andrade (086.147.414-72); Kelson Caldas Ribeiro (176.401.804-49); Lucia Maria Vasconcelos de Barros (498.740.714-00); Luciano Jorge Pereira (010.802.102-53); Luiz Alberto Macedo Campelo (299.552.204-06); Lúcio Flavio Ayres de Albuquerque (086.738.614-20); Mageciene Chaves de Oliveira (044.789.754-34); Marcia Monica Vieira de Moraes (299.295.984-72); Marcio Ayrton Cavalcanti de Almeida (507.190.334-20); Marco Aurelio Viana Silva (109.412.584-91); Marcos Antônio Benjamin da Silva (146.498.884-68); Marcos Bethamio de Almeida Ferreira (044.547.744-04); Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa (220.125.754-04); Maria do Socorro Niculau da Cunha (219.600.034-53); Maruzia de Borba Maranhão (141.968.594-53); Miguel Nelson Cavalcanti Costa (148.893.314-68); Otilia Maria Rodrigues Pessoa (141.202.834-53); Raimunda Medeiros Vidal (041.635.084-49); Reginaldo Teixeira Ferreira (078.744.134-15); Rivaldo Lins Rocha (131.898.914-00); Tarcisio Ferreira Maia (132.192.784-34); Ugo Fabio Gomes de Souza Marques (726.292.664-00); Virgínio Carneiro da Silva (070.634.314-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba – Mapa

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB(SECEx-PB)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO HOUVE AUDITORIA NESTA UJ NO ANO DE 2010, PORTANTO NÃO HÁ PENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO PLANO DE PROVIDÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

A OCI EXISTE NO MAPA, NÃO HÁ NA SFA/PB E NEM RECEBEMOS NENHUMA DEMANDA DA AUDITORIA DO OCI/MAPA.

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010– INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17. Declaração do contador responsável pela UJ

17.1. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/PB	130024
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.	

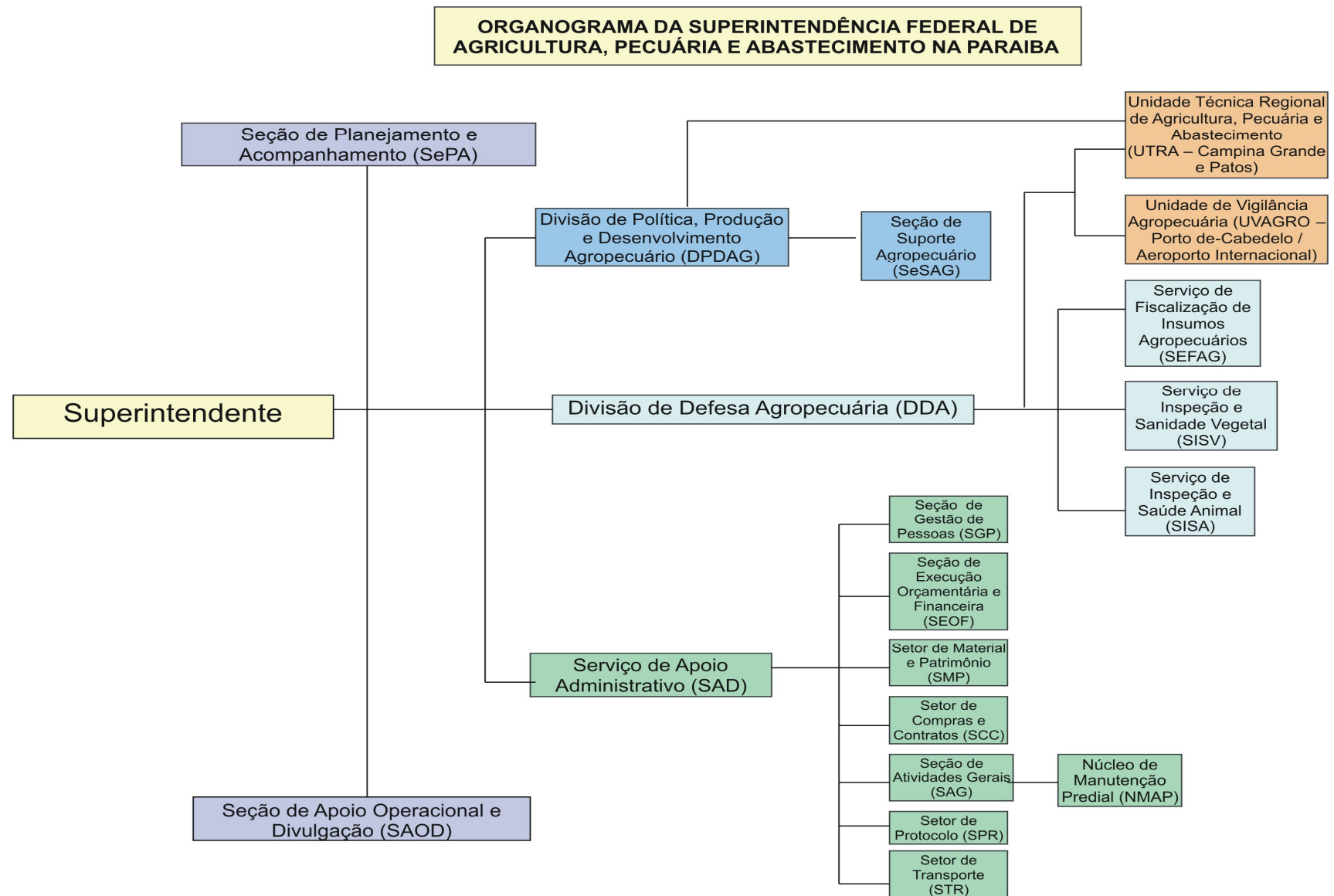
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2011
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

Documentos e sistemas oficiais pesquisados na elaboração do Relatório de Gestão Individual da SFA/PB - 2011

- Indicadores dos Planos Internos (PI) de Programas que integram o PPA 2008-2011 do MAPA;
- Portaria MAPA 428, de 09/06/2010;
- Lei nº 8.443, de 16/07/1992
- Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010;
- Resolução nº 234, de 01/09/2010;
- Decisão Normativa TCU nº 108, de 24/11/2010;
- Decisão Normativa TCU nº 117, de 19/10/2011;
- Portaria TCU nº 123, de 12/05/2011;
- Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/2010;
- Norma de Execução CGU nº 03, de 27/12/2010;
- Relatórios de Gestão da SFA/PB, exercício 2009. e 2010;
- E-mail CGU-PB de 12/01/2012;
- SIAFI
- SIAFI GERENCIAL
- SIPLAN
- SAFINDE 2011 SFA/PB

18. Outras informações consideradas relevantes pela Unidade para demonstrar a conformidade e do desempenho da gestão no exercício.

ANEXO I



ANEXO II

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2011											
Servidor (a)	Categoria. Funcional	Serviço seção, setor.	PI	Curso/Evento	Período/ Local/ Realização	Carga Horária (h/a)	Taxa de Inscrição (R\$)	Passag.. Aérea (R\$)	V. Suprim. (R\$)	Diária. Participant e (R\$)	Diária. Motorista (R\$)
ÁREA ADMINISTRATIVA											
Seção de Gestão de Pessoas - SGP											
Maria Marineide Marinho Cavalcanti	NI	SGP	Curso a Distância	Curso de Aperfeiçoamento em Gestão de Pessoas	02/08 a 03/12/10 18/04 a 26/08/11	180	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		180	-	-	-	-	-
Karina Yokayama de Mello	NI	SGP	-	Curso do SISAC- Sistema de Apreciação de Atos de Administração e Concessões	27/06/11 João Pessoa -PB	06	-	-	-	-	-
	NI	SGP	Curso a Distância	Curso de Aperfeiçoamento em Gestão de Pessoas	02/08 a 03/12/10 18/04 a 26/08/11	180	-	-	-	-	-
	NI	SGP	Curso a Distância	Curso de Elaboração de Pareceres, Relatórios e Notas Técnicas.	08/11 a 03/12/10 18/04 a 20/05/11	45	-	-	-	-	-
	NI	SGP	Curso a Distância	Curso de Interprete de Libras	19 a 30/09/11 João Pessoa- PB	45	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				04		276	-	-	-	-	-
Márcia Mônica Vieira de Moraes	NI	SGP	CAPACITA	Curso Formação Básica Para os Agentes de Desenvolvimento de Pessoas	15 a 18/02/11 Brasília- DF	24	-	1.054,98	-	1.031,88	-
	NI	SGP	-	Curso de SISAC- Sistema de Apreciação de Atos de Administração e Concessões	27/06/11 João Pessoa- PB	06	-	-	-	-	-
	NI	SGP	CAPACITA	II Encontro Nacional de Desenvolvimento de	15 a 19/11/11 Brasília- DF	24	-	779,18	-	1.048,62	-

				Pessoas							
TOTAL INDIVIDUAL				03		54	-	1.834,16	-	2.080,50	-
TOTAL SGP				08		510	-	1.834,16	-	2.080,50	-
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA											
Maria do Socorro Niculau da Cunha	NI	SePA	Curso a Distância	Curso de Gestão Pública	02/08 a 03/12/10 18/04 a 26/08/11	180	-	-	-	-	-
	NI	SePA	CAPACITA	Curso de Formação Básica para os Agentes de Desenvolvimento de pessoas	15 a 18/02/11 Brasília-DF	24	-	1.054,98	-	1.031,88	-
	NI	SePA	-	Seminário Regional em Busca da Excelência	16 a 17/11/11 João Pessoa- PB	12	-	-	-	-	-
	NI	SePA	MANUT	Seminário Acesso à Informação Pública e seus Reflexos no MAPA	19 a 21/12/11 Brasília-DF	04	-	1.274,49	-	612,58	-
TOTAL INDIVIDUAL				04		220	-	2.329,47	-	1.644,46	-
Cristiane Eduardo Pereira Costa	NI	SePA	Curso a Distância	Curso de Aperfeiçoamento em Gestão de Pessoas	02/08 a 03/12/10 18/04 a 26/08/11	180	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		180	-	-	-	-	-
TOTAL SePA				05		400	-	2.329,47	-	1.644,46	-
Setor de Protocolo – SPR											
Luiz Aberto Macêdo Campelo	NI	SPR	MANUT	Treinamento Referente ao Novo SIGED	14 a 16/12/11 Brasília- DF	16	-	1.492,27	-	612,58	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	1.492,27	-	612,58	-
TOTAL SPR				01		16	-	1.492,27	-	612,58	-
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF											
Eduardo Marcelo Meira	NI	SEOF	CAPACITA	VIII Semana de Administração Orçamentária Financeira	31/07 a 06/08/11 Belém- PA	40	-	1.314,88	-	1.320,18	-
	NI	SEOF	CAPACITA	XII Encontro sobre o Encerramento do Exercício 2011	16 a 19/11/11 Teresina- PI	16	-	1.055,11	-	755,64	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		56	-	2.369,99	-	2.075,82	-
Emílio Pinto de	NI	SEOF	CAPACITA	XII Encontro sobre o	16 a 19/11/11	16	-	1.388,55	-	755,64	-

Figueiredo				Encerramento do Exercício 2011	Teresina- PI						
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	1.388,55	-	755,65	-
TOTAL SEOF				03		72	-	3.758,54		2.831,47	-
Setor Material e Patrimônio - SMP											
Raimunda Medeiros Vidal	NS	SMP	CAPACITA	Curso Novo SIDEC	24 a 27/10/11 Fortaleza- CE	16	-	-	-	688,12	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	-	-	688,12	-
Maria das Graças Pedrosa Barbosa	NI	SMP	CAPACITA	Curso Novo SIDEC	24 a 27/10/11 Fortaleza- CE	16	-	-	-	688,12	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	-	-	688,12	-
Isabelle Alves O. do Nascimento	NI	SMP	CAPACITA	Curso Novo SIDEC	24 a 27/10/11 Fortaleza- CE	16	-	-	-	685,84	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	-	-	685,84	-
TOTAL SMP				03		48	-	-	-	2.062,08	-
Gabinete Odontológico - Gab. Odontológico											
Vânia Lúcia da Silva Leyton	NS	GAB. ODONT.	-	Oficina de Formação de Profissionais das Unidades de Referência SIASS	26 a 30/09/11 12 a 16/12/11	120	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		120	-	-	-	-	-
TOTAL GAB. ODONTOLÓGICO				01		120	-	-	-	-	-
Seção de Atividades Gerais – SAG											
Marcos Antonio B. da Silva	NI	SAG	CAPACITA	XII Encontro sobre o Encerramento do Exercício 2011	16 a 19/11/11 Teresina- PI	16	-	1.388,55	-	755,64	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	1.388,55	-	755,64	-
TOTAL SAG				01		16	-	1.388,35	-	755,64	-
Gabinete do Superintendente											
Hermes Ferreira Barbosa	NS	GAB	MANUT	VII Seminário Regional da Apicultura	03/09/11 Araruna- PB	08	-	-	-	105,75	-
	NS	GAB	MANUT	Encontro Nacional de Defesa Sanitária	03 a 05/10/11 São Paulo- SP	16	-	1.071,63	-	688,04	-

	NS	GAB	MANUT	XV Encontro de Fitossanitaristas do MAPA	17 a 18/10/11 Salvador- BA	08	-	1.177,97	-	448,06	-
TOTAL INDIVIDUAL				03		32	-	2.249,60	-	1.241,85	-
TOTAL GABBIENTE DO SUPERINTENDENTE				03		32	-	2.249,60	-	1.241,85	-
TOTAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA				25		1.214		13.052,39		11.228,58	
ÁREA TÉCNICA											
Divisão de Defesa Agropecuária - DDA											
Jerônimo Barata de Melo	FFA	DDA	FISCPLAN TA	Capacitação Técnica em Sanidade Florestal	31/07 a 05/08/11 Curitiba- PR	40	-	1.278,76	-	1.129,20	-
	FFA	DDA	VIGIFITO	XV ENFIT Encontro Nacional de Fitossanitaristas do MAPA	17 a 21/10/11 Salvador- BA	30	-	1.075,33	-	981,70	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		70	-	2.354,09	-	2.110,90	-
TOTAL DDA				02		70	-	2.354,09	-	2.110,90	-
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV											
Carlos Augusto F. de Carvalho	FFA	SISV	PCEVEGET AL	Encontro Técnico sobre Cochonilha do Carmim	09/09/11 Campina Grande- PB	08	-	-	-	74,68	-
	FFA	SISV	VIGIFITO	XV ENFIT Encontro Nacional de Fitossanitaristas do MAPA	17 a 22/10/11 Salvador- BA	30	-	1.075,33	-	1.194,10	-
	FFA	SISV	PCEVEGET AL	II Congresso Brasileiro de Palma e outras Cactáceas	24 a 28/10/11 Garanhuns- PE	32	180,00	-	150,00	727,40	-
TOTAL INDIVIDUAL				03		70	180,00	1.075,33	150,00	1.996,18	-
Adriana Araújo Costa Truta	FFA	SISV	FISCORGE N	I Curso sobre Métodos de Detecção de OGM	12 a 17/09/11 Pedro Leopoldo- MG	24	-	1.456,00	-	999,40	-
	FFA	SISV	VIGIFITO	XV ENFIT- Encontro Nacional de Fitossanitaristas-MAPA	17 a 22/10/11 Salvador-BA	30	-	740,40	-	1.194,10	-

	FFA	SISV	VIGIFITO	Treinamento sobre Sistema de Gestão de Convênios- SICONV	29/11/11 João Pessoa- PB	08	-	-	-	86,48	-
	FFA	SISV	VIGIFITO	Treinamento sobre Sistema de Gestão de Convênios- SICONV	01 a 02/12/11 João Pessoa- PB	12	-	-	-	273,26	298,60
TOTAL INDIVIDUAL				04		74	-	2.196,40	-	2.553,24	298,60
Valter José de Freitas Holanda	FFA	SISV	FISCPLAN TA	Capacitação Técnica em Sanidade Florestal	01 a 06/05/11 Curitiba-PR	40	-	1.560,80	-	1.129,20	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	1.560,80	-	1.129,20	-
José Maurício de A. Teixeira	FFA	SISV	FISCPLAN TA	Capacitação Técnica em Sanidade Florestal	31/07 a 05/08/11 Curitiba-PR	40	-	1.278,76	-	1.129,20	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	1.278,76	-	1.129,20	-
Edson Arnaldo C. Loureiro	FFA	SISV	FISCPLAN TA	Capacitação Técnica em Sanidade Florestal	31/07 a 05/08/11 Curitiba-PR	40	-	1.278,76	-	1.129,20	-
	FFA	SISV	FISCPLAN TA	XV ENFIT, Encontro Nacional de Fitossanitaristas do MAPA	17 a 22/10/11 Salvador- BA	30	-	1.075,33	-	1.194,10	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		70	-	2.354,09	-	2.323,30	-
TOTAL SISV				11		294	180,00	8.465,38	150,00	9.131,12	298,60
Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA											
Janete Vatanabe Okamoto Lima	FFA	SISA	PCEANIMAL	I Encontro Presencial do Curso de Pós Graduação em Defesa Sanitária Animal	18 a 25/09/11 Lavras- MG	40	-	989,28	-	1.353,40	-
	FFA	SISA	PCEANIMAL	I Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal	03 a 07/10/11 São Paulo- SP	40	-	1.143,29	-	981,70	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		80	-	2.132,57	-	2.335,10	-
Frederico Ronaldo de Arruda	FFA	SISA	PCEANIMAL	I Encontro Nacional em Defesa Sanitária Animal	03 a 07/10/11 São Paulo- SP	40	-	1.143,29	-	981,70	-

TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	1.143,29	-	981,70	-
Antonio Hybernon da Silva	FFA	SISA	PCEANIMAL	I do Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal	03/10 a 07/10/11 São Paulo- SP	40	-	1.143,29	-	981,70	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	1.143,29	-	981,70	-
Wilton Ribeiro Pinho	FFA	SISA	INSPANIMA L 3	Curso de Capacitação em Bem Estar Animal e Abate Humanitário	07 a 10/11/11 Salvador- BA	32	-	1.280,29	-	783,12	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		32	-	1.280,29	-	783,12	-
TOTAL SISA				05		192		5.699,44		5.081,62	-
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG											
Carlos Augusto Ferreira de Carvalho	FFA	SEFAG	FISFECOI	1ª Reunião Técnica dos Chefes do SEFIA, SEFAG, SIFISV	29/08 a 02/09/11 Porto Alegre-RS	24	-	1.917,73	-	981,70	-
	FFA	SEFAG	FISFALSEM 1	XVII Congresso Brasileiro de Sementes	15 a 19/08/11 Natal- RN	32	360,00	-	-	833,60	-
	FFA	SEFAG	FISCINAN	Curso de Relatoria de Processos Administrativos de Fiscalização	18 a 23/09/11 Jaboticatubas- MG	32	-	1.263,76	-	999,40	-
	FFA	SEFAG	VIGIFITO	XV ENFIT, Encontro Nacional de Fitossanitaristas do MAPA	17 a 22/10/11 Salvador- BA	30	-	1.075,33	-	1.194,10	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	IV Reunião Anual de Insumos Agrícolas	21 a 25/11/11 Maceió- RN	40	-	-	250,00	833,60	833,60
TOTAL INDIVIDUAL				05		158	360,00	4.256,82	250,00	4.842,40	833,60
Marcos José Pereira de Souza	FFA	SEFAG	FISCINAN	Curso de Relatoria de Processos Administrativos de Fiscalização	18 a 23/09/11 Jaboticatubas- MG	32	-	1.263,76	-	999,40	-
	FFA	SEFAG	FISCINAN	XII Reunião Nacional de Fiscalização de Insumos Pecuários	21 a 25/11/11 Goiânia-GO	40	-	1.214,69	-	928,60	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		72	-	2.478,45	-	1.928,00	-
Gesseraldo José G. de Souza	FFA	SEFAG	FISPROVET	Curso de Relatoria de Processos	16 a 21/10/11 Jaboticatubas- MG	40	-	1.764,85	-	999,40	-

				Administrativos de Fiscalização							
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	1.764,85	-	999,40	-
Reginaldo Teixeira Ferreira	FFA	SEFAG	FISCALSEM	XXX Ciclo de Reunião da Comissão de Sementes e Mudanças	27/06 a 01/07/11 Foz do Iguaçu- PR	40	-	2.678,03	-	822,40	-
	FFA	SEFAG	PCEVEGETA L	Encontro Técnico sobre Cochonilha do Carmim	09/09/11 Campina Grande- PB	08	-	-	-	74,68	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM/ FISFECOI	Reunião Técnica de Fiscalização de Sementes e Mudanças	26 a 30/09/11 Foz do Iguaçu -PR	32	-	2.404,98	-	822,40	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	IV Reunião Anual de Insumos Agrícolas	21 a 25/11/11 Maceió- AL	40	-	-	-	833,60	-
TOTAL INDIVIDUAL				04		120	-	5.083,01	-	2.553,08	-
Mageciene Chaves de Oliveira	FFA	SEFAG	FISCALSEM	XXX Ciclo de Reunião da Comissão de Sementes e Mudanças	27/06 a 01/07/11 Foz do Iguaçu- PR	40	-	2.678,03	-	822,40	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	2.678,03	-	822,40	-
João Batista de Almeida	FFA	SEFAG	FISCALSEM	XVII Congresso Brasileiro de Sementes	15 a 19/08/11 Natal- RN	40	-	-	-	833,60	-
	FFA	SEFAG	FISAGROTO X	Encontro de Fiscalização e Seminário	22 a 27/05/11 Campo Grande- MS	40	-	1.584,11	-	1.129,20	-
	FFA	SEFAG	FISAGROTO X	IV Reunião Anual de Insumos Agrícolas	21 a 25/11/11 Maceió- RN	40	-	-	-	833,60	-
TOTAL INDIVIDUAL				03		120	-	1.584,11	-	2.796,40	-
Viviane Maria R. A. Almeida	FFA	SEFAG	FISAGROTO X/ FISCALSEM	Reunião Técnica de Sementes e Mudanças	26 a 30/09/11 Foz do Iguaçu-PR	32	-	2.403,30	-	822,40	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	IV Reunião Anual de Insumos Agrícolas	21 a 25/11/11 Maceió- AL	40	-	-	-	833,60	-

TOTAL INDIVIDUAL				02		72	-	2.403,30	-	1.656,00	-
Haiton Pereira do Nascimento	FFA	SEFAG	FISFECOI/ FISCALSEM	Reunião Regional de Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos	26 a 30/09/11 Foz do Iguaçu-PR	32	-	2.404,98	-	822,40	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	IV Reunião Anual de Insumos Agrícolas	21 a 25/11/11 Maceió- AL	40	-	-	-	833,60	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		72	-	2.404,98	-	1.656,00	-
José Noirto Monteiro	FFA	SEFAG	FISFECOI	Reunião regional de fiscalização de fertilizantes, inoculantes e corretivos	26 a 30/09/11 Foz do Iguaçu- PR	32	-	2.404,98	-	822,40	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	IV Reunião Anual de Insumos Agrícolas	21 a 25/11/11 Maceió- AL	40	-	-	-	833,60	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		72	-	2.404,98	-	1.656,00	-
TOTAL SEFAG				22		766	360,00	25.058,53	250,00	18.909,68	833,60
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG											
Virginio Carneiro da Silva	FFA	DPDAG	CERTORGA N1/APOIOPE C	Treinamento em Mecanismos de Garantia de Qualidade Orgânica	07 a 11/11/11 Brasília- DF	32	-	1.017,19	-	1.034,80	-
	FFA	DPDAG	DESENGORG	Encontro do preojetto PAIS, a ser realizado na Federação das industriais	28 a 29/11/11 Campina Grande- PB	16	-	-	-	237,86	-
	FFA	DPDAG	CERTORGA N	Treinamento sobre Bem Estar Aminoal	05 a 09/12/11 Brasília- DF	32	-	1.017,19	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				03		80	-	2.034,38	-	1.272,66	-
Manoel Octávio Silveira da Mota	FFA	DPDAG	CERTORGA N1	Treinamento em Mecanismos de Garantia de Qualidade Orgânica	07 a 11/11/11 Brasília- DF	32	-	1.101,91	-	1.034,80	-
	FFA	DPDAG	INDGRAF	Seminário sobre Queijos Artesanais, na EMBRAPA	22 a 25/11 Fortaleza- CE	16	-	493,80	-	783,12	-

TOTAL INDIVIDUAL				01		32	-	1.101,91	-	1.034,80	-
Adalberto Numes Soares	FFA	DPDAG	FISCONTRA TO	Aprendizado Voltado para Modus Operandi do SICONV, referente a Contratos de Repasse	04 a 05/05/11 Brasília- DF	08	-	708,22	-	403,66	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		48	-	1.595,71	-	1.817,92	-
José Maurício A. Teixeira	FFA	DPDAG	APOIOAGRIC	Evento da Cadeia Produtiva da Fruticultura	07 a 10/06/11 Mossoró- RN	24	-	-	-	564,22	612,60
TOTAL INDIVIDUAL				01		24		708,22		564,22	612,60
TOTAL DPDAG				07		160	-	4.338,31	-	4.058,46	-
TOTAL DA ÁREA TÉCNICA				47		1.482	540,00	45.915,75	400,00	39.291,78	2.578,40
TOTAL SFA/PB				72		2.696	540,00	59.968,14	400,00	50.520,36	2.578,40